



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE**

MARIE AGNES ALIAGA

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: ANÁLISE
COMPARATIVA DE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO**

Salvador
2013

MARIE AGNES ALIAGA

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO
CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: ANÁLISE
COMPARATIVA DE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, da Escola de Nutrição, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde.

Área de concentração : Segurança Alimentar e Nutricional

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Sandra Maria Chaves dos Santos

Salvador
2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde,
SIBI - UFBA.

A398 Aliaga, Marie Agnès

Segurança alimentar e nutricional no contexto do desenvolvimento humano: análise comparativa de experiências internacionais de políticas públicas e avaliação / Marie Agnès Aliaga. – Salvador, 2013.

132 f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra Maria Chaves dos Santos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Nutrição, 2013.

1. Alimentos. 2. Nutrição. 2. Desenvolvimento Humano. 3. Políticas Públicas. I. Santos, Sandra Maria Chaves. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU 612.39

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora pela paciência, estímulo e pela confiança em mim depositada.

À equipe de pesquisa pelo trabalho de qualidade e pelo compromisso, sem os quais o estudo não poderia ter alcançado seus objetivos.

Aos colegas do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas, pelo apoio e pelos conselhos que me ajudaram a superar os desafios ao longo do percurso.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Em um cenário mundial no qual a fome e a obesidade, expressões da insegurança alimentar e nutricional por privação ou por adoção de padrões alimentares não saudáveis, atingem milhões de pessoas, iniciativas foram tomadas para enfrentar o problema, nos âmbitos nacional e internacional. Em 1996, na Cúpula mundial da Alimentação, 186 países assinaram a Declaração de Roma, com o compromisso de avaliar e reduzir a insegurança alimentar e nutricional das suas populações. Devido à complexidade do fenômeno e da sua relação com desenvolvimento humano, e frente à diversidade de contextos de desenvolvimento no mundo, esta pesquisa supõe que o portfólio de ações potenciais e requeridas para atender ao compromisso da Declaração de Roma é altamente extenso e diversificado. Portanto, este estudo analisa as formas de avaliação e ação pública em direção à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entre os signatários da Declaração de Roma, e suas relações com as características nacionais de desenvolvimento humano. Mais especificamente, fêz-se mapeamento das iniciativas públicas de SAN formuladas desde 1996 entre os signatários, e em seguida coleta e caracterização de documentos de avaliação da SAN publicados desde 2007 numa seleção de signatários, segundo variáveis de desenvolvimento selecionadas, por meio de uma pesquisa exploratória de dados secundários na *internet*, utilizando palavras-chave em quatro idiomas. Na primeira fase do estudo, encontramos políticas públicas de SAN em 123 países, avaliações em 139 países, e as duas ações em 114 países (61%). A proporção de países com algum tipo de política e avaliação da SAN, e, entre eles, a proporção de países com uma política e uma avaliação especificamente dedicadas à SAN, foi mais alta nos países de menor desenvolvimento. O teste exato de Fisher mostrou uma associação estatisticamente significativa entre a presença de política ou avaliação e as variáveis de desenvolvimento. Entre os 33 signatários na América Latina e Caribe, encontramos ambas, política e avaliação da SAN em 26 países (79%). Tendências similares para todas as variáveis mostraram que a proporção de países com ações específicas de SAN foi mais alta entre países de menor desenvolvimento. Na segunda fase do estudo, um acervo de 2 316 documentos, coletados em 76 países no mundo, foi construído e, o número médio de documentos encontrados por país aumentou à medida que diminuiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A análise de uma amostra de 283 documentos mostrou que as instituições envolvidas na avaliação, tanto como o uso de conceito e de definições, o tipo de avaliação e a sua abrangência geográfica, mudaram segundo o IDH dos países envolvidos, sendo a proporção de boletins de alerta precoce e a participação da comunidade internacional maior nos países de menor desenvolvimento. As tendências observadas nas duas fases do estudo podem resultar de uma variedade de fatores: os resultados são discutidos em relação à vulnerabilidade da população, mas também aos mecanismos de cooperação internacional e ao discurso político, e à maneira em que estes fatores podem impactar a existência, as formas, e a divulgação de ação pública e avaliação de SAN.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Desenvolvimento Humano. Política pública. Avaliação. Cúpula Mundial da Alimentação.

ALIAGA, M. **Food and Nutrition Security within the perspective of human development: comparative analysis of public policy and assessment experiences at international level.** 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

ABSTRACT

In a global scenario where hunger and obesity, both expressions of food and nutrition insecurity through privation and unhealthy food habits, affect millions of human beings, initiatives have been taken to face the issue, at not only national level but also at a global level. In 1996, during the World Food Summit, 186 countries have signed the Rome Declaration, committing themselves to assess and reduce food and nutrition insecurity among their populations. Given the complexity of the phenomenon, its intricate relationship with human development, and in front of the diversity of development contexts around the world, this research assumes that the portfolio of potential and necessary actions to comply with the Rome Declaration commitment is highly extended and diversified. Therefore, it intends to analyze the forms of assessment and public actions adopted towards Food and Nutrition Security (FNS) among the Declaration signatories and their relationship with national human development characteristics. More specifically, it aims to map public initiatives formulated since 1996 among the signatories, and then to collect and characterize food and nutrition security assessments published since 2007 in a selection of signatories, according to selected development variables. It is an exploratory secondary data internet research, using keywords in four languages. In the first stage of the study, we found FNS public policies in 123 countries, reports on the state of FNS in 139 countries, and the presence of both in 114 countries (61%). The proportion of countries with any type of FNS policy or diagnostic and, within them, the proportion of countries with policies or report specifically dedicated to FNS, was higher in least developed countries. Fisher's exact test showed a statistically significant association between the presence of a FNS policy and assessment, and development variables. Among the 33 signatories in Latin America and The Caribbean, we found both FNS public policies and diagnostic in 26 countries (79%). Similar trends for all variables showed that the proportion of countries with specific actions towards FNS is higher among least developed countries. In the second stage of the study, a set of 2 316 documents were collected from 76 signatories around the world, and the average number of documents found per country increased along with the decrease of its Human Development Index (HDI) value. Analysis of a 283 documents sample showed that institutions participating in the assessment formulation, as well as the concept and definition use, the type of assessment and its geographical coverage were changing along with the HDI of the countries involved, having a higher proportion of early warning bulletins and a more important participation of the international community in the least developed countries. The trends observed in the two phases of the research may be due do a variety of factors: results are discussed along with population vulnerability but also with international cooperation mechanisms and political discourse, and the way these factors impact on the existence, the forms, and the disclosure of FNS public action and assessment.

Keywords: Food and Nutrition Security. Human Development. Public policy. Assessment. World Food Summit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	Quadro conceitual dos vínculos macro-meso-micro entre políticas de SAN	29
Figura 2.	Efeitos múltiplos de medidas pertencendo a diferentes esferas políticas sobre a SA.....	30
Quadro 1.	Diretrizes da Política Nacional de SAN do Brasil, adotada em 2010, e os programas e ações do governo correspondentes.....	32
Figura 3.	Etapas de pesquisa adotadas.....	36
Quadro 2.	Desenho do roteiro de pesquisa de iniciativas (políticas e avaliações públicas) de SA/SAN nos países – fase 1.....	39
Figura 4.	Países com políticas públicas de SA/SAN, segundo o tipo de política encontrada, entre os signatários da CMA 1996.....	44
Figura 5.	Países com relatórios de avaliação da SA/SAN, segundo o tipo de avaliação encontrada, entre os signatários da CMA 1996.....	46
Quadro 3.	Países selecionados para coleta e análise dos relatórios de avaliação da SA/SAN.....	66
Quadro 4.	Desenho do roteiro de coleta de documentos de avaliação da SA/SAN nos países – fase 2.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 com uma política pública e/ou uma avaliação da SA/SAN encontradas, por continente.....	42
Tabela 2.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de política de SA/SAN encontrada, por continente.....	43
Tabela 3.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de avaliação da SA/SAN encontrada, por continente.....	45
Tabela 4.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de política de SA/SAN encontrada, por faixa de IDH, Mundo.....	47
Tabela 5.	Número de signatários da CMA 1996 com ou sem política de SA/SAN encontrada, por faixa de IDH, Mundo.....	48
Tabela 6.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de avaliação da SA/SAN encontrada, por faixa de IDH, Mundo.....	48
Tabela 7.	Número de signatários da CMA 1996 com ou sem avaliação da SA/SAN encontrada, por faixa de IDH, Mundo.....	49
Tabela 8.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de política de SA/SAN encontrada, por indicador de desenvolvimento, Mundo.....	50
Tabela 9.	Número de signatários da CMA 1996 com ou sem política de SA/SAN encontrada, por indicador de desenvolvimento, Mundo.....	51
Tabela 10.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de avaliação da SA/SAN encontrada, por indicador de desenvolvimento, Mundo.....	53

Tabela 11.	Número de signatários da CMA 1996 com ou sem avaliação da SA/SAN encontrada, por indicador de desenvolvimento, Mundo.....	54
Tabela 12.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de política de SA/SAN encontrada, por faixa de IDH, América Latina e Caribe.....	57
Tabela 13.	Número de signatários da CMA 1996 com ou sem política de SA/SAN encontrada, por faixa de IDH, América Latina e Caribe.....	57
Tabela 14.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de avaliação da SA/SAN encontrada, por faixa de IDH, América Latina e Caribe.....	58
Tabela 15.	Número de signatários da CMA 1996 com ou sem avaliação da SA/SAN encontrada, por faixa de IDH, América Latina e Caribe.....	58
Tabela 16.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de política de SA/SAN encontrada, por indicador de desenvolvimento, América Latina e Caribe.....	60
Tabela 17.	Número de signatários da CMA 1996 com ou sem política de SA/SAN encontrada, por indicador de desenvolvimento, América Latina e Caribe...	61
Tabela 18.	Número e percentagem dos signatários da CMA 1996 segundo o tipo de avaliação da SA/SAN encontrada, por indicador de desenvolvimento, América Latina e Caribe.....	62
Tabela 19.	Número de signatários da CMA 1996 com ou sem avaliação da SA/SAN encontrada, por indicador de desenvolvimento, América Latina e Caribe...	63
Tabela 20.	Número de documentos coletados de acordo com o ano, número médio por país, periodicidade e percentagem de documentos utilizando somente o conceito de SA, por continente.....	76

Tabela 21. Número de documentos coletados de acordo com o ano, periodicidade e percentagem de documentos utilizando somente o conceito de SA, por IDH.....	77
Tabela 22. Número e percentagem de documentos segundo tipo de ator envolvido na elaboração dos mesmos, por IDH.....	78
Tabela 23. Número e percentagem de documentos segundo conceito utilizado, definição adotada, e abrangência demográfica, por IDH.....	82
Tabela 24. Número e percentagem de documentos segundo tipo de documento, por IDH.....	83
Tabela 25. Número e percentagem de documentos segundo tipo de ator envolvido na elaboração dos mesmos, conceito utilizado, definição adotada, e abrangência demográfica, por tipo de documento.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACF	Ação Contra a Fome
AL&C	América Latina e Caribe
AOD	Assistência Oficial de Desenvolvimento
CIA	Central Intelligence Agency / Agência Central de Inteligencia
CILSS	Comité permanent Inter-Etats de Lutte contre la Sécheresse dans le Sahel / Comitê permanente Interestadual de Luta contra a Seca no Sahel
CIISE	Comissão Internacional da Intervenção e da Soberania dos Estados
CMA	Cúpula Mundial da Alimentação
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CSA	Comitê da Segurança Alimentar mundial
CSAO	Club du Sahel et de l’Afrique de l’Ouest / Clube do Sahel e da Africa do Oeste
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Food and Agriculture Organization / Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Fewsnet	Famine Early Warning System Network / Rede de Alerta Precoce da Fome
GIEWS	Global Information and Early Warning System / Sistema Global de Informação e Alerta Precoce
GTI-Siciav	Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre os Sistemas de Informação e Cartografia sobre a Insegurança Alimentar e a Vulnerabilidade
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Ifpri	International Food Policy Research Institute / Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares
IISD	International Institute for Sustainable Development / Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável
Incap	Instituto de Nutrición de Centro América y Panamá / Instituto de Nutrição da América Central e Panamá
IPC	Integrated Phase Classification / Classificação de Fase Integrada
OBSAN-R	Observatorio Regional de Seguridad Alimentaria y Nutricional / Observatório Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMM	Organização Mundial da Meteorologia
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMA	Programa Mundial de Alimentos
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade de Poder de Compra
Redhum	Red de Información Humanitaria para América Latina y el Caribe / Rede de Informação Humanitária para América Latina e Caribe
SA	Segurança Alimentar

SADC	Southern African Development Community / Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Sica	Sistema de la Integración Centroamericana / Sistema da Integração Centroamericana
Siciav	Sistema de Informação e Cartografia sobre a Insegurança Alimentar e a Vulnerabilidade
SIG-SAN	Sistema de Información Geográfica para la Seguridad Alimentaria y Nutricional / Sistema de Informação Geográfica para a Segurança Alimentar e Nutricional
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences / Programa Estatístico para Ciências Sociais
SVS	Suivi de la Vulnérabilité au Sahel / Seguimento da Vulnerabilidade no Sahel
USAID	United States Agency for International Development/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USDA	United States Department of Agriculture / Departamento dos Estados Unidos para a Agricultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	OBJETIVOS.....	22
2.1	OBJETIVO GERAL.....	22
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	22
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	ABORDAGENS CAUSAIS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	23
3.2	DESAFIOS PARA AVALIAÇÃO E POLÍTICAS DE SAN.....	25
3.3	ABORDAGENS CONCEITUAIS DA AÇÃO PÚBLICA E SUA ANÁLISE.....	33
3.4	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	35
4	RESULTADOS.....	37
4.1	MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS PÚBLICAS DE SAN NOS SIGNATÁRIOS DA CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO DE 1996.....	37
4.1.1	Objetivos específicos.....	37
4.1.2	Metodologia detalhada.....	37
4.1.3	Resultados: Iniciativas públicas de SAN no mundo.....	42
4.1.3.1	<i>Imagem global.....</i>	42
4.1.3.2	<i>Análise por indicador de desenvolvimento.....</i>	46
4.1.4	Resultados: Iniciativas públicas de SAN na América Latina e Caribe.....	55
4.1.4.1	<i>Imagem global.....</i>	55
4.1.4.2	<i>Análise por indicador de desenvolvimento.....</i>	56

4.2	COLETA E CARACTERIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA SAN EM UMA SELEÇÃO DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DA CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO DE 1996.....	64
4.2.1	Objetivos específicos.....	64
4.2.2	Metodologia detalhada.....	65
4.2.2.1	<i>Seleção dos países.....</i>	65
4.2.2.2	<i>Coleta de documentos de avaliação da SA/SAN.....</i>	67
4.2.2.3	<i>Análise e publicização do banco de documentos.....</i>	71
4.2.2.4	<i>Amostragem e caracterização de documentos de avaliação da SA/SAN.....</i>	72
4.2.3	Resultados: Acervo de documentos de avaliação da SA/SAN.....	75
4.2.4	Resultados: Caracterização dos documentos de avaliação da SA/SAN.	77
4.2.4.1	<i>Quem fala?.....</i>	78
4.2.4.2	<i>Para dizer o quê?.....</i>	80
4.2.4.3	<i>De que modo?.....</i>	83
5	DISCUSSÃO.....	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICES IMPRESSOS.....	107
	APÊNDICE A - Roteiro de pesquisa das iniciativas públicas (políticas e avaliações) de SAN – fase 1.....	108
	APÊNDICE B - Lista e vínculos de políticas específicas de SA/SAN encontradas por país.....	111
	APÊNDICE C - Roteiro de coleta de documentos de avaliação da SAN – fase 2.....	123

APÊNDICE D - Número de documentos de avaliação da SA/SAN coletados por ano, por continente e país.....	126
APÊNDICE E - Número de documentos de avaliação da SA/SAN coletados por ano, por IDH e país.....	129
APÊNDICES ELETRÔNICOS.....	132
APÊNDICE F - Artigo 1: Food and Nutrition Security public initiatives and socioeconomic development: mapping experiences within the 1996 world food summit signatories. Parecer dos revisores da revista Social Sciences & Medicine.	
APÊNDICE G - Artigo 2: Food and Nutrition Security public initiatives within the rome declaration signatories in Latin America and The Caribbean: mapping experiences.	
APÊNDICE H - Capítulo 1: Impacto da Cúpula Mundial da Alimentação (1996) nas iniciativas em segurança alimentar e nutricional: um olhar global e entre países signatários na CPLP.	
APÊNDICE I - Capítulo 2: Tipologia das iniciativas de avaliação da san nos últimos 5 anos: um olhar global e entre países signatários na CPLP.	
APÊNDICE J - Acervo de documentos de avaliação da SA/SAN.	

1 INTRODUÇÃO

A Declaração de Roma de 1996 define a Segurança Alimentar (SA) da seguinte forma:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã (tradução nossa) (FAO, 1996, p.3).

No Brasil, desde 2006 com a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006) adotou-se uma definição que contempla os acordos de 1996 e agrega fortemente a dimensão nutricional. Na referida lei, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida da seguinte maneira:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p.1).

Esta definição ressalta a importância do contexto humano, subjetivo, cultural e histórico, no campo da Alimentação e Nutrição, conforme descrito por Freitas, Minayo e Fontes (2011), e mais precisamente no campo da SAN.

De fato, a SAN é um fenômeno complexo e multifacetado (FAO, 2008; GROSS et al., 2000), interagindo com seu ambiente socioeconômico, político, institucional, cultural e natural (FAO e Siciav, 2012). Seus determinantes são, portanto, vinculados ao desenvolvimento das sociedades, no sentido do conceito de desenvolvimento humano descrito por Amartya Sen (apud Pnud, 2013, p.1), ou seja “avanço da riqueza da vida humana, mais do que da riqueza da economia na qual seres humanos vivem (tradução nossa)”.

O progresso social e a economia como meio de redução da desigualdade são temas críticos dentro do conceito de desenvolvimento humano (Pnud, 2013) e no campo da SAN. Estudos identificam determinantes socioeconômicos da SAN, como a renda, educação,

gênero, estatuto e desigualdades sociais (BABATUNDE e QAIM, 2010; DEAN e SHARKEY, 2011; NORD, ANDREWS e CARLSON, 2009; RIVERS et al., 2007; SCANLAN, 2004). Outros focalizam como o estado de saúde e as condições sanitárias impactam o acesso e a utilização dos alimentos (BROWN, WEBB e HADDAD, 1994; DE WAAL e WHITESIDE, 2003; TOLOSSA e TAFESSE, 2008; TSAI et al., 2011). Em outra perspectiva, a SAN é um dos fatores que determinam o desenvolvimento humano. Trabalhos sobre o custo da fome descrevem como a má nutrição impacta o crescimento econômico de um país (BROCA, 2002), enquanto a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), abordando a SA, a considera um dos componentes da pobreza (OCDE, 2001). Insegurança alimentar é associada com problemáticas de saúde pública, tal como sobrepeso, obesidade ou deficiências nutricionais (ADAMS, GRUMMER-STAWN e CHAVEZ, 2003; MARTIN e LIPPERT, 2012; TOWNSEND et al., 2001), e interage com outras doenças e saúde mental (COLE e TEMBO, 2011; SULLIVAN et al., 2010; TSAI et al., 2011).

Segundo as estimativas da FAO, 868 milhões de pessoas seguem sofrendo de subalimentação crônica em 2010-2012, dos quais 852 milhões estão em países em desenvolvimento, representando quase 15% da população (FAO, 2012a). A redução maior deste número desde 1990 ocorreu no Sudeste da Ásia, seguida pelo Leste da Ásia e pela América Latina. O continente asiático segue tendo o maior número de pessoas sofrendo de subalimentação crônica em 2010-2012 (563 milhões), mas enquanto isto representa 14% da sua população, a prevalência da subalimentação crônica na África Subsaariana é de 23% (FAO, 2012a). Os determinantes da situação variam de uma região para outra e de um país para outro: observa-se que a variabilidade de produção de alimentos é maior nos países mais vulneráveis à insegurança alimentar, e de fato, na África, as preocupações maiores se referem à disponibilidade de alimentos, assim como ao impacto dos conflitos ou da instabilidade política em geral (USDA, 2012). Ao mesmo tempo, na América Latina e Caribe, a prevalência de subalimentação é analisada junto com as desigualdades de distribuição de renda (USDA, 2012) e com os preços dos alimentos, sendo que esta região, considerada como um todo, não tem problemas de disponibilidade de alimentos (FAO, 2011a). Enquanto o número de pessoas subalimentadas na América Latina e Caribe diminui, a preocupação para as taxas de sobrepeso e obesidade vem crescendo (FAO, 2011a). De fato, observa-se uma epidemia

crescente de sobrepeso e obesidade no mundo: em 2008, mais de 200 milhões de homens e quase 300 milhões de mulheres foram classificados como obesos (OMS, 2012).

Há então um cenário mundial no qual a prevalência da fome, expressão maior da insegurança alimentar por privação, e também a crescente epidemia da obesidade, entre outras doenças crônicas, resultante de padrões alimentares não saudáveis também indicativos de insegurança alimentar, se colocam como problemas para milhões de seres humanos. Como referido por Persichino (2004), com base no pensamento de Amartya Sen, jamais existiu fome aguda em um Estado que proscree sua ocorrência na Constituição. Trata-se então, segundo Persichino, de um tema que revela déficits de direitos os quais produzem as crises humanitárias.

Dentre os direitos humanos, o direito humano à alimentação foi reconhecido na declaração universal dos direitos humanos de 1948 (ONU, 1948) e, em 1966, nasceu o Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais por meio do qual os Estados se comprometeram a tomar medidas para aplicá-lo (ONU, 1966). A partir do início da década de 90, no entanto, consolida-se um movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996, associou definitivamente o cumprimento do DHAA à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (BURITY et al., 2010). O plano de ação gerado na Cúpula Mundial de Alimentação promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em 1996 estabeleceu o entendimento sobre segurança alimentar que deveria nortear as ações dos países signatários, assim como os compromissos, os objetivos e as ações voltadas para erradicar a fome em todos os países, fundamentados na reafirmação de todos terem direito ao acesso a alimentos seguros e nutritivos, em acordo com o direito à alimentação adequada e com o direito universal fundamental de não sofrer de fome (FAO, 1996).

Desde então, tornou-se claro que para se alcançar a SAN caberia uma ação concertada em vários níveis, buscando-se soluções coletivas para problemas mundiais, ao tempo que cada

país deveria adaptar estratégias para alcançar os objetivos, considerando seus recursos e capacidades. O segundo compromisso do plano estabelece a importância de novas políticas públicas para dar conta dos desafios, conforme transcrito:

Implementaremos políticas que tenham como objetivo erradicar a pobreza e a desigualdade e melhorar o acesso físico e econômico de todos, a todo momento, a alimentos suficientes e, nutricionalmente adequados e seguros, e sua utilização efetiva (tradução nossa) (FAO, 1996, p.2).

Os objetivos da Cúpula Mundial da Alimentação (CMA) de 1996, referência histórica em termos de compromissos internacionais no campo da SAN, foram reafirmados ao longo de numerosos encontros internacionais, entre os quais vale ressaltar a Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois, em 2002, e a Cúpula Mundial da Alimentação de 2009 (IISD e FAO, 2009).

Não obstante, é reconhecida a necessidade de ações multisetoriais para a promoção e garantia da SAN, necessidade esta comentada por Valente, que argumenta sobre a dificuldade de serem estabelecidas políticas integradoras e transversais:

O estabelecimento de políticas públicas conseqüentes [...] exige um esforço de integração e articulação de ações governamentais, e destas com as iniciativas da sociedade civil, partindo da repactuação política e técnica dos conceitos básicos de fome, desnutrição, pobreza e mesmo alimentação e nutrição. [...] os técnicos responsáveis pela elaboração das políticas terão que sair de seus casulos profissionais, [...] que dificultam a transdisciplinaridade necessária ao enfrentamento da fome e da desnutrição (VALENTE, 2003, p. 58-59).

Neste trabalho argumenta-se que um dos aspectos a considerar no entendimento das dificuldades para uma resposta integrada e eficaz dos Estados e governos pode estar na inexistência ou existência de sistemas efetivos de avaliação da SAN. De forma complementar entende-se que cada vez mais, em face da complexidade dos problemas, são necessários conhecimentos científicos para subsidiar os processos de tomada de decisões, no que tem sido reconhecido como política baseada em evidências pelo Estado Moderno (BARRETO, 2004). No âmbito do compromisso anteriormente referido do Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, definiu-se como meta para todos os países signatários o desenvolvimento e a atualização periódica de sistemas de informação e de cartografia da insegurança alimentar, os quais deveriam indicar de forma mais descentralizada e localizada possível as populações e

áreas mais afetadas pelos problemas da fome e da subnutrição, e também os determinantes das situações encontradas. No caso, conforme consta no documento, enfatizou-se a preocupação de estimular a formação de um estoque de conhecimentos que pudesse orientar ações efetivas e eficazes, evitando duplicação de esforços (FAO, 1996).

Entende-se que o portfólio de ações potenciais e requeridas para atender a este compromisso do Plano de Ação da CMA de 1996, tanto em termos de políticas como em termos da avaliação da SAN, é muito extenso. De fato, a complexidade do fenômeno da insegurança alimentar e nutricional, sua estreita relação com características de desenvolvimento humano, e a alta heterogeneidade de contextos entre os signatários deixa antecipar formas de avaliação e de resposta múltiplas e distintas. Desde a “Geografia da Fome”, obra de referência em que Josué de Castro (1946), além de denunciar a fome como um mal deliberadamente escondido e perpetrado por homens contra homens, introduziu a ideia de “mapear” a fome, associando a existência do problema ao território, numerosas foram e são as iniciativas para mapear a insegurança alimentar e nutricional no mundo.

O mapeamento das iniciativas de avaliação e de ação no campo da SAN, por seu lado, está se desenvolvendo, embora a quase totalidade dos estudos realizados até hoje sejam estudos de caso, estudos comparativos, ou estudos regionais, enfatizando descrições e análises detalhadas das iniciativas, mais do que uma análise global e um mapeamento em si. Portanto, este estudo objetivou gerar respostas sobre o cenário de ação e avaliação da SAN no âmbito mundial, investigando se e como a insegurança alimentar e nutricional vem sendo avaliada e combatida no grupo de países signatários de pacto de referência para esta área, e quais as interações entre as formas de ação no campo da SAN e as características de desenvolvimento dos países analisados.

Para alcançar o objetivo geral adotou-se a técnica da pesquisa documental, tendo como fonte documentos eletrônicos que registram experiências no campo da avaliação e das políticas públicas de SAN, partindo do universo dos países signatários dos documentos emanados da CMA de 1996.

Entende-se que o repertório reconstruído de experiências em avaliação e ações de segurança alimentar e nutricional forma uma base de dados capaz de conduzir os investigadores a refletir sobre boas práticas no campo da ação pública de SAN. Para o Brasil, tendo em vista a experiência acumulada na avaliação da SAN e o lançamento em junho de 2011 do Plano de Erradicação da Extrema Pobreza, trata-se de reconhecer o que está sendo aprendido que pode apoiar outros países, e também de aprender com outras experiências.

Na continuidade serão apresentados os objetivos do estudo e a metodologia geral proposta. Em seguida serão descritos os resultados divididos em duas partes, com, para cada parte, o detalhamento dos objetivos específicos aos quais pretende-se atender e a metodologia detalhada utilizada.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para o estoque de conhecimentos sobre as formas de avaliação e ação pública de segurança alimentar e nutricional adotadas no âmbito internacional, e seus vínculos com as características de desenvolvimento humano dos países.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear iniciativas públicas de avaliação e ação para a SAN em países signatários da CMA 1996, considerando distribuição intra e intercontinental com ênfase na América Latina;
- Construir um acervo de documentos de avaliação da SAN coletados numa seleção de países signatários da CMA 1996;
- Caracterizar os documentos de avaliação da SAN identificados segundo conceito e definição adotados, abrangência, atores envolvidos e tipologia em uma amostra de documentos do acervo construído;
- Estabelecer associações entre existência e formas de avaliação e ação no campo da SAN e características de desenvolvimento humano, social e econômico dos países.

3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGENS CAUSAIS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para efetuar este estudo precisou-se definir o quadro conceitual da SAN, fenômeno multidimensional, objetivando definir o campo de pesquisa e seus limites. Para além do conceito da SA, e conforme as definições citadas na introdução, esta pesquisa contemplou o conceito de SAN. No entanto, procurou-se ser sensível aos termos utilizados por diferentes autores encontrados na pesquisa bibliográfica, referindo aos termos exatos utilizados pelos ditos autores ao citar os seus trabalhos.

Até a década de 80 as abordagens dos determinantes da IAN eram parciais, focalizadas sobre a produção agrícola e, num segundo tempo, no abastecimento (BURITY et al., 2010). As abordagens abrangentes que surgiram a partir do final da década de 80 tenderam a analisar o conjunto dos determinantes da SAN, em concordância com a transdisciplinaridade mencionada por Valente (2003), necessária para enfrentar a IAN. Entre elas são destacadas neste estudo duas abordagens, como apresentado na sequência.

A FAO (2008) adota as dimensões da disponibilidade dos alimentos, do acesso aos alimentos, da utilização biológica dos alimentos, e da estabilidade; cujas definições podem ser as seguintes (KEPPLE, 2010):

- Disponibilidade dos alimentos: oferta de alimentos para toda população, depende da produção, da importação, dos sistemas de armazenamento e de distribuição;

- Acesso aos alimentos: capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional, a partir de estratégias cultural e socialmente aceitáveis, além de depender da política de preços e da renda familiar;

- Utilização biológica dos alimentos: aproveitamento pelo organismo dos nutrientes, depende da segurança microbiológica dos alimentos e pode ser afetado pelos conhecimentos, hábitos e escolhas sociais;

- Estabilidade: grau de perenidade da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos.

Santos e Santos (2007) acrescentaram a dimensão do consumo alimentar, etapa entre o acesso aos alimentos e a utilização biológica em que, além de ter acesso, a pessoa também escolhe consumir alimentos, variando em quantidade e em qualidade nutricional. Esta dimensão analisa separadamente os determinantes de hábitos e higiene alimentar que dependem de conhecimentos e escolhas culturais e sociais.

Em estudo que objetivou desenvolver e aplicar um protocolo de indicadores indiretos para avaliação da SAN, Panelli-Martins, Santos e Oliveira (2008) propuseram também quatro dimensões, a saber:

- Disponibilidade dos alimentos, que se refere ao transporte, à produção e à comercialização de alimentos no município que podem limitar a oferta de alimentos à população;

- Acesso aos alimentos, referindo-se a fatores sociais, econômicos e culturais que interferem no consumo de alimentos;

- Consumo de alimentos, que inclui aspectos relacionados às condições de saúde e nutrição que reflitam o consumo de alimentos e;

- Utilização biológica de nutrientes, que se relaciona às condições de acesso a serviços sociais, de saneamento e de saúde que possam limitar a utilização dos nutrientes presentes nos alimentos consumidos.

Na segunda abordagem, Walleser Kepple e Segall-Corrêa (2011) propõem um modelo conceitual que classifica os determinantes da SAN em macrosocioeconômicos, regionais e locais, e domiciliares, podendo ser considerado bastante abrangente por contemplar desde o sistema político-econômico mundial até determinantes domiciliares como renda, raça/cor, escolaridade, entre outros.

Estas duas abordagens não são contraditórias, pelo contrário, são complementares, como mostra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ao adotar na pesquisa de SAN uma matriz de indicadores de duas entradas: (1) níveis macro, meso, e micro; e (2) disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade. Assim, na pesquisa realizada, foram considerados documentos que focalizem em uma ou várias destas dimensões.

3.2 DESAFIOS PARA AVALIAÇÃO E POLÍTICAS DE SAN

Reconhecida a complexidade do fenômeno em suas múltiplas dimensões, importa destacar que existem diversas opções para avaliar e agir em relação ao problema. Assim este estudo buscou identificar o repertório metodológico disponível visando ser o mais inclusivo possível.

Tendo em vista as formas para avaliar a SAN registram-se desde aquelas que buscam contemplar todas as dimensões causais, como outras centradas em aspectos específicos, a saber: a) métodos que usam dados nacionais de agricultura, como a disponibilidade de alimentos (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América) e disponibilidade *per capita* de energia (FAO); b) métodos que utilizam inquéritos de renda e despesas das famílias e c) métodos baseados no consumo familiar (PANELLI-MARTINS, 2007).

A FAO decidiu rever em 2011 o método de avaliação da SAN, incluindo novos indicadores para contemplar melhor a natureza multifacetada da insegurança alimentar, e embora tenha utilizado uma versão melhorada das estimativas de subnutrição em 2012, reafirmou a necessidade de utilizar um conjunto mais extenso de indicadores (FAO, 2011b, 2012a).

Cada um dos métodos adotados tem vantagens e desvantagens e sua aplicabilidade depende do contexto de cada país. Por outro lado são métodos que podem responder sobre a situação de SAN na perspectiva de um país, mas dificilmente são aplicáveis para níveis mais descentralizados de decisão-ação, o que é importante em se tratando de países que, como o Brasil, adotaram a descentralização de políticas sociais na direção dos municípios.

Após a CMA de 1996, em março de 1997, a FAO convocou uma consulta técnica para (1) examinar os métodos e indicadores utilizados para avaliar a insegurança alimentar e a vulnerabilidade, e fazer recomendações; e (2) propor um plano de trabalho para a elaboração e a implementação de Sistemas de Informação e Cartografia sobre a Insegurança Alimentar e a Vulnerabilidade (Siciav) a níveis nacional e internacional. Foi criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre os Siciav (GTI-Siciav) (CSA, 1998). Em outubro de 1999, o GTI-Siciav lançou o informe da quarta reunião do subgrupo sobre indicadores, avaliação e cartografia, sugerindo uma lista com alguns indicadores adotados em diferentes países, visando padronizar e facilitar a avaliação de políticas e ações voltadas à garantia da SAN. Em 2000, a secretaria da FAO propôs uma lista de indicadores para avaliação da situação da SAN mundial, tendo em vista a elaboração de índices de acesso aos alimentos e a vulnerabilidade alimentar. Hoje a “iniciativa Siciav” fornece apoio técnico, ferramentas e manuais a países que querem desenvolver mecanismos de avaliação da SAN, e disponibiliza dados globais e nacionais sobre a insegurança alimentar (Siciav, 2011). Outras iniciativas importantes ocorreram na mesma direção de propor padrões para avaliar a SAN, como os *Common Country Assessment* (ONU, 1999), e o *Vulnerability Analysis and Mapping* (PMA, 2011).

Segundo a FAO (2000), a maioria dos sistemas de monitoramento da SAN está organizada em torno de quatros pilares:

- Monitoramento da produção agrícola e animal;
- Sistemas de informação sobre os mercados nacional e internacional;
- Monitoramento social das populações vulneráveis;
- Sistemas de monitoramento da Saúde e do estado nutricional das populações.

Outra metodologia para avaliação de situações de SAN desenvolvida e validada no âmbito internacional e no Brasil é uma escala para avaliação da experiência de privação alimentar nos domicílios. O instrumento original foi desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Cornell, nos anos 80, e suas questões buscam refletir graus diferenciados de privação alimentar, desde a preocupação com a possibilidade de faltar dinheiro para comprar comida, passando pela redução da qualidade da dieta por falta de dinheiro e alcançando a redução do consumo, até à fome, entre adultos e crianças (PÉREZ-ESCAMILLA e SEGALL-CORRÊA, 2008).

A escala original tem sido validada e aplicada em vários países. No Brasil a validação foi realizada e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar foi incorporada à Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – Pnad, realizada pelo IBGE, em dois momentos, em 2004 e em 2009 (IBGE, 2010). Desta forma, com esta aplicação da escala, tem sido possível no país compreender a distribuição do fenômeno e suas causas, e analisar mudanças do problema no tempo.

Importa ainda destacar que os países podem contar com um ou outro mecanismo para avaliação da SAN ou podem compor um sistema que, inclusive, pode se articular ao sistema formulador de políticas públicas. Alguns países contam com um sistema de alerta precoce, destinado a prevenir crises alimentares e nutricionais agudas. Neste caso inclui-se um monitoramento do estado da SAN, mas também um sistema de previsão e resposta em caso de alerta.

Da mesma maneira que existem diversas opções para avaliar insegurança alimentar e nutricional, existem diversas opções para enfrentá-la. Von Braun et al. (1992) distinguiram diferentes tipos de políticas impactando a segurança alimentar de um país: (a) políticas macroeconômicas e estratégias de desenvolvimento; (b) políticas orientadas ao mercado, ao armazenamento e à assistência alimentar para a estabilidade da oferta de alimentos; (c) políticas orientadas à produção de alimentos; (d) outras políticas orientadas à geração de renda e emprego; (e) distribuições alimentares e subvenções direcionadas a segmentos específicos da população (programas de alimentação escolar, por exemplo); (f) programas emergenciais; e (g) programas de monitoramento e avaliação da situação. Em 1993, Von

Braun et al., integrando a problemática nutricional na sua análise, adicionaram a este leque as seguintes políticas: (h) programas de alimentação complementar; (i) programas de saúde, de saneamento e de segurança dos alimentos.

Utilizando o modelo conceitual de Metz (2000) (Figura 1), Bokeloh (2005) descreve os diferentes mecanismos que intervêm entre as políticas a nível macro, ou seja, no plano nacional, os mercados e infraestruturas a nível meso, e a oferta e demanda de alimentos a nível micro, resultando no estado de segurança alimentar e no estado nutricional nos domicílios.

Segundo o modelo conceitual da SAN adotada pela FAO (2009), são diferenciados políticas e programas que buscam: (a) aumentar o fornecimento de alimentos (disponibilidade); (b) melhorar o acesso a alimentos – reduzir a pobreza; (c) melhorar a utilização dos alimentos; e (d) assegurar a estabilidade da oferta de alimentos. Neste quadro conceitual, políticas que tem efeitos múltiplos sobre a segurança alimentar identificam-se como “abordagens múltiplas” (Figura 2).

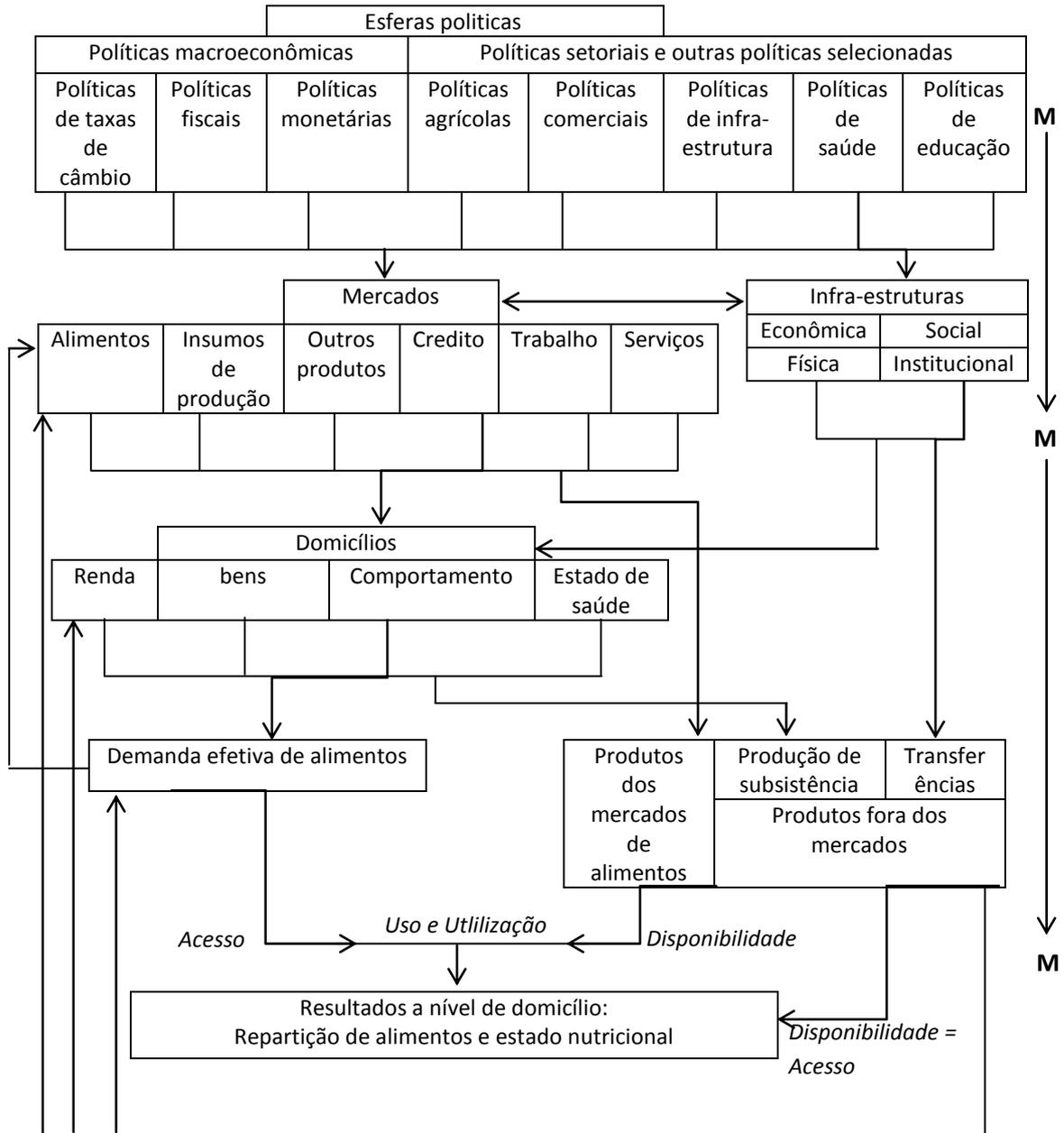


Figura 1. Quadro conceitual dos vínculos macro-meso-micro entre políticas e Segurança Alimentar e Nutricional.
 Fonte: Metz (2000) (tradução nossa)

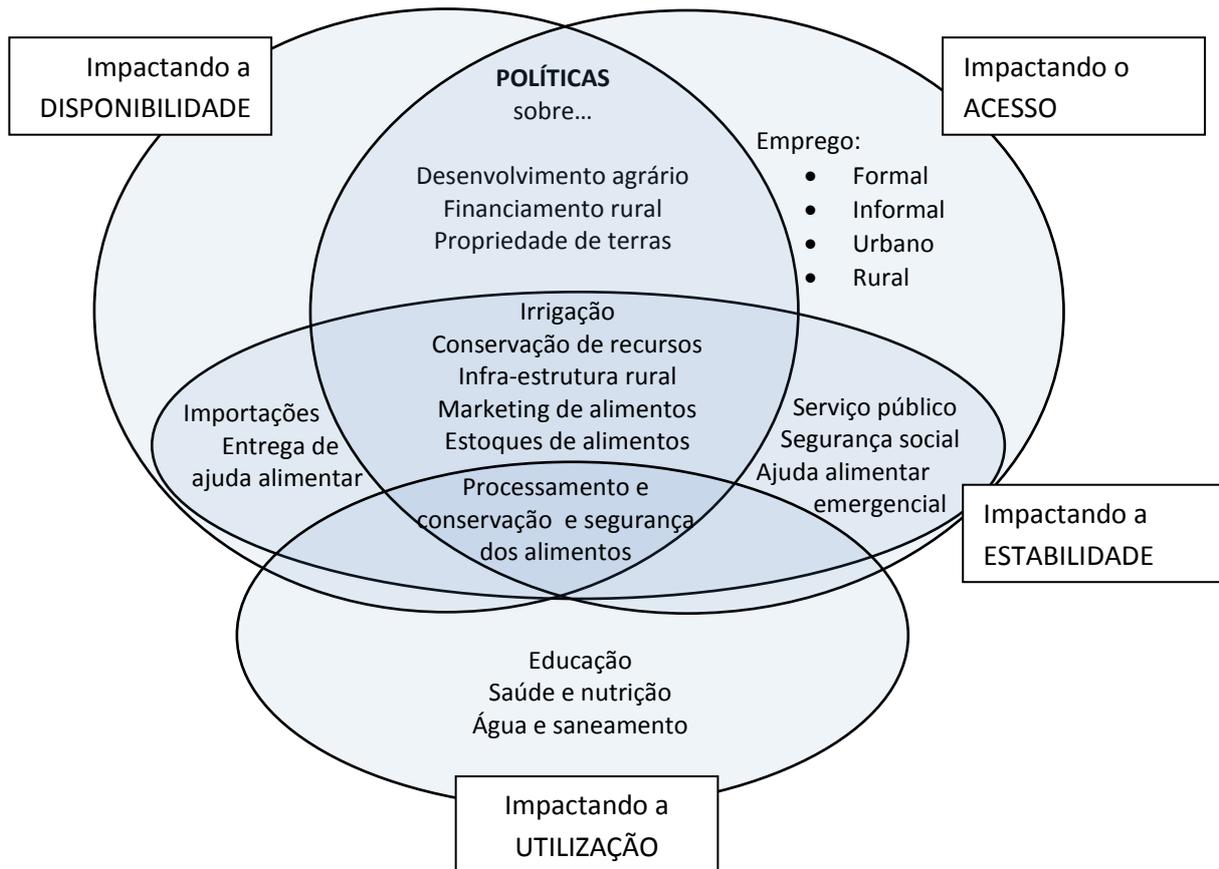


Figura 2. Efeitos múltiplos de medidas pertencendo a diferentes esferas políticas sobre a Segurança Alimentar.

Fonte: FAO (2009) (tradução nossa)

Importa ainda destacar que existem duas abordagens típicas (FAO, 2009):

- Incorporar problemáticas de segurança alimentar em outras políticas e estratégias de desenvolvimento nacionais;
- Desenvolver uma política específica de segurança alimentar.

Ao considerar a segunda abordagem, a análise de Stamoulis e Zezza (2003) afirma a necessidade de: (a) coordenar as políticas de segurança alimentar com qualquer outra iniciativa que vem a impactar a situação de SA; (b) integrar a SA no desenho de políticas e programas de abrangência nacional, regional e local; (c) coordenar ações dos governos e da sociedade civil – Organizações Não Governamentais (ONGs) e sindicatos; e (d) coordenar ações dos governos e das organizações internacionais. Analisando as diferentes respostas dos

governos em frente a crise alimentar, Veiga (2010) ainda mostra a complexidade em conseguir um equilíbrio adequado entre medidas de curto e programas de longo prazo.

No plano internacional, o Brasil oferece um quadro conceitual importante para a Segurança Alimentar e Nutricional e um contexto relevante de políticas e programas relacionados. Chmielewska e Souza (2011) descrevem as conquistas realizadas em termos de política de segurança alimentar e nutricional, apresentando o quadro político de SAN no Brasil como uma estrutura em constante evolução, marcada pela combinação de ações estruturais e de curto prazo, com uma abordagem multissetorial, uma implementação descentralizada, e na qual a sociedade civil tem um papel chave.

O quadro 1 descreve as diretrizes da Política Nacional de SAN no Brasil, adotada em 2010, e os programas e ações do governo correspondentes, ilustrando a intersetorialidade e a abrangência de tal política e a variedade de ações que decorrem da mesma.

Diretrizes da Política Nacional de SAN	Programas e Ações do Governo Federal
I. Promover o acesso universal à alimentação	transferência de renda; alimentação escolar; alimentação do trabalhador; rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição; distribuição de cestas de alimentos; garantia de preço mínimo para os produtos agroalimentares.
II. Estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos	apoio creditício à agricultura familiar; garantia de preços diferenciados; assistência técnica e extensão rural; reforma agrária; agricultura urbana e periurbana; abastecimento; pesca e aquicultura; economia solidária.
III. Instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e direito humano à alimentação adequada	educação alimentar e nutricional nos sistemas públicos; valorização da cultura alimentar brasileira; formação em direito humano à alimentação e mobilização social para a conquista da SAN; formação de produtores e manipuladores de alimentos.
IV. Ampliar e coordenar as ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para povos indígenas e comunidades tradicionais	acesso aos territórios tradicionais e recursos naturais; inclusão produtiva e fomento à produção sustentável; alimentação e nutrição indígena; distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos; atendimento diferenciado em programas e ações de SAN.
V. Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional	vigilância sanitária para a qualidade dos alimentos; nutrição na atenção básica; vigilância alimentar e nutricional; saúde no Programa Bolsa Família; promoção da alimentação adequada; prevenção e controle de carências nutricionais; estruturação e implementação das ações de alimentação e nutrição nos estados e municípios.
VI. Promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional	negociações internacionais; cooperação Sul-Sul na área de SAN e de desenvolvimento agrícola; assistência humanitária internacional.
VII. Promover o acesso à água para consumo humano e para a produção de alimentos	estruturação do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos; gestão e revitalização de bacias hidrográficas; disponibilidade e acesso à água para alimentação e produção de alimentos; saneamento e qualidade da água.

Quadro 1. Diretrizes da Política Nacional de SAN no Brasil, adotada em 2010, e os programas e ações do governo correspondentes.

Fonte: Consea, 2009

Entende-se então que o portfólio de ações potenciais direcionadas à SAN é extenso. Além de depender das características do problema, ou seja, da natureza e do estado da insegurança alimentar e nutricional, assim como da disponibilidade de recursos e das capacidades institucionais próprias a cada país (VON BRAUN et al., 1993), considera-se, na linha da análise de Stamoulis e Zezza (2003), que este portfólio também resulta da articulação e das prioridades definidas entre os diferentes setores da economia, do grau e das modalidades de descentralização das políticas, da inclusão e distribuição de poder entre sociedades civis e governos, e da coordenação com a comunidade internacional. Por suposto, vale acrescentar aqui as orientações políticas que, como mostram os estudos de Riches (1997, 2002), também impactam escolhas em termos de políticas de SAN.

Portanto, muitas podem ser as possibilidades adotadas por um país para atender ao disposto no pacto assinado em 1996, tanto em termos de avaliação da SAN como em termos de política(s) de SAN. Na medida em que se pretende analisar tais iniciativas públicas de avaliação e ação para a SAN, cabe definir a abordagem conceitual da ação pública e o que será analisado.

3.3 ABORDAGENS CONCEITUAIS DA AÇÃO PÚBLICA E DA SUA ANÁLISE

Embora o conceito de ação pública inclua participação social no processo de mudança social (DRÈZE e SEN, 1989), na primeira fase deste estudo, a aproximação conceitual refere-se à ação ou iniciativas públicas no sentido de Estados e/ou governos avaliando a situação de SAN e formulando políticas.

De fato, vale destacar a importância da existência de mecanismos de avaliação da SAN, assim como de programas de SAN autóctones tendo os Estados ou governos como geradores, sejam estes elaborados e implementados apenas pelos governos ou por estes em colaboração com as Nações Unidas, ONGs, outros atores da sociedade civil e empresas privadas de consultoria. Isto porque a existência dos mesmos indica que o tema da SAN está na agenda

política e social dos países, e que esta inclusão, por pressuposto, é necessária para mudança a longo prazo das situações de insegurança alimentar e nutricional.

Com este enfoque, foi realizado o mapeamento de tais iniciativas de SAN (Parte I), e selecionados países para análise mais aprofundada dos documentos produzidos pelos sistemas de avaliação. Este recorte foi aplicado na própria seleção de países; a partir disto, abriu-se a análise para todo tipo de avaliação da SAN, inclusive as avaliações realizadas somente por organismos da sociedade civil (Parte II).

Vale ainda definir o foco da análise. Habicht, Victora e Vaughan (1999) diferenciam dois tipos de indicadores quando analisando um programa público de saúde:

a) Os indicadores de Desempenho (“Performance”):

- Indicadores de provisão do serviço: o serviço deve ser subsidiado e ser disponível e acessível à população alvo com qualidade adequada;
- Indicadores de utilização do serviço: a população alvo tem que aceitar o serviço e utilizá-lo;
- Indicadores de cobertura do serviço: a utilização vai resultar numa certa cobertura da população alvo.

b) Os indicadores de “Impacto”: o desempenho pode resultar - ou não - em uma mudança de atitudes ou da saúde da população alvo.

O estudo presente se interessou pelo desempenho dos países na avaliação e nas políticas de SAN, e mais precisamente na provisão do serviço, isto é, naquilo que se refere à existência de políticas e programas de SAN baseados em um sistema capaz de gerar dados que permitam a identificação dos mais vulneráveis e das causas da insegurança alimentar. Assim, refletindo sobre a SAN e IAN, foram admitidas duas categorias amplas de documentos com as seguintes características:

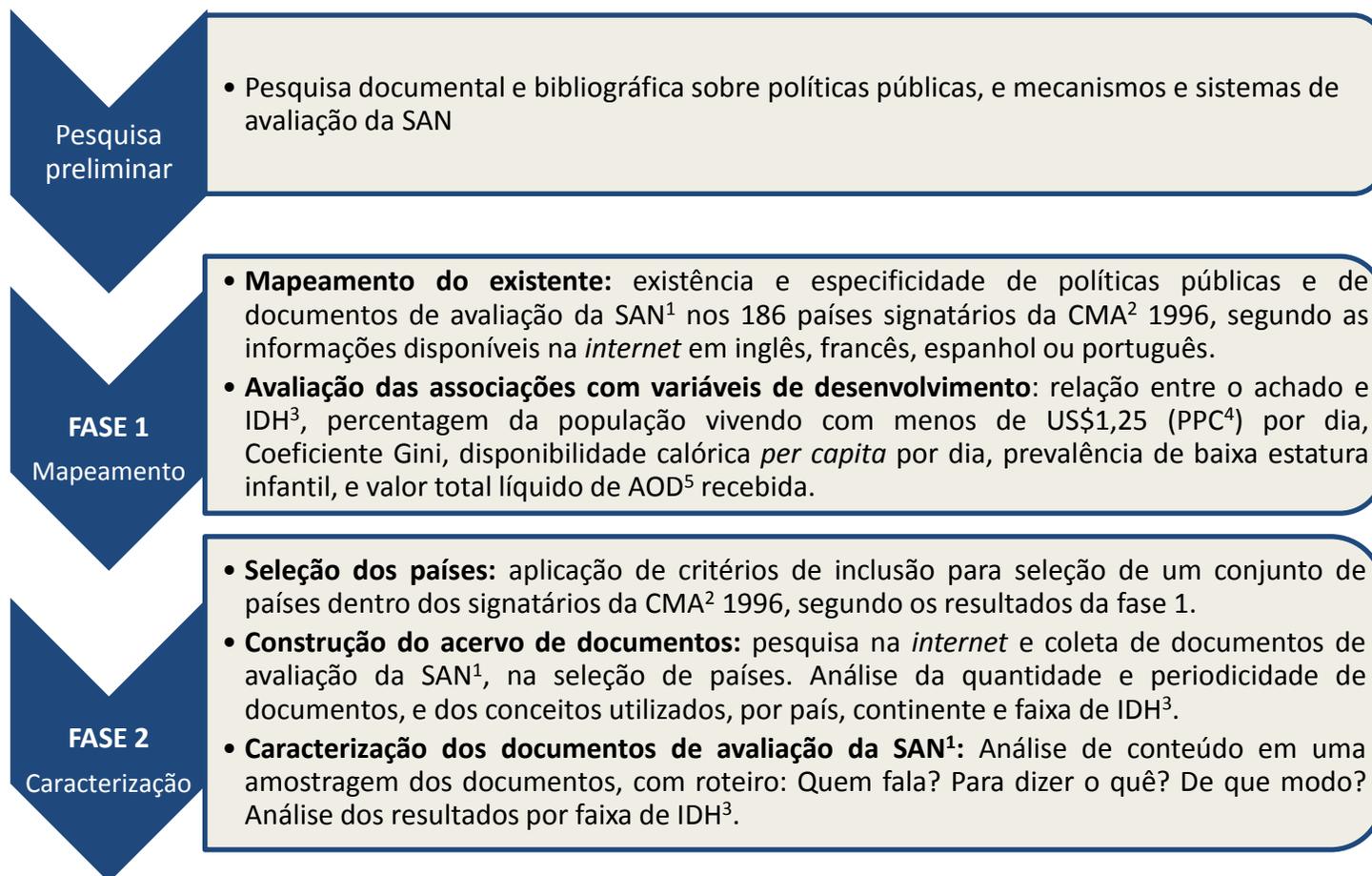
- As políticas públicas de SAN: existência e especificidade de política formulada;
- Os produtos dos sistemas de avaliação da SAN: existência, periodicidade e características dos documentos gerados pelos sistemas e mecanismos de avaliação da SAN.

A seguir o delineamento geral da pesquisa descreve a estrutura do estudo e as etapas adotadas na perspectiva de atender aos objetivos.

3.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este trabalho se define como um estudo exploratório de dados secundários, efetuado por meio de pesquisa documental na *internet* em quatro idiomas: espanhol, francês, inglês e português, aplicando-se aos países signatários da CMA 1996, e adotando 1996 como ponto histórico de referência, considerando as iniciativas tomadas unicamente entre 1996 e 2012.

A Figura 3 mostra a estrutura e as etapas seguidas. Na continuidade, serão apresentados os resultados do estudo, de acordo com as duas fases principais da pesquisa. Indica-se para cada fase os objetivos específicos visados e a metodologia detalhada adotada.



¹ Segurança Alimentar e Nutricional; ² Cúpula Mundial da Alimentação; ³Índice de Desenvolvimento Humano; ⁴Paridade de Poder de Compra; ⁵Assistência Oficial de Desenvolvimento

Figura 3. Etapas de pesquisa adotadas.

Fonte: elaborada pelas autoras

4. RESULTADOS

4.1 MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS PÚBLICAS DE SAN NOS SIGNATÁRIOS DA CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO DE 1996

4.1.1 Objetivos específicos

Esta primeira fase da pesquisa pretende responder aos seguintes objetivos específicos:

- Mapear iniciativas públicas de avaliação e ação para a SAN em países signatários da CMA 1996, considerando distribuição intra e intercontinental com ênfase na América Latina;
- Estabelecer associações entre existência e formas de avaliação e ação no campo da SAN e características de desenvolvimento humano, social e econômico dos países.

4.1.2 Metodologia detalhada

A pesquisa foi realizada em duas etapas principais. Primeiro, de setembro 2011 até março 2012, foi aplicado um roteiro de pesquisa para cada país por dois pesquisadores. Este roteiro incluiu pesquisa em páginas *web* oficiais dos governos e agências estatísticas, assim como por meio da ferramenta de busca *Google*, a mais utilizada no mundo (NETMARKETSHARE, 2012), com base em palavras-chave. O desenho deste roteiro está descrito no Quadro 2, e o roteiro está disponível no Apêndice A. Numa segunda etapa, de março até abril 2012, a informação

encontrada foi verificada e complementada com a informação disponibilizada por sistemas existentes de mapeamento e informação sobre o estado e as políticas de SAN. Estes sistemas incluíram as seguintes páginas e *sites web* da FAO: “Right to Food”, “Improved Global Governance for Hunger Reduction”, “Global Information and Early Warning System” e “Special Programme for Food Security”, assim como os *sites* da *International Food Policy Research Institute* (Ifpri), do Programa Alimentar Mundial (PMA), do *Famine Early Warning System Network* (Fewsnet), do Sistema de Informação e Cartografia sobre a Insegurança Alimentar e a Vulnerabilidade (Siciav), e da *Integrated Phase Classification* (IPC). Os *links* para acesso a estas fontes estão publicados no Apêndice A.

Etapa	Objeto de pesquisa	Universo	Palavras-chave
1. Pesquisa em páginas <i>web</i> oficiais dos governos e do regime executivo existente.	Política pública de SAN e relatório de avaliação de SAN.	Páginas <i>web</i> do regime executivo existente, do Governo, do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, do Ministério do desenvolvimento social / da solidariedade quando existente.	- Português: “Segurança alimentar”, “Segurança nutricional”. - Inglês: “Food security”, “Nutrition security”. - Francês: “Sécurité alimentaire”, “Sécurité nutritionnelle”. - Espanhol: “Seguridad alimentaria”, “Seguridad nutricional”.
2. Pesquisa com ferramenta de busca.	Uma política pública de SAN e o órgão responsável.	Resultados da ferramenta de busca <i>Google</i> .	- Português: “política nacional de SAN”. - Inglês: “Food and Nutrition Security national policy”. - Francês: “Politique nationale de sécurité alimentaire et nutritionnelle”. - Espanhol: “Política nacional de seguridad alimentaria y nutricional”. As palavras-chave são seguidas do nome do país no idioma de pesquisa.
3. Pesquisa sobre a página <i>web</i> do Instituto Nacional de Estatísticas.	Avaliação da SAN.	Página <i>web</i> do Instituto Nacional de Estatísticas.	- Português: “Segurança alimentar”, “Segurança nutricional”. - Inglês: “Food security”, “Nutrition security”. - Francês: “Sécurité alimentaire”, “Sécurité nutritionnelle”. - Espanhol: “Seguridad alimentaria”, “Seguridad nutricional”.
4. Pesquisa com ferramenta de busca.	Relatório(s) de avaliação de SAN.	Resultados da ferramenta de busca <i>Google</i> .	- Português: “avaliação da segurança alimentar e nutricional”, “monitoramento da segurança alimentar e nutricional”. - Inglês: “food and nutrition security monitoring”, “food and nutrition security assessment”, “food and nutrition security surveillance”. - Francês: “surveillance de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”, “évaluation de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”, “monitoring de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”, “assessment de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”. - Espanhol: “vigilancia de la seguridad alimentaria y nutricional”, “monitoramento de la seguridad alimentaria y nutricional”, “avaliación de la seguridad alimentaria y nutricional”. As palavras-chave são seguidas do nome do país no idioma de pesquisa.

Quadro 2. Desenho do roteiro de pesquisa de iniciativas (políticas e avaliações públicas) de SA/SAN nos países – fase 1.

Fonte: elaborado pelas autoras

Os critérios de inclusão utilizados são os seguintes:

- Incluir os termos “(in)segurança alimentar” ou “(in)segurança alimentar e nutricional” nos objetivos ou nos campos avaliados, para políticas e avaliações de SAN, respectivamente;
- Ter uma abrangência nacional, ou seja que pretende cobrir todas ou quase todas as regiões administrativas do país;
- Ser formulada, pelo menos parcialmente, ou contratada pelo governo ou por uma instituição pública nacional;
- Estar formulada, mesmo se não finalizada (políticas de SAN);
- Estar publicada e disponível (avaliações do estado da SAN) ou no mínimo mencionada (políticas públicas de SAN) na *internet* em um dos quatro idiomas de pesquisa.

As variáveis analisadas foram: (a) o tipo de informação encontrada; (b) o tipo de política ou avaliação da SA/SAN encontrada; (c) o conceito utilizado. Categorias foram identificadas ao longo da pesquisa e definidas como segue:

a) Tipo de informação encontrada: documento detalhado (versão final, rascunho, declaração em lei com o conteúdo da política, revisões etc.) / citação ou resumo;

b) - Tipo de política pública encontrada: política específica de SA/SAN / política abrangente que possibilita ação em todas as dimensões da SA (tal como políticas alimentares e nutricionais, políticas de desenvolvimento, e programas ou estratégias globais dos governos) / política setorial (tal como políticas agrícolas ou políticas de nutrição) / nenhuma política incluindo a SA/SAN nos seus objetivos;

- Tipo de avaliação da SAN encontrada: relatório específico de avaliação do estado da SA/SAN / outro relatório, ou política específica de SA/SAN, incluindo um capítulo ou subcapítulo dedicado à avaliação do estado da SA/SAN / outro tipo de avaliação da SA/SAN (por exemplo avaliação da SA/SAN em outro relatório, porém não separada em um capítulo ou subcapítulo, ou diagnóstico da SA/SAN em outro tipo de políticas públicas) / nenhum tipo de avaliação da SA/SAN encontrado;

c) Conceito utilizado: Segurança Alimentar (SA) / Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Uma análise cruzada foi realizada com as variáveis seguintes: (1) Continente; (2) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); (3) Coeficiente Gini – medindo desigualdades de renda; (4) população vivendo com menos de US\$1.25 (Paridade de Poder de Compra - PPC) por dia; (5) disponibilidade calórica *per capita* por dia; (6) prevalência de baixa estatura infantil; e (7) valor total líquido de Assistência Oficial de Desenvolvimento (AOD) recebida entre 1996 e 2010.

As variáveis citadas são as mais utilizadas em se tratando dos determinantes da SAN identificados na revisão bibliográfica. A disponibilidade calórica *per capita* por dia, por sua vez, é o indicador historicamente utilizado pela FAO para medir a desnutrição (FAO, 2010). A AOD foi adicionada ao estudo em um segundo tempo, quando observou-se que muitas políticas encontradas eram formuladas em parceria com a comunidade internacional. Os valores destas variáveis foram coletados nas bases de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da *Central Intelligence Agency* (CIA), da FAO, e da OCDE (CIA, 2012; FAO, 2012b; OCDE, 2012; Pnud, 2012), e categorizados segundo a classificação do Pnud ou por quartil.

Na apresentação dos resultados em quadros e tabelas fez-se necessário agregar categorias e quartis para avaliação das associações de interesse, considerando a baixa proporção de países encontrados em algumas categorias, utilizando o teste exato de Fisher. Os testes estatísticos foram realizados com o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS - versão 13.0) e associações foram consideradas significantes quando $p \leq .05$.

4.1.3 Resultados: Iniciativas públicas de SAN no mundo

4.1.3.1 Imagem global

Entre os signatários da CMA de 1996, encontrou-se uma política pública incluindo a SA ou a SAN nos seus objetivos em 123 países (66%), e encontrou-se uma avaliação da SAN em 139 países (75%). Os dois elementos foram encontrados em 114 países (61%), conforme mostrado na tabela 1.

Tabela 1. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 com uma política pública e/ou uma avaliação da SA²/SAN³ encontradas, por continente.

Continente	Nº e % de países com uma política pública de SA ² ou de SAN ³		Nº e % de países com uma avaliação da SA ² ou da SAN ³		Nº e % de países com os dois		Número total de signatários
África	46	88%	51	98%	46	88%	52
AL&C ⁴	27	82%	27	82%	26	79%	33
América do Norte	2	100%	2	100%	2	100%	2
Ásia	33	73%	33	73%	30	67%	45
Europa	8	20%	20	49%	6	15%	41
Oceania	7	54%	6	46%	4	31%	13
Total	123	66%	139	75%	114	61%	186

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴América Latina e Caribe

Fonte : elaborada pelas autoras

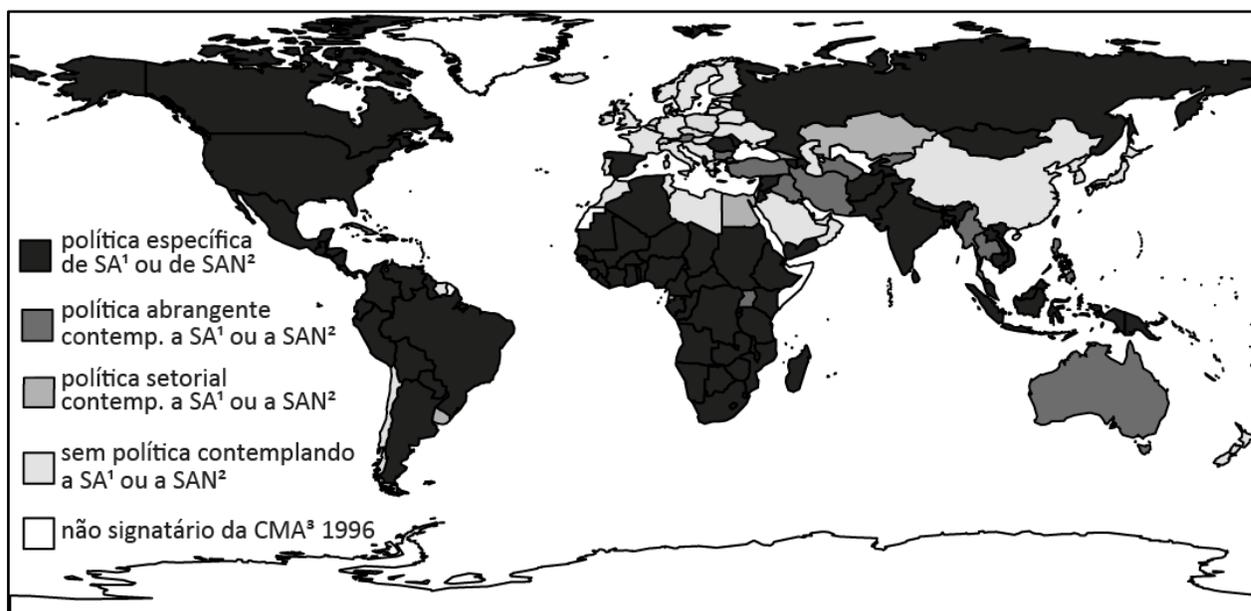
Encontrou-se uma política específica de SA/SAN em 94 países. Somente 30% destas políticas contavam com documento detalhado disponível e, 27% utilizavam o conceito de SAN. Entre os outros países, 18 tinham uma política abrangente e 11 tinham políticas setoriais (Tabela 2 e Figura 4). As políticas específicas de SA/SAN identificadas estão listadas no Apêndice B.

Tabela 2. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de política de SA²/SAN³ encontrada, por continente.

Continente	Nº e % de países com política específica de SA ³ ou de SAN ²		Nº e % de países com política abrangente contemplando a SA ³ ou a SAN ²		Nº e % de países com política setorial contemplando a SA ³ ou a SAN ²		Número total de signatários
África	43	83%	2	4%	1	2%	52
AL&C ⁴	22	67%	2	6%	3	9%	33
América do Norte	2	100%	0	0%	0	0%	2
Ásia	20	44%	10	22%	3	7%	45
Europa	4	10%	2	5%	2	5%	41
Oceania	3	23%	2	15%	2	15%	13
Total	94	51%	18	10%	11	6%	186

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴América Latina e Caribe

Fonte : elaborada pelas autoras



¹ Segurança Alimentar; ² Segurança Alimentar e Nutricional; ³ Cúpula Mundial da Alimentação

Figura 4. Países com políticas públicas de SA¹/SAN², segundo o tipo de política encontrada, entre os signatários da CMA³ 1996.

Fonte: elaborada pelas autoras

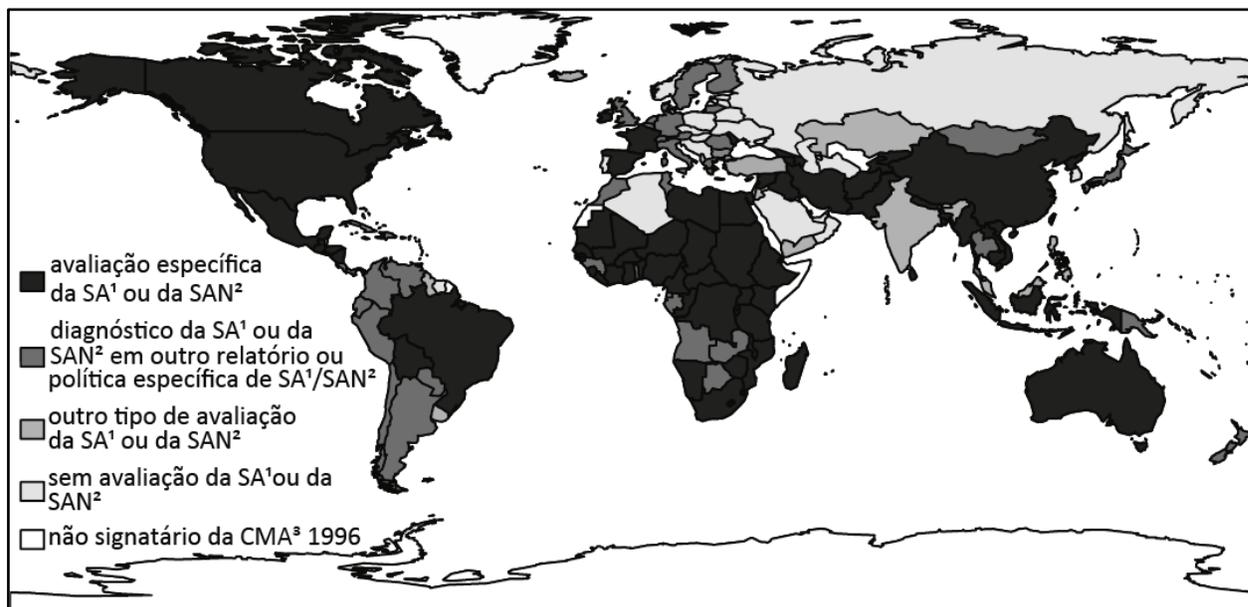
Relatórios específicos de avaliação da SA/SAN foram encontrados em 73 países. Entre os países restantes, 44 tinham outro relatório ou política específica de SA/SAN com um capítulo ou um subcapítulo dedicado à avaliação do estado da SA/SAN, 22 países tinham outro tipo de avaliação da SA/SAN (Tabela 3 e Figura 5).

Tabela 3. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de avaliação da SA²/SAN³ encontrada, por continente.

Continente	Nº e % de países com relatório específico de avaliação da SA ² ou da SAN ³		Nº e % de países com capítulo de avaliação da SA ² ou da SAN ³ em outro relatório ou em uma política específica de SA/SAN		Nº e % de países com outro tipo de avaliação da SA ² ou da SAN ³		Nº e % de países sem nenhum tipo de avaliação da SA ² ou da SAN ³		Número total de signatários
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
África	38	73%	10	19%	3	6%	1	2%	52
AL&C ⁴	8	24%	12	36%	7	21%	6	18%	33
América do Norte	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%	2
Ásia	19	42%	5	11%	9	20%	12	27%	45
Europa	5	12%	14	34%	1	2%	21	51%	41
Oceania	1	8%	3	23%	2	15%	7	54%	13
Total	73	39%	44	24%	22	12%	47	25%	186

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴América Latina e Caribe

Fonte : elaborada pelas autoras



¹ Segurança Alimentar; ² Segurança Alimentar e Nutricional; ³ Cúpula Mundial da Alimentação

Figura 5. Países com relatórios de avaliação da SA¹/SAN², segundo o tipo de avaliação encontrada, entre os signatários da CMA³ 1996.

Fonte : elaborada pelas autoras

4.1.3.2 Análise por indicador de desenvolvimento

O perfil típico de um país para o qual foram identificados uma política específica e um relatório específico de avaliação da SA/SAN é: (1) IDH baixo (segundo a classificação do Pnud); (2) mais de 29% da população vivendo com menos de US\$1.25 por dia (PPC); (3) Coeficiente Gini acima de 46.13; (4) disponibilidade calórica *per capita* por dia inferior a 2 253 Kcal; (5) prevalência de baixa estatura infantil de mais de 38%; e (6) que recebeu mais de US\$ 7 114 milhões de AOD entre 1996 e 2010.

Identificou-se uma política pública de SA/SAN em 96%, 89%, 64% e 23% dos países com IDH baixo, médio, alto e muito alto, respectivamente. De maneira similar, encontrou-se uma

avaliação da SA/SAN em 98%, 89%, 64%, e 60% dos países com IDH baixo, médio, alto e muito alto, respectivamente. O teste exato de Fisher confirmou que há uma associação significativa entre o IDH e a presença ou ausência de política pública ou de avaliação da SA/SAN (Tabelas 4, 5, 6 e 7).

Encontrou-se uma política específica de SA/SAN (por oposição às políticas abrangentes ou setoriais) em 95%, 77%, 62%, e 50% dos países com qualquer tipo de política de SA/SAN com IDH baixo, médio, alto e muito alto, respectivamente. Identificou-se um relatório específico de avaliação da SA/SAN (por oposição a um diagnóstico em outro documento) em 82%, 59%, 24%, e 23% dos países com qualquer tipo de avaliação da SA/SAN com IDH baixo, médio, alto e muito alto, respectivamente (Tabelas 4 e 6).

Tabela 4. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de política de SA²/SAN³ encontrada, por faixa de IDH⁴, Mundo.

IDH ⁴	N° de países				Total (E)	% de países	
	Com política específica de SA ² /SAN ³ (A)	Com política abrangente contemplando a SA ² /SAN ³ (B)	Com política setorial contemplando a SA ² /SAN ³ (C)	Sem política contemplando a SA ² /SAN ³ (D)		A/ (A+B+C)	(A+B+C)/ E
Não info.	0	1	1	7	9	0%	22%
Baixo	41	2	0	2	45	95%	96%
Médio	30	6	3	5	44	77%	89%
Alto	18	6	5	16	45	62%	64%
Muito Alto	5	3	2	33	43	50%	23%
Total	94	18	11	63	186	76%	66%

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte : elaborada pelas autoras

Tabela 5. Número de signatários da CMA¹ 1996 com ou sem política de SA²/SAN³ encontrada, por faixa de IDH⁴, Mundo.

IDH ⁴	N° de países		Valor de p*	N° total de signatários ⁵
	Com qualquer tipo de política de SA ² /SAN ³	Sem política contemplando a SA ² /SAN ³		
Baixo ou Médio	82	7	.000	89
Alto ou Muito Alto	39	49		88
Total	121	56		177

* Teste exato de Fisher

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Índice de Desenvolvimento Humano; ⁵total inferior a 186 devido aos países sem IDH na base de dados utilizada

Fonte : elaborada pelas autoras

Tabela 6. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de avaliação da SA²/SAN³ encontrada, por faixa de IDH⁴, Mundo.

IDH ⁴	N° de países				Total (E)	% de países	
	Com relatório específico de avaliação da SA ² /SAN ³ (A)	Com capítulo de avaliação da SA ² ou da SAN ³ em outro relatório ou em uma política específica de SA ² /SAN ³ (B)	Com outro tipo de avaliação da SA ² ou da SAN ³ (C)	Sem nenhum tipo de avaliação da SA ² ou da SAN ³ (D)		A/ (A+B+C) (E)	(A+B+C) /E
Não info.	1	0	0	8	9	100%	11%
Baixo	36	6	2	1	45	82%	98%
Médio	23	8	8	5	44	59%	89%
Alto	7	12	10	16	45	24%	64%
Muito Alto	6	18	2	17	43	23%	60%
Total	73	44	22	47	186	53%	75%

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte : elaborada pelas autoras

Tabela 7. Número de signatários da CMA¹ 1996 com ou sem avaliação da SA²/SAN³ encontrada, por faixa de IDH⁴, Mundo.

IDH ⁴	N° de países		Valor de p*	N° total de signatários ⁵
	Com qualquer tipo de avaliação da SA ² /SAN ³	Sem avaliação da SA ² /SAN ³		
Baixo ou Médio	83	6	.000	89
Alto ou Muito Alto	55	33		88
Total	138	39		177

* Teste exato de Fisher

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Índice de Desenvolvimento Humano; ⁵total inferior a 186 devido aos países sem IDH na base de dados utilizada

Fonte : elaborada pelas autoras

Foram encontradas políticas públicas de SA ou SAN em 100% dos países com a percentagem mais alta de população vivendo com menos de US\$1.25 (PPC) por dia e com a maior prevalência de baixa estatura infantil, assim como em 96%, 97%, e 92% dos países com o maior Coeficiente Gini, a menor disponibilidade calórica *per capita* por dia, e o maior valor total líquido de AOD recebida, respectivamente. Observou-se um gradiente nas proporções de países com política pública de SA/SAN encontrada entre os quartis das cinco variáveis. Entre estes países, a proporção dos que contavam com uma política específica foi maior nos países de menor desenvolvimento, conforme os indicadores selecionados. Observou-se um gradiente nesta proporção entre os quartis da disponibilidade calórica *per capita* por dia, da prevalência de baixa estatura infantil, e do valor total líquido da AOD recebida (Tabela 8).

Tabela 8. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de política de SA²/SAN³ encontrado, por indicador de desenvolvimento, Mundo.

	N° de países				Total (E)	% de países	
	Com política específica (A)	Com política abrangente (B)	Com política setorial (C)	Sem política de SA ² /SAN ³ (D)		A/ (A+B+C)	(A+B+C)/ E
População com menos de US\$1.25 (PPC⁴) por dia (%)							
Não info.	40	10	7	51	108	70%	53%
Superior a 29%	19	0	0	0	19	100%	100%
De 8% até 28.9%	15	3	1	1	20	79%	95%
De 1% até 7.9%	13	5	1	1	20	68%	95%
Inferior a 0.9%	7	0	2	10	19	78%	47%
Coefficiente Gini							
Não info.	34	10	7	39	90	67%	57%
Superior a 46.13	22	1	0	1	24	96%	96%
De 39.10 até 46.12	14	4	2	4	24	70%	83%
De 33.70 até 39.09	15	1	0	10	26	94%	62%
Inferior a 33.69	9	2	2	9	22	69%	59%
Disponibilidade calórica per capita por dia (Kcal)							
Não info.	8	6	3	44	61	47%	28%
Inferior a 2 253	29	1	0	1	31	97%	97%
De 2 254 até 2 567	26	3	0	3	32	90%	91%
De 2 568 até 2 956	19	3	6	3	31	68%	90%
Superior a 2 957	12	5	2	12	31	63%	61%
Baixa estatura infantil (%)							
Não info.	26	7	6	55	94	67%	41%
Superior a 38%	27	0	0	0	27	100%	100%
De 24% até 37%	16	3	0	1	20	84%	95%
De 13% até 23%	15	3	2	4	24	75%	83%
Inferior 12%	10	5	3	3	21	56%	86%
AOD⁵ total líquida recebida (milhões de US\$)							
Não info.	5	2	2	20	29	56%	31%
Superior a 7 114	31	3	1	3	38	89%	92%
De 2 224 até 7 113	30	4	2	4	40	83%	90%
De 525 até 2 223	19	6	2	12	39	70%	69%
Inferior a 524	9	3	4	24	40	56%	40%
Total	94	18	11	63	186	76%	66%

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Paridade de Poder de Compra; ⁵Assistência Oficial de Desenvolvimento

Fonte : elaborada pelas autoras

Além disto, observou-se associação estatisticamente significativa entre cada variável e a presença ou ausência de uma política pública de SA/SAN encontrada, a saber: a percentagem da população vivendo com menos de US\$1.25 por dia (PPC) ($p=.003$), o Coeficiente Gini ($p=.002$), a disponibilidade calórica *per capita* por dia ($p=.006$), a prevalência de baixa estatura infantil ($p=.029$), e o valor total líquido de AOD recebida ($p=.000$) (Tabela 9).

Tabela 9. Número de signatários da CMA¹ 1996 com ou sem política de SA²/SAN³ encontrada, por indicador de desenvolvimento, Mundo.

	N° de países		Valor de p*	N° total de signatários ⁴
	Com qualquer tipo de política de SA ² /SAN ³	Sem política contemplando a SA ² /SAN ³		
População com menos de US\$1.25 (PPC⁵) por dia (%)				
Superior a 8%	38	1	.003	39
Inferior a 7.9%	28	11		39
Coeficiente Gini				
Superior a 39.10	43	5	.002	48
Inferior a 39.09	29	19		48
Disponibilidade calórica <i>per capita</i> por dia (Kcal)				
Inferior a 2 567	59	4	.006	63
Superior a 2 568	47	15		62
Baixa estatura infantil (%)				
Superior a 24%	46	1	.029	47
Inferior a 23%	38	7		45
AOD⁶ total líquida recebida (milhões de US\$)				
Superior a 2 224	71	7	.000	78
Inferior a 2 223	43	36		79

* Teste exato de Fisher

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴ total inferior a 186 devido aos países sem informação dos indicadores nas bases de dados utilizadas; ⁵ Paridade de Poder de Compra; ⁶ Assistência Oficial de Desenvolvimento

Fonte : elaborada pelas autoras

Quanto à avaliação da SAN, foram identificados documentos em 100% dos países com a percentagem mais alta de população vivendo com menos de US\$1.25 por dia, com o maior Coeficiente Gini, com a menor disponibilidade calórica *per capita* por dia, e com a maior prevalência de baixa estatura infantil. Da mesma maneira, encontrou-se uma avaliação da SA/SAN em 97% dos países com o maior valor total líquido de AOD recebida. Foram observados gradientes nas proporções de países com uma avaliação da SA/SAN, entre os quartis das cinco variáveis. Entre os países com uma avaliação da SAN encontrada, foram identificados relatórios específicos de avaliação da SA/SAN em proporções maiores nos quartis menos favorecidos das variáveis de desenvolvimento. Observou-se um gradiente nestas proporções entre os quartis da percentagem da população com menos de US\$1.25 (PPC) por dia e entre os quartis do valor total líquido de AOD recebida (Tabela 10).

Tabela 10. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de avaliação da SA²/SAN³ encontrado, por indicador de desenvolvimento, Mundo.

	N° de países				% de países		
	Com relatório específico (A)	Com diagnóstico em outro relatório ou em política específica (B)	Com outro tipo de avaliação (C)	Sem avaliação (D)	Total (E)	A/(A+B+C)	(A+B+C)/E
População com menos de \$1.25 (PPC⁴) por dia (%)							
Não info.	32	25	14	37	108	45%	66%
Superior a 29%	16	2	1	0	19	84%	100%
De 8% até 28.9%	14	4	2	0	20	70%	100%
De 1% até 7.9%	11	7	1	1	20	58%	95%
Inferior a 0.9%	0	6	4	9	19	0%	53%
Coefficiente Gini							
Não info.	27	14	14	35	90	49%	61%
Superior a 46.13	14	9	1	0	24	58%	100%
De 39.10 até 46.12	11	7	3	3	24	52%	88%
De 33.70 até 39.09	12	6	3	5	26	57%	81%
Inferior a 33.69	9	8	1	4	22	50%	82%
Disponibilidade calórica per capita por dia (Kcal)							
Não info.	10	15	8	28	61	30%	54%
Inferior a 2 253	25	5	1	0	31	81%	100%
De 2 254 até 2 567	18	8	2	4	32	64%	88%
De 2 568 até 2 956	11	9	6	5	31	42%	84%
Superior a 2 957	9	7	5	10	31	43%	68%
Baixa estatura infantil (%)							
Não info.	17	23	13	41	94	32%	56%
Superior a 38%	22	3	2	0	27	81%	100%
De 24% até 37%	17	2	1	0	20	85%	100%
De 13% até 23%	13	7	1	3	24	62%	88%
Inferior 12%	4	9	5	3	21	22%	86%
AOD⁵ total líquida recebida (milhões de US\$)							
Não info.	7	14	0	8	29	33%	72%
Superior a 7 114	32	2	3	1	38	86%	97%
De 2 224 até 7 113	23	10	2	5	40	66%	88%
De 525 até 2 223	10	10	8	11	39	36%	72%
Inferior a 524	1	8	9	22	40	6%	45%
Total	73	44	22	47	186	53%	75%

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Paridade de Poder de Compra; ⁵Assistência Oficial de Desenvolvimento

Fonte : elaborada pelas autoras

Encontrou-se uma associação significativa entre a presença ou ausência de uma avaliação da SA/SAN e a percentagem da população com menos de US\$1.25 (PPC) por dia (p=.001), a disponibilidade calórica *per capita* por dia (p=.006), a prevalência de baixa estatura infantil (p=.011), e o valor total líquido de AOD recebida (p=.000) (Tabela 11).

Tabela 11. Número de signatários da CMA¹ 1996 com ou sem avaliação da SA²/SAN³ encontrada, por indicador de desenvolvimento, Mundo.

	N° de países		Valor de p*	N° total de signatários ⁴
	Com qualquer tipo de avaliação da SA ² /SAN ³	Sem avaliação da SA ² /SAN ³		
População com menos de US\$1.25 (PPC⁵) por dia (%)				
Superior a 8%	39	0	.001	39
Inferior a 7.9%	29	10		39
Coefficiente Gini				
Superior a 39.10	45	3	.120	48
Inferior a 39.09	39	9		48
Disponibilidade calórica <i>per capita</i> por dia (Kcal)				
Inferior a 2 567	59	4	.006	63
Superior a 2 568	47	15		62
Baixa estatura infantil (%)				
Superior a 24%	47	0	.011	47
Inferior a 23%	39	6		45
AOD⁶ total líquida recebida (milhões de US\$)				
Superior a 2 224	72	6	.000	78
Inferior a 2 223	46	33		79

* Teste exato de Fisher

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴total inferior a 186 devido aos países sem informação dos indicadores nas bases de dados utilizadas; ⁵Paridade de Poder de Compra;

⁶Assistência Oficial de Desenvolvimento

Fonte : elaborada pelas autoras

4.1.4 Resultados: Iniciativas públicas de SAN na América Latina e Caribe

4.1.4.1 Imagem global

Entre os 33 signatários da CMA 1996 na América Latina e Caribe, encontrou-se uma política pública objetivando a promoção da SA/SAN em 27 países (82%), e uma avaliação do estado da SA/SAN também em 27 países (82%). Os dois elementos foram encontrados em 26 países (79%) (Tabela 1).

Identificou-se uma política específica de SA/SAN em 22 países (67%). Entre os países restantes, encontrou-se uma política abrangente em dois países e uma política setorial em três países (Tabela 2 e Figura 4). Entre as políticas específicas de SA/SAN, conseguiu-se um documento detalhado para 38% delas, e 33% utilizavam somente o conceito de SA, embora pudessem incluir uma parte sobre nutrição.

Relatórios específicos de avaliação da SA/SAN foram encontrados em oito países (24%). Entre os outros países, 12 contavam com um outro relatório de avaliação, ou uma política específica, incluindo um capítulo ou um subcapítulo dedicado a avaliar o estado da SA/SAN. Neste conjunto de 20 países, 11 publicaram os documentos correspondentes em 2007 ou depois. Foi identificado outro tipo de avaliação da SA/SAN em sete países (Tabela 3 e Figura 5). A maioria das avaliações encontradas (55%) utilizavam o conceito de SAN.

4.1.4.2 Análise por indicador de desenvolvimento

Uma política de SA ou SAN foi identificada em 100%, 75%, 88% e 67% dos países, respectivamente, com IDH baixo, médio, alto e muito alto. Da mesma maneira, encontrou-se uma avaliação da SA/SAN em 100%, 63%, 88% e 78% dos países com IDH baixo, médio, alto e muito alto, respectivamente. O teste exato de Fisher revelou a não existência de associação significativa entre o IDH e a presença ou ausência de uma política ou de uma avaliação de SA/SAN (Tabelas 12, 13, 14 e 15).

No entanto, observou-se que a especificidade destas políticas e avaliações tende a aumentar à medida que diminui o IDH (Tabelas 12 e 14). Encontrou-se uma política específica (por oposição a uma política abrangente ou setorial) em 93% e 69% dos países com qualquer tipo de política de SA/SAN para os níveis de IDH baixo/médio e alto/muito alto, respectivamente. Enquanto isto, encontrou-se um relatório de avaliação específico em 54% e 7% dos países com qualquer tipo de avaliação da SA/SAN para os níveis de IDH baixo/médio e alto/muito alto, respectivamente. O teste exato de Fisher mostrou que há uma associação significativa entre o IDH e a especificidade das avaliações encontradas ($p=.013$), embora tal associação não fosse observada entre o IDH e a especificidade das políticas encontradas ($p=.165$) (Tabelas 13 e 15).

Tabela 12. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de política de SA²/SAN³ encontrada, por faixa de IDH⁴, América Latina e Caribe.

IDH ⁴	N° de países				% de países			
	Com política específica de SA ² /SAN ³ (A)	Com política abrangente contemplando a SA ² /SAN ³ (B)	Com política setorial contemplando a SA ² /SAN ³ (C)	Sem política contemplando a SA ² /SAN ³ (D)	Total (E)	A/(A+B+C)	(A+B+C)/E	
Inferior a 0.679	8	0	0	0	8	100%	100%	
De 0.680 até 0.723	5	0	1	2	8	83%	75%	
De 0.724 até 0.763	6	0	1	1	8	86%	88%	
Superior a 0.764	3	2	1	3	9	50%	67%	
Total	22	2	3	6	33	81%	82%	

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte : elaborada pelas autoras

Tabela 13. Número de signatários da CMA¹ 1996 com ou sem política de SA²/SAN³ encontrada, por faixa de IDH⁴, América Latina e Caribe.

IDH ⁴	N° de países			N° de países			N°. Total de signatários ⁵
	Com qualquer tipo de política de SA ² /SAN ³	Sem política contemplando a SA ² /SAN ³	Valor de p*	Com política específica de SA ² /SAN ³	Com outro tipo de política contemplando a SA ² /SAN ³	Valor de p*	
Inferior a 0.723	14	2	.656	13	1	.165	14
Superior a 0.724	13	4		9	4		13
Total	27	6		22	5		27

* Teste exato de Fisher

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Índice de Desenvolvimento Humano; ⁵total inferior a 33 devido aos países sem IDH na base de dados utilizada

Fonte : elaborada pelas autoras

Tabela 14. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de avaliação da SA²/SAN³ encontrada, por faixa de IDH⁴, América Latina e Caribe.

IDH ⁴	N° de países				Total (E)	% de países	
	Com relatório específico de avaliação da SA ² /SAN ³ (A)	Com capítulo de avaliação da SA ² ou da SAN ³ em outro relatório ou em uma política específica de SA ² /SAN ³ (B)	Com outro tipo de avaliação da SA ² ou da SAN ³ (C)	Sem nenhum tipo de avaliação da SA ² ou da SAN ³ (D)		A/ (A+B+C)	(A+B+C)/ E
Inferior a 0.679	6	1	1	0	8	75%	100%
De 0.680 até 0.723	1	3	1	3	8	20%	63%
De 0.724 até 0.763	0	5	2	1	8	0%	88%
Superior a 0.764	1	3	3	2	9	14%	78%
Total	8	12	7	6	33	30%	82%

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte : elaborada pelas autoras

Tabela 15. Número de signatários da CMA¹ 1996 com ou sem avaliação da SA²/SAN³ encontrada, por faixa de IDH⁴, América Latina e Caribe.

IDH ⁴	N° de países			Valor de p*	N° de países		Valor de p*	N° total de signatários ⁵
	Com qualquer tipo de avaliação da SA ² /SAN ³	Sem avaliação da SA ² /SAN ³	Com relatório específico de avaliação da SA ² /SAN ³		Com outro tipo de avaliação da SA ² /SAN ³			
Inferior a 0.723	13	3	1.000	7	6	.013	13	
Superior a 0.724	14	3		1	13		14	
Total	27	6		8	19		27	

* Teste exato de Fisher

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Índice de Desenvolvimento Humano; ⁵total inferior a 33 devido aos países sem IDH na base de dados utilizada

Fonte : elaborada pelas autoras

O teste exato de Fisher não mostrou associação significativa entre a presença ou a especificidade de políticas de SA/SAN e as variáveis de desenvolvimento, com exceção da

disponibilidade calórica *per capita* por dia, associada com a especificidade das políticas encontradas. No entanto, os resultados mostram as mesmas tendências para todas as variáveis de desenvolvimento: enquanto o valor destas variáveis deterioram, a proporção de países com uma política contemplando a promoção da SA/SAN aumenta, e, entre estes, a proporção de países com uma política específica de SA/SAN também aumenta (Tabela 16).

Ao analisar as políticas de SA/SAN em relação à percentagem da população vivendo com menos de US\$1.25 (PPC) por dia e ao Coeficiente Gini, as mesmas tendências foram observadas. Encontrou-se uma política em 75% dos países com menos de 3.3% da população vivendo com menos de US\$1.25 (PPC) por dia, entre os quais 67% tinham uma política específica de SA/SAN. Da mesma maneira identificou-se uma política em 80% dos países com Coeficiente Gini inferior a 47.1, entre os quais 75% tinham uma política específica de SA/SAN. Em ambos casos, registrou-se uma política específica de SA/SAN em 100% dos países restantes (Tabela 16).

Ao analisar a relação entre as políticas e a disponibilidade calórica *per capita* por dia, observou-se que a proporção de países com uma política específica entre os países que tinham algum tipo de política de SA/SAN era de 100% nos países com tal disponibilidade inferior a 2 679 Kcal, e de 62% nos países com maior disponibilidade calórica *per capita* por dia. A associação entre esta proporção e a disponibilidade calórica *per capita* por dia foi confirmada pelo teste exato de Fisher ($p=.039$) (Tabelas 16 e 17).

Considerando a prevalência de baixa estatura infantil, encontrou-se uma política em 83% dos países com prevalência de baixa estatura infantil inferior a 11.9%; entre estes países, 70% tinham uma política específica de SA/SAN. Por oposição, identificou-se uma política específica de SA/SAN em 100% dos países restantes (Tabela 16).

Finalmente, encontrou-se uma política contemplando a promoção da SA/SAN em 71% dos países que receberam menos de US\$1 225 milhões de AOD, entre os quais 67% tinham uma

política específica. Por oposição, tal política foi identificada em 94% dos países restantes, entre os quais 93% tinham uma política específica de SA/SAN (Tabela 16).

Tabela 16. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de política de SA²/SAN³ encontrada, por indicador de desenvolvimento, América Latina e Caribe.

	N° de países				Total (E)	% de países	
	Com política específica (A)	Com política abrangente (B)	Com política setorial (C)	Sem política de SA ² /SAN ³ (D)		A/ (A+B+C)	(A+B+C)/ E
População com menos de US\$1.25 (PPC⁴) por dia (%)							
Não info.	7	2	2	5	16	64%	69%
Superior a 9.5%	5	0	0	0	5	100%	100%
De 5.1% até 9.4%	4	0	0	0	4	100%	100%
De 3.4% até 5.0%	4	0	0	0	4	100%	100%
Inferior a 3.3%	2	0	1	1	4	67%	75%
Coefficiente Gini							
Não info.	6	2	2	5	15	60%	67%
Superior a 53.3	5	0	0	0	5	100%	100%
De 51.0 até 53.2	4	0	0	0	4	100%	100%
De 47.2 até 50.9	4	0	0	0	4	100%	100%
Inferior a 47.1	3	0	1	1	5	75%	80%
Disponibilidade calórica per capita por dia (Kcal)							
Não info.	1	0	0	0	1	100%	100%
Inferior a 2 449	7	0	0	1	8	100%	88%
De 2 450 até 2 679	6	0	0	2	8	100%	75%
De 2 680 até 2 829	3	0	3	2	8	50%	75%
Superior a 2 830	5	2	0	1	8	71%	88%
Baixa estatura infantil (%)							
Não info.	4	1	1	4	10	67%	60%
Superior a 19%	6	0	0	0	6	100%	100%
De 12 até 18.9%	5	0	0	0	5	100%	100%
De 7 até 11.9%	4	0	1	1	6	80%	83%
Inferior a 6.9%	3	1	1	1	6	60%	83%
AOD⁵ total líquida recebida (milhões de US\$)							
Superior a 2 351	8	0	0	0	8	100%	100%
De 1 226 até 2 350	6	1	0	1	8	86%	88%
De 318 até 1 225	7	0	1	1	9	88%	89%
Inferior a 317	1	1	2	4	8	25%	50%
Total	22	2	3	6	33	81%	82%

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Paridade de Poder de Compra; ⁵Assistência Oficial de Desenvolvimento

Fonte : elaborada pelas autoras

Tabela 17. Número de signatários da CMA¹ 1996 com ou sem política de SA²/SAN³ encontrada, por indicador de desenvolvimento, América Latina e Caribe.

	N° de países		Valor de p*	N° de países		Valor de p*	N° total de signatários ⁴
	Com qualquer tipo de política de SA ² /SAN ³	Sem política contemplando a SA ² /SAN ³		Com política específica de SA ² /SAN ³	Com outro tipo de política contemplando a SA ² /SAN ³		
População com menos de US\$1.25 (PPC⁵) por dia (%)							
Superior a 5.1%	9	0	.471	9	0	.438	9
Inferior a 5.0%	7	1		6	1		7
Coefficiente Gini							
Superior a 51.0	9	0	1.000	9	0	.471	9
Inferior a 50.9	8	1		7	1		8
Disponibilidade calórica <i>per capita</i> por dia (Kcal)							
Inferior a 2 679	13	3	1.000	13	0	.039	13
Superior a 2 680	13	3		8	5		13
Baixa estatura infantil (%)							
Superior a 12%	11	0	.478	11	0	.090	11
Inferior a 11.9%	10	2		7	3		10
AOD⁶ total líquida recebida (milhões de US\$)							
Superior a 1 226	15	1	.175	14	1	.139	15
Inferior a 1 225	12	5		8	4		12

* Teste exato de Fisher

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴total inferior a 33 devido aos países sem informação dos indicadores nas bases de dados utilizadas; ⁵Paridade de Poder de Compra;

⁶Assistência Oficial de Desenvolvimento

Fonte : elaborada pelas autoras

Em termos de avaliação da SAN, as proporções de países com avaliação específica mostraram a mesma tendência para todas as variáveis de desenvolvimento, mesmo quando não se identificou uma associação estatisticamente significativa. De fato, estas proporções foram maiores entre os países com mais de 5.1% da população vivendo com menos de US\$1.25 (PPC) por dia, com Coeficiente Gini superior a 51, com uma disponibilidade calórica *per capita* por dia inferior a 2 679 Kcal, com uma prevalência de baixa estatura infantil acima de 12%, e que receberam mais de US\$ 1 226 milhões de AOD, a saber, respectivamente, 44%, 67%, 46%, 45% e 50% dos países com algum tipo de avaliação. Entre os países restantes, estas proporções foram respectivamente de 25%, 11%, 15%, 18%, e 0% (Tabela 18).

Tabela 18. Número e percentagem dos signatários da CMA¹ 1996 segundo o tipo de avaliação da SA²/SAN³ encontrada, por indicador de desenvolvimento, América Latina e Caribe.

	N° de países				% de países		
	Com relatório específico (A)	Com diagnóstico em outro relatório ou em política específica (B)	Com outro tipo de avaliação (C)	Sem nenhuma avaliação (D)	Total (E)	A/(A+B+C)	(A+B+C)/E
População com menos de US\$1.25 (PPC⁴) por dia (%)							
Não info.	2	2	6	6	16	20%	63%
Superior a 9.5%	3	2	0	0	5	60%	100%
De 5.1% até 9.4%	1	3	0	0	4	25%	100%
De 3.4% até 5.0%	2	2	0	0	4	50%	100%
Inferior a 3.3%	0	3	1	0	4	0%	100%
Coefficiente Gini							
Não info.	1	2	6	6	15	11%	60%
Superior a 53.3	4	1	0	0	5	80%	100%
De 51.0 até 53.2	2	2	0	0	4	50%	100%
De 47.2 até 50.9	0	4	0	0	4	0%	100%
Inferior a 47.1	1	3	1	0	5	20%	100%
Disponibilidade calórica <i>per capita</i> por dia (Kcal)							
Não info.	0	0	1	0	1	0%	100%
Inferior a 2 449	4	3	0	1	8	57%	88%
De 2 450 até 2 679	2	4	0	2	8	33%	75%
De 2 680 até 2 829	0	2	3	3	8	0%	63%
Superior a 2 830	2	3	3	0	8	25%	100%
Baixa estatura infantil (%)							
Não info.	1	0	4	5	10	20%	50%
Superior a 19%	4	2	0	0	6	67%	100%
De 12 até 18.9%	1	4	0	0	5	20%	100%
De 7 até 11.9%	2	1	2	1	6	40%	83%
Inferior a 6.9%	0	5	1	0	6	0%	100%
AOD⁵ total líquida recebida (milhões de US\$)							
Superior a 2 351	6	2	0	0	8	75%	100%
De 1 226 até 2 350	2	4	2	0	8	25%	100%
De 318 até 1 225	0	5	3	1	9	0%	89%
Inferior a 317	0	1	2	5	8	0%	38%
Total	8	12	7	6	33	30%	82%

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴Paridade de Poder de Compra; ⁵Assistência Oficial de Desenvolvimento

Fonte : elaborada pelas autoras

O teste exato de Fisher mostrou a existência de uma associação entre a presença de tal avaliação e o valor total líquido de AOD recebida ($p=.018$). A presença de uma avaliação da SA/SAN não mostrou associação significativa com as outras variáveis de desenvolvimento. No entanto, a especificidade destas avaliações foi associada com duas variáveis de desenvolvimento além do IDH: o Coeficiente Gini ($p=.05$) e o valor total líquido de AOD recebida ($p=.008$) (Tabela 19).

Tabela 19. Número de signatários da CMA¹ 1996 com ou sem avaliação da SA²/SAN³ encontrada, por indicador de desenvolvimento, América Latina e Caribe.

	Nº de países			Nº de países			Nº total de signatários ⁴
	Com qualquer tipo de avaliação da SA ² /SAN ³	Sem avaliação da SA ² /SAN ³	Valor de p*	Com relatório específico de avaliação da SA ² /SAN ³	Com outro tipo de avaliação da SA ² /SAN ³	Valor de p*	
População com menos de US\$1.25 (PPC⁵) por dia (%)							
Superior a 5.1%	9	0	--	4	5	.620	9
Inferior a 5.0%	8	0		2	6		8
Coeficiente Gini							
Superior a 51.0	9	0	--	6	3	.050	9
Inferior a 50.9	9	0		1	8		9
Disponibilidade calórica per capita por dia (Kcal)							
Inferior a 2 679	13	3	1.000	6	7	.202	13
Superior a 2 680	13	3		2	11		13
Baixa estatura infantil (%)							
Superior a 12%	11	0	1.000	5	6	.361	11
Inferior a 11.9%	11	1		2	9		11
AOD⁶ total líquida recebida (milhões de US\$)							
Superior a 1 226	16	0	.018	8	8	.008	16
Inferior a 1 225	11	6		0	11		11

* Teste exato de Fisher

¹Cúpula Mundial da Alimentação; ²Segurança Alimentar; ³Segurança Alimentar e Nutricional; ⁴total inferior a 33 devido aos países sem informação dos indicadores nas bases de dados utilizadas; ⁵Paridade de Poder de Compra;

⁶Assistência Oficial de Desenvolvimento

Fonte : elaborada pelas autoras

Na sequência serão descritos os resultados da segunda fase da presente pesquisa, precedidos por uma apresentação dos objetivos específicos desta segunda fase e da metodologia detalhada utilizada.

4.2 COLETA E CARACTERIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA SAN EM UMA SELEÇÃO DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DA CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO DE 1996

4.2.1 Objetivos específicos

A segunda fase da pesquisa pretende responder aos seguintes objetivos específicos:

- Construir um acervo de documentos de avaliação da SAN coletados numa seleção de países signatários da CMA 1996;
- Caracterizar os documentos de avaliação da SAN identificados segundo conceito e definição adotados, abrangência, atores envolvidos e tipologia em uma amostra de documentos do acervo construído;
- Estabelecer associações entre existência e formas de avaliação da SAN e o Índice de Desenvolvimento Humano dos países.

4.2.2 Metodologia

O presente estudo efetuou-se em três etapas:

- a) Seleção de países entre os signatários da CMA 1996, segundo critérios indicados na seção 4.2.2.1;
- b) Coleta dos documentos de avaliação da SAN para cada um destes países, formando um acervo de relatórios, com análise global da sua composição por continente e faixa de IDH;
- c) Amostragem de tais documentos e análise mais detalhada das características dos documentos selecionados, em relação à faixa de IDH dos países envolvidos.

4.2.2.1 Seleção dos países

Na base da primeira fase desta pesquisa foram selecionados países para os quais foram identificadas:

- Pelo menos uma política pública de SA/SAN, segundo os critérios detalhados na fase 1 (seção 4.1.2);
- Pelo menos uma avaliação da SA/SAN, publicada nos últimos cinco anos (a partir de 2007), respondendo aos critérios de inclusão detalhados na fase 1 (seção 4.1.2), e que seja específica de SA/SAN ou um capítulo/subcapítulo em uma política específica de SA/SAN ou em outro relatório, conforme as categorias identificadas na fase 1.

A presença de uma política pública de SA/SAN foi mantida como critério de seleção, desde que considerou-se uma indicação do compromisso dos governos em combater a IAN, e assim

pretende-se possibilitar a análise do acervo de documentos coletados e sua articulação com tais políticas em futuras pesquisas. A implicação dos governos em formular políticas, tanto como em efetuar avaliações da SAN, também foi considerada uma indicação de que poderiam ser encontradas iniciativas de avaliação diferenciadas e mais adaptadas aos contextos nacionais em adição às iniciativas globais de avaliação da SAN geradas pela comunidade internacional, no objetivo de obter um acervo de relatórios mais rico e abrangente.

Com estes critérios foram selecionados 76 países entre os signatários da CMA 1996 (Quadro 3):

África			
Angola	Egito	Mali	Ruanda
África do Sul	Etiópia	Mauritânia	Senegal
Benim	Gabão	Moçambique	Serra Leoa
Burquina Faso	Gâmbia	Namíbia	Seychelles
Burundi	Gana	Níger	Suazilândia
Cabo Verde	Guiné-Bissau	Nigéria	Sudão
Camarões	Lesoto	Quênia	Tanzânia
Chade	Libéria	República Centro-Africana	Uganda
Costa do Marfim	Madagáscar	República Democrática do Congo	Zâmbia
Djibuti	Malawi	República do Congo	Zimbabué
América Latina e Caribe			
Brasil	El Salvador	Honduras	Panamá
Colômbia	Guatemala	México	Peru
Costa Rica	Haiti	Nicarágua	
América do Norte			
Canadá	Estados Unidos		
Ásia			
Afeganistão	Geórgia	Laos	República Árabe da Síria
Azerbaijão	Indonésia	Mongólia	Síria
Bangladesh	Irã	Myanmar	Sri Lanka
Camboja	Iraque	Nepal	Tadjiquistão
Catar	Kirgizstan	Paquistão	Vietnam
Europa			
Armênia	Espanha	Moldávia	
Oceania			
Austrália			

Quadro 3. Países selecionados para coleta e análise dos relatórios de avaliação da SA/SAN.

Fonte: elaborado pelas autoras

4.2.2.2 Coleta de documentos de avaliação da SA/SAN

De maio 2012 até outubro 2012, foi aplicado um roteiro de pesquisa para cada país; este roteiro incluiu recolhimento dos documentos encontrados na fase 1, pesquisa por meio da ferramenta de busca *Google* com base em palavras-chave e pesquisa em sistemas internacionais de avaliação e/ou informação sobre a SAN. O detalhe deste roteiro está descrito no Quadro 4, e o roteiro está disponível no Apêndice C. De novembro 2012 a janeiro 2013, o acervo de documentos obtido foi analisado pela autora, para verificar cumprimentos de todos os critérios de inclusão e garantir coerência no processo de seleção.

Etapa	Universo e método de pesquisa
1. Recolhimento dos relatórios achados na fase 1.	<p>Universo: Roteiros e sínteses elaborados na fase 1.</p> <p>Método de pesquisa: Recolhimento e registro na base de documentos dos documentos encontrados na fase 1 e que respondem aos critérios de inclusão.</p>
2. Pesquisa com ferramenta de busca.	<p>Universo: Resultados da ferramenta de busca <i>Google</i>.</p> <p>Método de pesquisa: A pesquisa era interrompida depois de explorar 15 vínculos sem resultado. Por cada vínculo resultando da pesquisa <i>Google</i>, o corpo principal da página <i>web</i> obtida foi analisado. Vínculos desta mesma página <i>web</i> foram explorados somente se se referiam claramente a um relatório de avaliação da SAN, ou se o <i>site web</i> obtido era o <i>site</i> de um observatório nacional de SAN ou similar.</p> <p>As palavras-chave utilizadas incluíam palavras adicionais identificadas no decorrer da fase 1: Português: “estado da segurança alimentar e nutricional”, “seguimento da segurança alimentar e nutricional”, “avaliação da segurança alimentar e nutricional”, “monitoramento da segurança alimentar e nutricional”, “vigilância da segurança alimentar e nutricional” Inglês: “state of food and nutrition security”, “food and nutrition security follow-up”, “food and nutrition security evaluation”, “food and nutrition security monitoring”, “food and nutrition security surveillance”. Francês: “état de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”, “suivi de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”, “évaluation de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”, “contrôle de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”, “surveillance de la sécurité alimentaire et nutritionnelle”. Espanhol: “estado de la seguridad alimentaria y nutricional”, “seguimiento de la seguridad alimentaria y nutricional”, “evaluación de la seguridad alimentaria y nutricional”, “monitoreo de la seguridad alimentaria y nutricional”, “vigilância de la seguridad alimentaria y nutricional”.</p>

Etapa	Universo e método de pesquisa
3. Pesquisa em sistemas internacionais de avaliação da SAN	<p data-bbox="480 269 600 293">Universo:</p> <p data-bbox="480 302 1587 326">Vários <i>sites</i> foram identificados no decorrer da fase 1. Foram utilizados os seguintes <i>sites web</i>:</p> <p data-bbox="480 334 758 358">De abrangência global:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="527 367 1268 391">- FAO/Improved Global Governance for Hunger Reduction; <li data-bbox="527 399 1304 423">- FAO/Global Information and Early Warning System (GIEWS); <li data-bbox="527 431 1276 456">- Food Policy Research Institute (IFPRI)/Food Security Portal; <li data-bbox="527 464 1304 488">- Programa Alimentar Mundial (PMA)/Food Security Analysis; <li data-bbox="527 496 1801 521">- U.S. Agency for International Development (USAID)/Famine Early Warning System Network (FEWSNET); <li data-bbox="527 529 1780 553">- FAO/Sistema de Informação e Cartografia sobre a Insegurança Alimentar e a Vulnerabilidade (Siciav); <li data-bbox="527 561 1864 659">- Ação Contra a Fome (ACF), Care, Comité permanent Inter-Etats de Lutte contre la Sécheresse dans le Sahel (CILSS), FAO, FEWSNET, Food Security Cluster, União Europeia, Oxfam, Save The Children, PMA/Integrated Phase Classification (IPC); <li data-bbox="527 667 1457 691">- United Nations Committee on World Food Security /Global Food Security. <p data-bbox="480 699 779 724">De abrangência regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="527 732 1772 756">- Southern African Development Community (SADC)/ Regional Vulnerability Assessment & Analysis; <li data-bbox="527 764 674 789">- CILSS ; <li data-bbox="527 797 1906 862">- Instituto de Nutrición de Centro América y Panamá (INCAP)/Sistema de Información Geográfica para la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SIG-SAN); <li data-bbox="527 870 1938 935">- Sistema de la Integración Centroamericana (SICA), União Europeia/Observatorio Regional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (OBSAN-R); <li data-bbox="527 943 1587 967">- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs Southern Africa; <li data-bbox="527 976 1688 1000">- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs West and Central Africa; <li data-bbox="527 1008 1766 1032">- Programa Alimentar Mundial (PMA)/Food Security Analysis (Assessment tracking database-África); <li data-bbox="527 1040 1646 1065">- CILSS, Club du Sahel et de l’Afrique de l’Ouest (CSAO)/Food Crisis Prevention Network; <li data-bbox="527 1073 1814 1138">- Organização Mundial da Meteorologia (OMM), AGRHYMET, CILSS, Coopération Italienne/ Suivi de la Vulnérabilité au Sahel (SVS) ; <li data-bbox="527 1146 1381 1170">- OCDE-Sahel and West Africa Club/ Food Security Country Profiles; <li data-bbox="527 1179 1478 1203">- Red de Información Humanitaria para América Latina y el Caribe (RedHum). <p data-bbox="480 1243 726 1268">Método de pesquisa:</p> <p data-bbox="480 1276 1938 1334">Todos os relatórios disponibilizados em cada um destes <i>sites web</i> foram analisados para cada país para identificar e registrar os que cumpriam com os critérios de inclusão.</p>

Quadro 4. Desenho do roteiro de coleta de documentos de avaliação da SA/SAN nos países – fase 2.

Fonte: elaborado pelas autoras

Os critérios de inclusão foram os seguintes:

a) Critérios principais:

- Relatório ou capítulo em um programa específico de SA/SAN, com título incluindo as palavras “(in)segurança alimentar” ou “(in)segurança alimentar e nutricional”;

- Publicado de 2007 até 2012;

- O título do relatório ou do capítulo deveria deixar claro que o relatório ou o capítulo inclui algum tipo de diagnóstico da SA/SAN.

Abriu-se a coleta para relatórios de abrangência local e internacional e sem a participação do setor público nacional, com objetivo de obter o leque mais exaustivo possível das avaliações existentes.

b) Critérios secundários:

- Quando o título não informava claramente se o relatório incluía um diagnóstico da situação da SA/SAN, verificou-se o sumário, ou, no caso ausente, o resumo executivo ou, no caso de um artigo científico, o resumo;

- No caso de políticas, programas ou projetos de SAN, a expectativa seria a de identificar uma seção de diagnóstico no sumário; seções ou capítulos intitulados “situação atual” e similares foram considerados somente no caso de não referirem-se à política de SA/SAN com outro elemento (pobreza por exemplo);

- Foram incluídos relatórios e boletins institucionais, artigos científicos publicados, políticas ou programas de governos, e programas ou projetos da sociedade civil;

- Não foram incluídos teses, dissertações ou *papers* de pesquisadores individuais;

- Não foram incluídas apresentações em reuniões ou conferências, ou outros tipos de encontro;

- Não foram incluídos relatórios e anais de reuniões, foros, conferências e outros tipos de encontro;

- Não foram incluídos os relatórios de seguimento de um programa ou projeto;
- Não foram incluídos mapas isolados;
- Incluiu-se o relatório quando o título era geral (por exemplo “boletim”) porém publicado por um observatório da SAN ou similar;
- Não foram incluídos boletins da SAN no caso de subtítulo informando que o boletim consistia no seguimento de um determinante da SAN em particular e não tinha como objetivo a avaliação da situação da SAN em geral (por exemplo “Boletim da SAN: seguimento dos preços do mercado”);
- Entendeu-se por diagnóstico a apresentação de resultados sobre a prevalência da SAN/IAN; não foram incluídos relatórios ou artigos que avaliavam a associação de um ou mais determinantes com a SAN sem incluir análise da prevalência.

4.2.2.3 Análise e publicização do acervo de documentos

Na base dos resultados da fase 1, formulou-se a hipótese segundo a qual a quantidade e as características das avaliações encontradas poderiam diferir segundo o IDH do país envolvido. Portanto, os valores do IDH foram coletados na base de dados do Pnud (2012) e classificados por quartil, na seleção dos 76 países. Em seguida, o número de documentos obtidos, assim como a periodicidade por país (número médio por ano de documentos coletados para um país) e o conceito utilizado (SA ou SAN), foram analisados por continentes e por faixa de IDH.

O acervo de documentos será oportunamente disponibilizado pelo Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas da Escola de Nutrição - Universidade Federal da Bahia - via *web*, para pesquisadores interessados, considerando ser esta uma fonte para futuros estudos.

4.2.2.4 Amostragem e caracterização de documentos de avaliação da SA/SAN

Na perspectiva da análise e caracterização dos documentos de avaliação da SAN, realizou-se uma amostragem estratificada por IDH e por conceito utilizado (SA / SA com componente Nutrição).

Utilizou-se o programa Epi-Info 7 para calcular a amostragem. Num conjunto de 2 316 documentos de avaliação da SA/SAN coletados, com hipótese que 70% destes documento são do tipo “boletim” (ver as categorias definidas) e nível de confiança de 95%, definiu-se uma amostragem de 283 documentos. O processo de amostragem estratificada dos documentos resultou numa amostragem de 285 documentos de avaliação da SA/SAN, no decorrer da análise, dois relatórios foram descartados por não corresponderem aos critérios, resultando numa amostragem final de 283 documentos.

Para a caracterização destes documentos efetuou-se uma análise de conteúdo, com o objetivo de descrever e caracterizar os documentos, tendo por referência as perguntas identificadas na definição original de Laswell (apud MORAES, 1999): 1) Quem fala? 2) Para dizer o quê? 3) A quem? 4) De que modo? 5) Com que finalidade? 6) Com que resultados?

Os destinatários dos documentos de avaliação e a finalidade, por não serem sistematicamente explicitados nos documentos em questão, demandam uma pesquisa adicional para serem identificados. O tratamento dos resultados de tais avaliações supõe uma análise aprofundada das articulações entre estas e os programas de SA/SAN desenvolvidos em cada país. Por consequência, e com o objetivo de dar uma primeira imagem do existente neste estudo exploratório, escolheu-se focar em três perguntas: 1) Quem fala? 2) Para dizer o quê? 3) De que modo?

A análise se aproximou da abordagem dedutiva, verificatória, enumerativa e objetiva descrita por Getz e LeCompte (apud LINCOLN e GUBA, 1985), analisando o conteúdo manifesto (limitando-se ao que é dito nos relatórios sem procurar os significados latentes dos conteúdos) e a partir de categorias conceituais preestabelecidas. Contudo, foi possível a construção de categorias ao longo do processo de análise, com uma abordagem indutiva e a emergência de novas categorias, ou o ajuste das categorias preestabelecidas, segundo o encontrado.

As características analisadas e as categorias identificadas para cada uma delas foram as seguintes:

a) Quem fala?

Atores envolvidos na elaboração do documento: incluem os atores institucionais que participaram da elaboração, que deram apoio técnico ou financeiro, ou coordenaram a elaboração do documento. Foram identificados os atores principais na base dos cabeçalhos, dos rodapés e das notas finais dos boletins, das páginas de títulos, de autoria e de apresentação e ou introdução do estudo para os relatórios, das páginas de título e autoria para as políticas ou os programas, e dos vínculos institucionais dos autores no caso de artigos científicos.

As categorias definidas foram:

- Órgão público nacional (ministérios e agências ou institutos vinculados);
- Instituições intergovernamentais incluindo o país envolvido (o *Sistema de la Integración Centroamericana* – SICA – no caso da avaliação da SAN em um dos seus países membros, por exemplo);
- Nações Unidas e suas agências;
- Órgão público e instituições intergovernamentais estrangeiras (União Europeia, *United States Agency for International Development* – USAID – , por exemplo);
- Sociedade civil nacional (inclui ONGs, Universidades e setor privado);
- Sociedade civil estrangeira.

b) Para dizer o quê?

Conceito utilizado: identificou-se o conceito central utilizado na base do título do documento e os documentos foram classificados entre os que utilizavam o conceito de SA somente e os que utilizavam o conceito de SAN ou de SA e nutrição.

Objeto do documento: Na base do título do documento, foram diferenciados os documentos que tratavam da SA/SAN em relação a outra problemática ou evento (mudança climática, inundações, aumento dos preços dos alimentos etc.), ou em relação a um programa ou a uma política (estado da SAN nos beneficiários do programa X, por exemplo).

Definição da SAN: Na base da introdução e metodologia dos documentos, as definições adotadas para a SA ou a SAN em cada documento resultaram na classificação dos mesmos em: com definição da CMA 1996; com definição em Lei ou Política nacional; com outra definição; sem definição.

Abrangência geográfica: distinguiu-se, na base das metodologias ou, por ausência, dos objetivos e resultados, as avaliações da SA/SAN que tinham abrangência internacional (avaliação em mais de um país), nacional (avaliação em mais de 80% das regiões ou províncias – delimitação administrativa maior em vigor no país), e regional ou local (em uma ou algumas localidades ou regiões do país).

Abrangência demográfica: Identificou-se, na base dos títulos e das metodologias, os documentos que focavam em uma parte da população (população rural ou urbana, mulheres, pessoas deslocadas ou refugiadas etc.).

c) De que modo?

Tipo do documento: foram diferenciados relatórios, boletins, programas ou políticas, e artigos científicos. A diferenciação entre relatório e boletim se baseou em vários critérios indicativos, o principal sendo a periodicidade (menor que um ano para boletins, usualmente com avaliação da evolução da situação de SA ou SAN sobre um período de alguns meses, enquanto os relatórios geralmente fazem um diagnóstico pontual e foram elaborados com periodicidade superior a um ano), seguida pelo tamanho (menor que 20 páginas para boletins, embora alguns relatórios de avaliação rápida ou de emergência também tenham um número de páginas

reduzido). Enquanto boletins e relatórios podem incluir recomendações para os órgãos potencialmente capazes de agir contra a insegurança alimentar, políticas e programas (ou projetos) incluem um plano de ação por parte do órgão que elaborou o documento. Artigos científicos foram identificados na base do formato, dos autores (vinculados à universidades e instituições de pesquisa), e das revistas que os publicaram (revistas acadêmicas e ou científicas, com revisão por pares).

4.2.3 Resultados: Acervo de documentos de avaliação da SA/SAN

Foram encontrados 2 316 avaliações da SA/SAN publicadas depois de 2007, na seleção dos 76 países signatários da CMA 1996.

A tabela 20 mostra a composição do acervo de documentos por continente. Observou-se que a maior produção, tanto em número total de documentos, como em número de documentos por país e em periodicidade foi encontrada na África (1 658 documentos, 40 por país em média, e 7 por ano por país entre 2007 e 2011 em média). Foram encontrados números similares de documentos tanto na América Latina e Caribe como na Ásia, porém, em um número de países menor na América Latina e Caribe, dando uma média de 26 documentos por país contra 16 para Ásia. Calculou-se uma periodicidade média inferior a um documento de avaliação da SAN por país e por ano na América do Norte, Europa e Oceania. Finalmente, foram encontrados 19 documentos de avaliação da SAN de abrangência global, ou seja, que contemplam mais de um continente. A quase totalidade dos documentos encontrados utilizam o conceito de SA somente, com exceção da América Latine e Caribe (72%) e da Oceania (67%), sendo o número de países selecionados e de documentos encontrados na Oceania é bem menor do que o encontrado para América Latina e Caribe. O Apêndice D mostra os dados desagregados por país dentro de cada continente.

Tabela 20. Número de documentos coletados de acordo com o ano, número médio por país, periodicidade e percentagem de documentos utilizando somente o conceito de SA¹, por continente.

Continente	Ano							Total	N° médio de doc. por país (2007-2012)	N° médio de doc. por ano e por país (2007-2011)	% de doc. utilizando somente o conceito SA ¹
	2007	2008	2009	2010	2011	2012					
Global	0	1	1	4	8	5	19	19	2.8	89%	
África	245	242	316	337	334	184	1658	40	7.2	96%	
América Latina e Caribe	33	38	62	73	76	24	306	26	4.7	72%	
América do Norte	1	3	3	1	1	1	10	3	0.6	100%	
Ásia	35	45	80	65	61	29	315	16	2.9	87%	
Europa	1	2	0	0	2	0	5	1	0.3	100%	
Oceania	0	1	0	2	0	0	3	2	0.3	67%	
Total	315	332	462	482	482	243	2316	28	5	92%	

¹Segurança Alimentar

Fonte : elaborada pelas autoras

A tabela 21 mostra a composição do acervo de documentos por faixa de IDH. Evidenciou-se a existência de um gradiente, tanto em número total de documentos, como em número de documentos por país e em periodicidade, entre os quartis, sendo o quartil de desenvolvimento mais baixo com a maior produção. Também evidenciou-se que o componente Nutrição (por meio da utilização do conceito de SAN ou com adição da avaliação nutricional à avaliação da SA) foi mais utilizado nos quartis mais desenvolvidos (68% e 57% nos quartis 3 e 4, respectivamente), enquanto a quase totalidade dos documentos para os países dos quartis menos desenvolvidos utilizaram o conceito de SA somente. O Apêndice E mostra os dados desagregados por país dentro de cada faixa de IDH.

Tabela 21. Número de documentos coletados de acordo com o ano, periodicidade e percentagem de documentos utilizando somente o conceito de SA¹, por IDH².

Faixa IDH ²	Ano							Nº médio de documento por ano e por país (2007-2011)	% de documentos utilizando somente o conceito SA ¹
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total		
N/A	26	32	50	69	75	64	316	7.2	92%
Q1= [0.286;0.429[134	146	175	192	181	99	927	8.7	96%
Q2= [0.429;0.523[116	108	161	137	163	59	744	7.2	97%
Q3= [0.523;0.659[23	29	56	56	49	20	233	2.2	68%
Q4= [0.659;0.929]	16	17	20	28	14	1	96	1.0	57%
Total	315	332	462	482	482	243	2316	5	92%

¹Segurança Alimentar; ²Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte : elaborada pelas autoras

Na continuidade são apresentados os resultados da caracterização dos documentos selecionados na amostra.

4.2.4 Resultados: Caracterização dos documentos de avaliação da SA/SAN

A amostra estratificada compôs-se de 283 documentos, dentre os quais 115 eram avaliações em países pertencendo ao primeiro quartil de IDH, 92 de países do segundo quartil, 27 de países do terceiro quartil, 11 de países do quarto quartil; 38 eram avaliações internacionais. Dentre a amostra, 261 documentos utilizavam somente o conceito de SA. Na sequência serão descritas as características dos documentos analisados, seguindo as perguntas: Quem fala? Para dizer o quê? De que modo?

4.2.4.1 Quem fala?

A tabela 22 mostra o número e a percentagem de documentos por tipo de ator envolvido na elaboração dos mesmos, segundo a faixa IDH do país em que a avaliação da SA/SAN foi efetuada.

Tabela 22. Número e percentagem de documentos segundo tipo de ator envolvido na elaboração dos mesmos, por IDH¹.

Ator institucional envolvido na elaboração do documento	Faixa IDH ¹					Total ²
	N/A	Q1= [0.286;0.429[Q2= [0.429;0.523[Q3= [0.523;0.659[Q4= [0.659;0.929]	
Órgão público nacional	4	19	41	10	8	82
<i>% dos documentos</i>	<i>11%</i>	<i>17%</i>	<i>45%</i>	<i>37%</i>	<i>73%</i>	29%
Instituição inter-governamental incluindo o país envolvido	6	3	5	1	0	15
<i>% dos documentos</i>	<i>16%</i>	<i>3%</i>	<i>5%</i>	<i>4%</i>	<i>0%</i>	5%
Nações Unidas e suas agências	15	41	43	15	6	120
<i>% dos documentos</i>	<i>39%</i>	<i>36%</i>	<i>47%</i>	<i>56%</i>	<i>55%</i>	42%
Órgão público ou instituição inter-governamental estrangeira	32	92	79	16	1	220
<i>% dos documentos</i>	<i>84%</i>	<i>80%</i>	<i>86%</i>	<i>59%</i>	<i>9%</i>	78%
Sociedade civil nacional	3	6	16	5	5	35
<i>% dos documentos</i>	<i>8%</i>	<i>5%</i>	<i>17%</i>	<i>19%</i>	<i>45%</i>	12%
Sociedade civil estrangeira	32	93	73	15	5	218
<i>% dos documentos</i>	<i>84%</i>	<i>81%</i>	<i>79%</i>	<i>56%</i>	<i>45%</i>	77%
Outro/não identificado	2	1	1	0	3	7
<i>% dos documentos</i>	<i>5%</i>	<i>1%</i>	<i>1%</i>	<i>0%</i>	<i>27%</i>	2%
Nº Total de documentos	38	115	92	27	11	283

¹Índice de Desenvolvimento Humano; ²total diferente de 283, sendo que vários documentos contaram com diferentes tipos de atores envolvidos

Fonte : elaborada pelas autoras

Enquanto algum órgão público nacional participou em 17% dos documentos de avaliação da SA/SAN encontrados no quartil de IDH menor, tal participação foi observada em 73% dos documentos encontrados no quartil de IDH maior. A participação de uma instituição intergovernamental ou de um órgão público estrangeiro seguiu a tendência exatamente inversa: 80% e 86% dos documentos nos quartis de desenvolvimento humano menor e 9% no quartil de desenvolvimento maior, contavam com tal participação. Foram observados gradientes de tendência similares na sociedade civil: menor o IDH, menor a percentagem dos documentos elaborados com participação da sociedade civil nacional e maior a percentagem dos documentos elaborados com participação da sociedade civil estrangeira.

As instituições intergovernamentais tiveram pouca participação na elaboração de avaliações do estado da SA/SAN no seus países membros, mesmo para avaliações a nível internacional (faixa de IDH N/A na tabela 22). As Nações Unidas e suas agências participaram em torno da metade dos documentos, exceto para documentos de avaliação internacional e nacional em países pertencendo ao primeiro quartil de IDH, nos quais participaram em 39% e 36% dos documentos, respectivamente.

No quartil de desenvolvimento menor, as instituições que tiveram a maior participação foram as instituições intergovernamentais e os órgãos públicos estrangeiros, assim como a sociedade civil estrangeira. No quartil de desenvolvimento maior, ao inverso, a maior participação foi por parte dos governos e instituições públicas nacionais, das Nações Unidas, e da sociedade civil nacional. No total dos documentos, as participações maiores foram as de órgãos públicos ou instituições intergovernamentais estrangeiras (220 documentos) e da sociedade civil estrangeira (218 documentos), seguida pelas Nações Unidas (120 documentos).

Órgãos públicos nacionais incluíram os Estados, os governos em si, ministérios (em particular os ministérios da agricultura ou do desenvolvimento rural), secretarias dedicadas à segurança alimentar, institutos nacionais de estatísticas e institutos públicos de pesquisa. Dentre os 120 documentos que contaram com as agências das Nações Unidas na sua elaboração, a FAO

apareceu como ator envolvido em 48 documentos, e o PMA em 109 documentos. Dentre os 220 documentos que foram elaborados com participação de um órgão público ou uma instituição intergovernamental estrangeira, a USAID apareceu diretamente ou por meio da iniciativa FEWSNET em 185 documentos, a quase totalidade (180 documentos) sendo boletins (seção 4.2.4.3). A iniciativa FEWSNET, coordenada pela USAID, mas que inclui empresas privadas americanas dentre seus membros, também contribuiu de maneira importante à alta proporção de documentos com participação da sociedade civil estrangeira: 179 dos 218 documentos com tal participação foram elaborados com a FEWSNET. Somente quatro documentos no total foram elaborados com a participação de universidades.

4.2.4.2 Para dizer o quê?

A amostragem estratificada resultou na igual distribuição dos documentos segundo o conceito utilizado e o IDH entre o universo e a amostra, distribuição apresentada na tabela 23 para análise conjunta com as outras características dos documentos. Vale lembrar que a não utilização do conceito de SAN ou do termo de nutrição no título não significa que a avaliação não incluía um diagnóstico nutricional da população.

Poucos documentos (7% no total) referem-se a uma definição da SA/SAN (Tabela 23). Observou-se que no primeiro, segundo, terceiro e quarto quartis, respectivamente, 97%, 96%, 89% e 64% dos documentos não referiam uma definição da SA/SAN.

Dentre os 19 documentos com definição da SA/SAN:

- Cinco referiam as dimensões da Disponibilidade, do Acesso e da Utilização;
- Cinco referiam as dimensões da Disponibilidade, do Acesso, da Utilização e da Estabilidade;

- Três referiam uma ou várias destas dimensões em adição a outras dimensões, tal como o Consumo, a Adequação (social, cultural, ambiental e física), a qualidade e inocuidade, e a qualidade e segurança dos alimentos;

- Seis não referiam as dimensões da SAN.

Vale ressaltar que dentre os documentos que não referiam uma definição da SAN, foram observados numerosos documentos cuja estrutura refletia as dimensões da disponibilidade, do acesso e da utilização.

Dentre o material selecionado para esta pesquisa, 13 documentos no total tratavam da SA/SAN em relação a outra problemática ou evento, em particular mudança climática, mercados e/ou preços dos alimentos, catástrofe natural (inundações, furacão, ciclones), gênero, agricultura (colheita, uso de fertilizantes), direito humano à alimentação adequada. Somente dois documentos avaliam o impacto de um programa sobre o estado da SA/SAN.

Os dois terços dos documentos tinham abrangência nacional, sendo que esta proporção alcançou 78% nos três primeiros quartis e 36% no quartil de maior desenvolvimento, no qual avaliações regionais e locais foram majoritárias (Tabela 23). Somente 16 documentos no total focavam numa parte específica da população, no caso se tratava das populações rurais ou urbana, das populações deslocadas, refugiadas ou repatriadas, e das populações beneficiadas por um programa social.

Tabela 23. Número e percentagem de documentos segundo conceito utilizado, definição adotada, e abrangência demográfica, por IDH¹.

	Faixa IDH ¹					Total ²
	N/A	Q1 = [0.286;0.429[Q2 = [0.429;0.523[Q3= [0.523;0.659[Q4= [0.659;0.929]	
Conceito Utilizado						
Segurança Alimentar	35	111	90	19	6	261
<i>% dos documentos</i>	92%	97%	98%	70%	55%	92%
Segurança Alimentar e componente Nutrição	3	4	2	8	5	22
<i>% dos documentos</i>	8%	3%	2%	30%	45%	8%
Definição referida						
Definição da CMA 1996	3	4	4	2	0	13
<i>% dos documentos</i>	8%	3%	4%	7%	0%	5%
Definição em Lei ou Política nacional	0	0	0	1	2	3
<i>% dos documentos</i>	0%	0%	0%	4%	18%	1%
Outra	1	0	0	1	2	4
<i>% dos documentos</i>	3%	0%	0%	4%	18%	1%
Sem definição	34	111	88	24	7	264
<i>% dos documentos</i>	89%	97%	96%	89%	64%	93%
Abrangência geográfica						
Avaliação internacional	37	0	1 ³	0	0	38
<i>% dos documentos</i>	97%	0%	1%	0%	0%	13%
Avaliação nacional	1 ⁴	90	72	21	4	188
<i>% dos documentos</i>	3%	78%	78%	78%	36%	66%
Avaliação regional/local	0	25	19	6	7	57
<i>% dos documentos</i>	0%	22%	21%	22%	64%	20%
Nº Total de documentos						
	38	115	92	27	11	283

¹Índice de Desenvolvimento Humano; ²total de 284 na parte “Definição referida”, sendo que um documento contava com dois tipos de definição; ³um dos relatórios referindo a um país no seu título também incluía um diagnóstico mundial na sua metodologia e nos seus resultados; ⁴um dos documentos tratava da SA em relação a mudança climática e ao comércio no âmbito internacional, porém com diagnóstico da SA em um único país

Fonte : elaborada pelas autoras

4.2.4.3 De que modo?

A tabela 24 mostra os diferentes tipos de documentos encontrados e suas proporções por quartil de IDH. Enquanto 85%, 84%, 56% e 18% dos documentos eram do tipo “boletim”, no primeiro, segundo, terceiro e quarto quartis de IDH, respectivamente, a proporção de relatórios seguia a tendência inversa, com 14%, 14%, 37% e 55%, nos mesmos quartis, respectivamente. Poucos documentos eram programas, políticas, ou artigos científicos, embora os que foram identificados se referiam a países dos quartis de IDH maior.

Tabela 24. Número e percentagem de documentos segundo tipo de documento, por IDH¹.

Tipo de documento	Faixa IDH ¹				Total	
	N/A	Q1 = [0.286;0.429[Q2 = [0.429;0.523[Q3 = [0.523;0.659[Q4 = [0.659;0.929]
Relatório	7	16	13	10	6	52
<i>% dos documentos</i>	18%	14%	14%	37%	55%	18%
Boletim	31	98	77	15	2	223
<i>% dos documentos</i>	82%	85%	84%	56%	18%	79%
Programa ou política	0	1	0	1	2	4
<i>% dos documentos</i>	0%	1%	0%	4%	18%	1%
Artigo científico	0	0	2	1	1	4
<i>% dos documentos</i>	0%	0%	2%	4%	9%	1%
Nº Total de documentos	38	115	92	27	11	283

¹Índice de Desenvolvimento Humano

Fonte : elaborada pelas autoras

Vale ressaltar que as características estão vinculadas entre si, em particular o tipo de documento se mostrou relacionado às outras características (Tabela 25). Considerando que 223 documentos (79%) foram classificados como boletim da SA/SAN, e que esta proporção é ainda maior nos países de menor IDH, é importante enfatizar que:

- 84% a 90% destes boletins contaram com participação ou foram elaborados por órgãos da sociedade civil, órgãos públicos e instituições intergovernamentais estrangeiros;

- 97% destes boletins utilizaram o conceito de SA e nenhum deles referiu uma definição;

- 74% destes boletins tiveram abrangência nacional.

Entre os 52 relatórios da amostra, por outro lado, observou-se que:

- 75% foram elaborados com participação das Nações Unidas; a participação de órgãos da sociedade civil internacional e estrangeira foi observada em 56% dos documentos, e esta proporção, no entanto, não é muito maior do que a proporção de documentos que contaram com a participação de órgãos públicos nacionais (50%);

- 23% incluíam a Nutrição no conceito utilizado e 25% forneceram uma definição do conceito utilizado;

- 50% eram de abrangência regional ou local.

Tabela 25. Número e percentagem de documentos segundo tipo de ator envolvido na elaboração dos mesmos, conceito utilizado, definição adotada, e abrangência demográfica, por tipo de documento.

	Tipo de Documento				Total ¹
	Relatório	Boletim	Programa ou política	Artigo científico	
Ator institucional envolvido na elaboração do documento					
Órgão público nacional	26	52	4	0	82
<i>% dos documentos</i>	<i>50%</i>	<i>23%</i>	<i>100%</i>	<i>0%</i>	29%
Instituição intergovernamental incluindo o país envolvido	6	9	0	0	15
<i>% dos documentos</i>	<i>12%</i>	<i>4%</i>	<i>0%</i>	<i>0%</i>	5%
Nações Unidas e suas agências	39	79	2	0	120
<i>% dos documentos</i>	<i>75%</i>	<i>35%</i>	<i>50%</i>	<i>0%</i>	42%
Órgão público ou instituição intergovernamental estrangeira	18	201	1	0	220
<i>% dos documentos</i>	<i>35%</i>	<i>90%</i>	<i>25%</i>	<i>0%</i>	78%

	Tipo de Documento				Total ¹
	Relatório	Boletim	Programa ou política	Artigo científico	
Ator institucional envolvido na elaboração do documento					
Sociedade civil nacional	13	17	1	4	35
<i>% dos documentos</i>	25%	8%	25%	100%	12%
Sociedade civil estrangeira	29	188	0	1	218
<i>% dos documentos</i>	56%	84%	0%	25%	77%
Outro/não identificado	3	3	1	0	7
<i>% dos documentos</i>	6%	1%	25%	0%	2%
Conceito Utilizado					
Segurança Alimentar	40	217	0	4	261
<i>% dos documentos</i>	77%	97%	0%	100%	92%
Segurança Alimentar e componente Nutrição	12	6	4	0	22
<i>% dos documentos</i>	23%	3%	100%	0%	8%
Definição referida					
Definição da CMA 1996	11	0	1	1	13
<i>% dos documentos</i>	21%	0%	25%	25%	5%
Definição em Lei ou Política nacional	0	0	2	1	3
<i>% dos documentos</i>	0%	0%	50%	25%	1%
Outra	2	0	0	2	4
<i>% dos documentos</i>	4%	0%	0%	50%	1%
Sem definição	39	223	1	1	264
<i>% dos documentos</i>	75%	100%	25%	25%	93%
Abrangência geográfica					
Avaliação internacional	7	31	0	0	38
<i>% dos documentos</i>	13%	14%	0%	0%	13%
Avaliação nacional	19	165	3	1	188
<i>% dos documentos</i>	37%	74%	75%	25%	66%
Avaliação regional/local	26	27	1	3	57
<i>% dos documentos</i>	50%	12%	25%	75%	20%
N° Total de documentos	52	223	4	4	283

¹total diferente de 283 quando os documentos contavam com dois tipos de definição ou ator envolvido

Fonte : elaborada pelas autoras

Em resumo, observou-se que o perfil típico de um documento de avaliação da SA/SAN nos países pertencendo ao quartil de menor IDH foi:

- Um documento elaborado com participação de órgãos da sociedade civil e órgãos públicos estrangeiros;

- Na forma de um boletim que avalia o estado da SA, sem definição associada ao conceito, no âmbito nacional.

O perfil típico de um documento de avaliação da SA/SAN nos países pertencendo ao quartil de maior IDH foi:

- Um documento elaborado com participação de órgãos públicos nacionais;

- Na forma de um relatório, no âmbito regional ou local.

Vale ressaltar que quase a metade e mais de um terço destes documentos incluíram um componente de nutrição nos seus títulos e referiram uma definição da SA/SAN, respectivamente, sendo estas proporções maiores do que nos quartis de menor IDH.

Na continuidade serão discutidos os resultados obtidos nas duas fases do presente estudo.

5 DISCUSSÃO

A pesquisa mostrou que a proporção de países com uma política ou uma avaliação da SA/SAN identificada diminuiu à medida que aumentou o IDH dos países. Tendências similares foram observadas com as outras variáveis de desenvolvimento e testes estatísticos confirmaram os resultados no âmbito mundial. Quanto às avaliações da SAN, os resultados mostram que a divulgação de documentos foi maior nos quartis de menor desenvolvimento: não apenas o número total, mas também o número médio por país, e então a periodicidade dos relatórios, boletins e outros diagnósticos contemplados neste estudo, aumentaram à medida que o IDH dos países aos quais se referiam diminuiu.

Devido às limitações do estudo, não se pode concluir pela não existência de políticas e avaliações da SAN ao não encontrá-las. De fato, as duas limitações principais da pesquisa foram a impossibilidade de efetuar a pesquisa em outros idiomas tal como o Russo ou o Árabe, assim como a dependência em relação à disponibilidade da informação e à facilidade de acesso a tal informação na *internet*. O impacto da segunda limitação foi reduzido com o cruzamento da informação encontrada por meio de várias entradas de pesquisa, bases de dados e pesquisadores. Ao não encontrar iniciativa pública ou documento de avaliação no campo da SAN, pode se afirmar que tal informação não é facilmente acessível para qualquer utilizador da *internet*. Tendo em vista a aproximação com o Direito Humano à Alimentação Adequada, a obrigação dos governos em prestar contas à população, inclusive para qualificar a participação social (CHILTON e ROSE, 2009), pode ser interpretada como o dever de qualquer governo, independente do estado de desenvolvimento do país, disponibilizar informação detalhada e facilmente acessível em direção aos portadores de direito.

Entende-se então que os resultados da pesquisa foram impactados pelos modos e alcances dos processos de divulgação na *internet* das iniciativas e documentos de avaliação da SAN. No entanto, as tendências e associações observadas sugerem também que a vulnerabilidade das

populações foi um determinante importante para o desenvolvimento de tais iniciativas em direção à promoção da SAN. As associações observadas no mapeamento das iniciativas públicas de ação e avaliação da SAN, no conjunto total de signatários da CMA de 1996, foram reforçadas nesta direção pelos resultados da coleta e análise de documentos de avaliação na segunda parte do estudo. Nesta segunda parte, de fato, não apenas a quantidade mas também o tipo de avaliação mudou em função do IDH, privilegiando boletins de monitoramento e alerta precoce em países de IDH baixo, supostamente mais vulneráveis a crises crônicas de insegurança alimentar e nutricional. No entanto, além da vulnerabilidade à insegurança alimentar, existem outros fatores que podem impactar a produção e a divulgação de iniciativas de SAN, e que valem ser ressaltados.

Primeiro, vale lembrar que o discurso político sempre terá relação com o contexto sócio histórico em que se inscreve (CAREGNATO e MUTTI, 2006). Portanto, segundo Pêcheux, “todo dizer é ideologicamente marcado” (apud ORLANDI, 1999, p.38). Além disto, na análise de discurso, a língua é considerada opaca e heterogênea, ou seja, o enunciado não tem um sentido único e pode criar equívocos (CAREGNATO e MUTTI, 2006). Na primeira parte da pesquisa, foram identificados vários documentos tratando a *seguridad alimentaria*, *sécurité alimentaire*, ou *segurança alimentar* no sentido da palavra inglesa *food safety*, ou seja, a segurança dos alimentos: exemplos incluíram a *Estrategia de Seguridad Alimentaria 2008-2012* na Espanha e o *Livre Blanc sur la Sécurité Alimentaire* europeu. Na França, apesar de similaridades óbvias com uma política de SAN, o Programa Nacional para Alimentação não menciona o termo segurança alimentar, nem segurança alimentar e nutricional. No entanto, políticas de cooperação internacional dos mesmos países ou da mesma União Europeia utilizam o conceito de SAN com uma definição similar à definição da CMA de 1996.

Esta esquizofrenia semântica no seio das mesmas instituições gera interrogações sobre os motivos ou as causas de um uso diferenciado dos mesmos termos. Como Josué de Castro mostra nos seus trabalhos, um fenômeno, tal como a fome, apesar de afetar as populações, pode ficar escondido enquanto os políticos deliberadamente escolhem não falar sobre ele (CASTRO e CASTRO, 2003). Em 1997, Riches afirmava:

Uma problemática chave é que os governos das nações industrializadas avançadas se recusam a reconhecer a existência da fome. Eles estão apoiados nesta negação quando, por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, relata sobre o problema da pobreza global sem fornecer dados sobre fome e pobreza nos países industriais (tradução nossa) (RICHERS, 1997, p.64).

De fato, a ausência de dados sobre pobreza e disponibilidade de alimentos para países desenvolvidos foi observada no decorrer do presente estudo, 15 anos depois da afirmação de Riches. O estudo indica que países tal como Estados Unidos, Austrália e Canadá tomaram iniciativas, mostrando que mesmo em países desenvolvidos surgiu a necessidade de enfrentar a realidade da insegurança alimentar e nutricional.

Por outro lado, pode se argumentar que é mais importante nomear e comunicar sobre uma problemática quando recursos externos são necessários para enfrentá-la. De fato, mecanismos existente de cooperação internacional poderiam explicar porque a informação sobre iniciativas públicas de SAN foi encontrada em maior quantidade para países em desenvolvimento. Várias políticas públicas encontradas foram formuladas ou implementadas pelos governos nacionais em parceria com agências das Nações Unidas, o exemplo mais significativo sendo os Programas Nacionais para Segurança Alimentar, desenvolvidos pelos governos locais com apoio da FAO. Destaca-se que os resultados evidenciaram uma associação significativa entre as iniciativas públicas de SAN e o valor total líquido de AOD recebida, no plano mundial. Na segunda parte do estudo, o envolvimento da comunidade internacional tornou-se óbvio ao analisar os atores participando da elaboração das avaliações da SAN, sendo os órgãos públicos e a sociedade civil estrangeiros mais presentes nos quartis de menor IDH, supostamente com menor capacidade de resposta e tecido social menos estruturado.

Quanto às políticas públicas de SAN beneficiadas pelo apoio da comunidade internacional, vale mencionar o debate em torno da Declaração de Paris (OCDE, 2005), suas diretrizes sobre a “apropriação” das políticas de desenvolvimento pelos governos receptores e o conceito de responsabilidade mutual. Estes conceitos são necessários ao enfrentar o desequilíbrio de poder inerente à relação entre o doador e o governo receptor, ressaltando que os governos e as instituições doadoras podem ter agendas políticas que nem sempre são compatíveis com a dos

países receptores, e também são responsáveis com relação às populações dos seus próprios países (DROOP, ISENMAN e MLALAZI, 2008; RAKNER e WANG, 2007). Existe um consenso segundo o qual a assistência para o desenvolvimento é mais eficaz quando a liderança é assumida pelos países receptores (DROOP, ISENMAN e MLALAZI, 2008); em resposta a este consenso a Declaração de Paris define objetivos de apropriação pelos quais os governos receptores deveriam liderar o desenvolvimento e a implementação das suas estratégias de desenvolvimento por meio de um processo consultivo amplo e coordenar a assistência recebida de diferentes fontes, em colaboração com a sociedade civil e o setor privado nacionais (RAKNER e WANG, 2007).

No entanto, o conceito de apropriação das políticas de desenvolvimento não é sempre compatível com as realidades políticas, em particular quando aborda problemáticas de boa governança e de inclusão das sociedades civis dos países receptores. De fato, a Declaração de Paris resultou numa mudança do esquema da Assistência Oficial para o Desenvolvimento em direção ao apoio direto dos orçamentos dos governos, pesando na balança em favor dos governos em detrimento das sociedades civis dos países receptores, mudando as relações de poder dentro dos governos, os quais por vezes estão sendo avaliados como corruptos (Hyden, 2008; RAKNER e WANG, 2007). Hyden (2008) mostra como tal mudança resultou na não inclusão da sociedade civil nas políticas de desenvolvimento na Tanzânia. Na Guatemala, Ponce Sosa e Velásquez (2010) argumentam que a AOD recebida teve pouco impacto sobre as bases estruturais da insegurança alimentar e nutricional, principalmente porque os processos e acordos vinculados a AOD seguem sendo unilaterais, contemplando os interesses e a agenda dos doadores e excluindo segmentos inteiros da população guatemalteca das ditas políticas.

Embora o mapeamento de iniciativas públicas neste estudo mostre que a cooperação internacional teve um impacto, pelo menos em termos de formulação de política e de avaliação públicas da SAN, ele não permite avaliar as condições de formulação e implementação de tais iniciativas, nem as modalidades de envolvimento dos governos nestes processos e os resultados gerados. Vale ressaltar também que a quantidade de informação encontrada provavelmente foi impactada pelos mecanismos de prestação de contas entre doadores e receptores, sendo que

autores como Mutasa (2008) afirmam que países receptores prestam contas primeiro aos doadores, em detrimento as suas próprias populações.

Na segunda fase do estudo, a proporção alta de resultados de avaliações efetuadas sem participação do setor público ou da sociedade civil nacional sustenta questionamentos sobre a justificação humanitária da intervenção estrangeira nos países mais vulneráveis.

Em 1988 a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU, 1988) adota a resolução de nº43/131, e introduz a ingerência humanitária no direito internacional, insistindo na noção de livre acesso às vítimas. Foram desenvolvidas então as noções de “direito de ingerência” e de “dever de ingerência” (BETTATI, 1993; HERLEMONT-ZORITCHAK, 2009). A ingerência designa a interferência de um Estado ou de uma aliança de Estados nos assuntos internos de outro Estado; a partir desta definição, o conceito de “direito de ingerência” é fundamentalmente paradoxal, já que se refere ao direito de intervir em outro Estado sem ter este direito, e gera contradições com o princípio de igualdade soberana, pilar da carta da ONU (MARCLAY, 2005).

Descrevendo o contexto no qual, a partir dos anos 1990, a intervenção humanitária renasceu e se ampliou, e a comunidade internacional, por meio das Nações Unidas, se tornou um agente poderoso, Peters (2002) argumenta que o antagonismo entre soberania nacional e direito de ingerência não tem mais relevância. A autora baseia sua argumentação sobre a evolução do conceito de soberania nacional, descrevendo como, depois da segunda guerra mundial, e ainda mais depois do fim da guerra fria, entramos em uma era de direitos humanos, com a ampliação do direito internacional e a multiplicação das normas aferentes, na qual a noção de segurança humana vem superando a noção de segurança territorial, e em que a globalização criou interdependências entre os Estados, redistribuindo as relações de poder e enfraquecendo os Estados nacionais. Segundo a autora, o Estado nacional é uma ferramenta destinada a servir aos homens, e não uma finalidade em si, e então a soberania constitui a obrigação do Estado de proteger seus cidadãos, o tornando responsável perante às suas populações, mas também perante à comunidade internacional (PETERS, 2002).

Na linha do raciocínio de Peters, a Comissão Internacional da Intervenção e da Soberania dos Estados, no seu relatório intitulado “responsabilidade de proteger”, afirma em 2001:

A soberania dos Estados implica uma responsabilidade, e é o Estado mesmo, em primeiro lugar, que é responsável pela proteção da sua população [e é unicamente quando] uma população sofre gravemente das consequências de uma guerra civil, de uma insurreição, da repressão exercida por um Estado ou do fracasso das suas políticas, e quando o Estado em questão não tem disposição ou capacidade para pôr fim a ou evitar estes sofrimentos [que] a responsabilidade internacional tem precedência sobre o princípio de não intervenção (tradução nossa) (CIISE, 2001, p. XI).

Admite-se que a globalização e as interdependências entre os Estados por ela criadas podem ser consideradas como uma das causas e, ao mesmo tempo, como uma solução potencial aos déficits de direitos humanos e crises humanitárias no mundo, tornando legítima a existência de um debate sobre a responsabilidade da comunidade internacional na defesa dos ditos direitos humanos quando estão violados. No entanto, enquanto os Estados em guerra civil são facilmente identificáveis, não se pode afirmar o mesmo enquanto ao “fracasso de políticas”, resultando na complexidade em definir um limite entre intervenção legítima ou não da comunidade internacional nos assuntos internos de um Estado. Vale ressaltar que as intervenções “humanitárias” dos Estados contemplam obviamente um raciocínio político, na medida em que sua concepção responde algumas necessidades que não são de natureza puramente humanitária (HERLEMONT-ZORITCHAK, 2009). Tais intervenções humanitárias, de fato, já foram utilizadas para justificar intervenções militares, o que gerou a denuncia e crítica do “imperialismo humanitário” (DAVEY, 2012). De maneira geral, entende-se que a ajuda humanitária, mesmo sendo efetuada por parte de ONGs, está submetida aos interesses políticos e econômicos dos atores locais e internacionais, sendo as ONGs muitas vezes instrumentalizadas pelos doadores institucionais e as mídias (BRUNEL, 2001).

Neste estudo, em frente ao posicionamento da comunidade internacional (Nações Unidas, Departamentos de ajuda humanitária ou ao desenvolvimento no seio de governos ocidentais, ONGs internacionais) como ator principal da avaliação do estado da SAN, especialmente em

países de menor IDH, se formula a questão da utilização da informação por ela gerada: como se articulam, se é que se articulam, estas avaliações com as políticas públicas dos países envolvidos, sendo que 83% das avaliações nos países de menor IDH não incluíram a participação dos setores públicos nacionais? Por outro lado, como se articulam estas avaliações com intervenções humanitárias de SAN efetuadas nos países em questão? Quais os critérios adotados para justificar tais intervenções e qual o papel das avaliações do estado da SAN na decisão e nas modalidades de intervenção? Entende-se que os interesses na geração e na divulgação de informação sobre o estado da SAN em países em desenvolvimento, tanto por parte dos Estados envolvidos, como por parte da comunidade internacional, são múltiplos. Portanto, a análise desta informação deve ser recolocada no contexto das motivações políticas dos Estados e da comunidade internacional, tomando em conta os volumes financeiros consideráveis envolvidos nos mecanismos de cooperação internacional.

Finalmente, em termos de conceitos de SA e de SAN, é importante ressaltar que os indicadores nutricionais, por avaliar o impacto final da insegurança alimentar segundo o quadro conceitual da mesma (FAO e Siciav, 2012), apareceram em avaliações independentemente do documento se referir ao conceito de SA ou SAN. Porém, o esforço de definição conceitual e a inclusão do conceito de segurança nutricional por meio da utilização do conceito de SAN, principalmente nos países com desenvolvimento maior, refletem a diferença de preocupações segundo os contextos de desenvolvimento. Esta diferença resultou que em países cuja preocupação central não é a disponibilidade de alimentos, investiga-se, além do conceito de segurança alimentar na sua definição original, a complexidade dos determinantes do problema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu do objetivo de contribuir para o estoque de conhecimentos sobre as formas de avaliação e ação pública de segurança alimentar e nutricional adotadas no âmbito internacional, e seus vínculos com as características de desenvolvimento humano dos países. Mais especificamente, objetivou-se mapear iniciativas públicas de SAN formuladas desde 1996 entre os signatários da Declaração de Roma, segundo variáveis de desenvolvimento selecionadas, e em seguida coletar e caracterizar documentos de avaliação da SAN publicados desde 2007 em uma seleção de signatários, por meio de uma pesquisa exploratória de dados secundários na *internet*, utilizando palavras-chave em quatro idiomas.

Segundo os resultados, a maioria dos signatários da CMA de 1996 tomaram iniciativas, de formas variadas conforme a hipótese inicial do presente estudo, e entre os signatários selecionados na segunda parte, observou-se uma produção importante de documentos de avaliação da SA/SAN. O estudo mostrou que a existência e a especificidade de iniciativas públicas de SAN, assim como a quantidade e a forma de documentos de avaliação da SAN, seguiam tendências em função das características de desenvolvimento dos países envolvidos. De fato, as iniciativas públicas de SAN, e entre elas avaliações e políticas especificamente dedicadas à SAN, foram identificadas em quantidade maior em países de desenvolvimento menor, segundo os indicadores socioeconômicos selecionados. Ao mesmo tempo, documentos de avaliação de SAN também foram identificados em quantidade maior nos países de menor IDH, com maior participação da comunidade internacional e maior prevalência de boletins produzidos por sistemas de alerta precoce. Os resultados trouxeram questionamentos sobre o impacto dos mecanismos de cooperação internacional, e dos interesses políticos e econômicos por eles gerados sobre a formulação e a divulgação de iniciativas de SAN, assim como, trouxeram questionamentos sobre o papel do discurso político nas diferenças observadas entre países.

Este estudo pretende servir de base para futuras pesquisas, na direção do incentivo para mais iniciativas de SAN e do empoderamento dos cidadãos, por meio de uma informação disponível e facilmente acessível a todos. Recomendações para futuras pesquisas incluem: uma análise mais aprofundada do impacto de cada variável de desenvolvimento sobre a existência e as formas de iniciativas de SAN, e a análise dos discursos políticos em relação a estas iniciativas. Entre outros, recomenda-se uma análise mais aprofundada do papel, dos interesses, e logo do discurso de cada ator do desenvolvimento na formulação e implementação de tais iniciativas, assim como, das interações e relações de poder entre eles, em função de dados reais de insegurança alimentar e de capacidade de resposta dos Estados e das sociedades civis nos países. O estudo das articulações entre avaliação e políticas públicas de SAN segundo o contexto de desenvolvimento e os atores envolvidos, também pode contribuir para um melhor entendimento dos mecanismos da ação pública no campo da SAN e em seguida do seu impacto. Além disto, o acervo de documentos pode ser utilizado para análise dos indicadores adotados, constituindo uma base de referência dos indicadores potenciais no campo da avaliação da SAN.

Finalmente, enquanto as interações da SAN com o desenvolvimento humano podem ser analisadas pelo prisma dos dados socioeconômicos como no presente estudo, na definição de Amartya Sen o desenvolvimento humano entende-se como inclusivo, e as perspectivas da mudança climática, do meio ambiente, mas também dos regimes e ideologias políticas em vigor e dos dados de governança, assim como, dos direitos humanos e dos quadros legais nacionais e internacionais, são perspectivas válidas e relevantes para mapear a segurança alimentar e nutricional e suas iniciativas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, E.J.; GRUMMER-STAWN, L.; CHAVEZ, G. Food insecurity is associated with increased risk of obesity in California women. **Journal of Nutrition**, Rockville Pike, v. 133, n. 4, p.1070-1074, abr. 2003. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/content/133/4/1070.abstract>>. Acesso em: 5 set. 2012.

BABATUNDE, R.O.; QAIM, M. Impact of off-farm income on food security and nutrition in Nigeria. **Food Policy**, s.l., v. 35, n. 4, p.303-311, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030691921000028X>>. Acesso em: 5 set. 2012.

BARRETO, M.L. O conhecimento científico e tecnológico como evidência para políticas e atividades regulatórias em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasil, v. 9, n. 2, p.329-338, 2004. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v9n2/20388.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

BETTATI, M. L'ONU et l'action humanitaire. **Politique étrangère**, s.l., n. 3, p. 641-658, 1993.

BOKELOH, G. Paper VI Actions/Interventions to Improve Food and Nutrition Security at Macro Level. In: KLENNERT, K. (ed.). **Achieving Food and Nutrition Security: Actions to Meet the Global Challenge: A Training Course Reader**. 3^a Ed. Feldafing, Alemanha: InWent, 2009. P.151-167. Disponível em: <http://www3.giz.de/imperia/md/content/a-internet2008/portaliz/umweltundernaehrung/achieving_food_and_nutrition_security_2010.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 31 jul. 2011.

BROCA, S.S. Food Insecurity, Poverty and Agriculture: A Concept Paper. In: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **ESA Working Paper**. Roma, Itália: FAO, set. 2002. n. 02-15. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/007/ae405e/ae405e00.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2012.

BROWN, L.R.; WEBB, P.; HADDAD, L. The role of labour in household food security: implications of AIDS in África. **Food Policy**, s.l., v. 19, n. 6, p.568-573, dez. 1994. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0306919294900485>>. Acesso em: 5 set. 2012.

BRUNEL, S. L'humanitaire, nouvel acteur des relations internationales. **Revue internationale et stratégique**, n. 41, p. 93-110, 2001. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-internationale-et-strategique-2001-1-page-93.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

BURITY, V. et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/download/20101101121244.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p.679-684, Out./Dez. 2006.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro, RJ: Edições Antares, 1984 (1ª ed. 1946). 361p.

CASTRO, J. de; CASTRO, A.M. de. **Fome**: um tema proibido - Últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira, 2003.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Fact Book**. Washington, Estados Unidos: CIA, 2012. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CHILTON, M.; ROSE, D. A Rights-based approach to food insecurity in the United States. **American Journal of Public Health**, s.l., v. 99, n. 7, p.1203-1211, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2696644/pdf/1203.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA D. The food security policy context in Brazil: Country study. In: INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH. **Country study**. Brasília, DF: International Policy Centre for Inclusive Growth, jun. 2011. n. 22. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCCountryStudy22.pdf><http://www.fao.org/countries/en/>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

COLE, S.M.; TEMBO, G. The effect of food insecurity on mental health: Panel evidence from rural Zambia. **Social Science & Medicine**, s.l., v. 73, n. 7, p.1071-1079, out. 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953611004527>>. Acesso em: 5 set. 2012.

COMMISSION INTERNATIONALE DE L'INTERVENTION ET DE LA SOUVERAINETE DES ÉTATS (CIISE). **La responsabilité de protéger**. Ottawa (Canadá) : Centre de recherches pour le développement international, 2001. 99p. Disponível em: <http://www.er.uqam.ca/nobel/k14331/jur7635/instruments/Rapport-de-la-Commission.Resp_de_Proteger.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

COMITE DA SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL (CSA). **Rapport sur l'élaboration de Systèmes d'Information et de Cartographie sur l'Insécurité Alimentaire et la Vulnérabilité (Siciav)** Roma, Itália : FAO, 1998. Disponível em : <<http://www.fao.org/docrep/meeting/W8497f.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea) **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Brasília, DF: CONSEA, 2009. 90p.

DAVEY, E. **Beyond the 'French Doctors'**: The evolution and interpretation of humanitarian action in France. Londres (Reino Unido): Humanitarian Policy Group, 2012. 39p.

DE WAAL, A.; WHITESIDE, A. New variant famine: AIDS and food crisis in southern África. **The Lancet**, s.l., v. 362, n.9391, p.1234-1237, 11 out. 2003. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4073ce2f4.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2012.

DEAN, W.R.; SHARKEY, J.R. Food insecurity, social capital and perceived personal disparity in a predominantly rural region of Texas: An individual-level analysis. **Social Science & Medicine**, s.l., v. 72, n. 9, p.1454-1462, maio 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953611001626>>. Acesso em: 5 set. 2012.

DRÈZE, J.; SEN, A. **Hunger and Public Action**. Nova York, Estados Unidos: Oxford University Press, 1989. 373p. ISBN: 0198286341.

DROOP, J.; ISENMAN, P.; MLALAZI, B. **Paris Declaration on Aid Effectiveness: Study of Existing Mechanisms to Promote Mutual Accountability (MA) between Donors and Partner**

Countries at the International Level: Final Report. Oxford, Reino Unido: Oxford Policy Management, mar. 2008. 35p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/47/33/43163465.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Rome Declaration on World Food Security**: 13-17 November 1996. Roma, Itália: FAO, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Handbook for Setting up a Food Security Information and Early Warning System (FSIEWS)**. Roma, Itália: FAO, 2000. 128p. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/003/X8622e/X8622e00.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **An Introduction to the Basic Concepts of Food Security**. Roma, Itália: FAO, 2008. 3p. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/al936e/al936e00.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Food Security Policies Formulation and Implementation**: Lesson 1- Establishment of a Food Security Policy Framework. Roma, Itália: FAO, 2009. 12p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food Insecurity in the World**: Addressing Food Insecurity in Protracted Crises. Roma, Itália: FAO, 2010. 57p. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i1683e/i1683e.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional e América Latina y el Caribe 2011**: Altos precios de los alimentos: Oportunidades y riesgos. Roma, Itália: FAO, 2011a. 91p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Undernourishment around the world**: impact of the 2006–08 price shock. Roma, Itália: FAO, 2011b. 10p. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/i2330e/i2330e02.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2011.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food Insecurity in the World**: Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Roma, Itália: FAO, 2012a. 61p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAO Country Profiles**. Desenvolvido pela FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/countries/en/>>. Acesso em: 5 set. 2012b.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO); SISTEMA DE INFORMAÇÃO E CARTOGRAFIA SOBRE A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A VULNERABILIDADE (Siciav). **FAO/FIVIMS Framework**: linkages between the overall development context, the food economy, households, and individual measures of well-being. Roma, Itália, FAO: 2012. 1p. Disponível em: <http://www.fivims.org/index.php?option=com_sobi2&catid=4&Itemid=99999999>. Acesso em: 5 set. 2012.

FREITAS, M.C.S.; MINAYO, M.C.S.; FONTES, G.A.V. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias abrangentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasil, v. 16, p.31-38, jan. 2011. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=63015361004>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

GROSS, R. et al. **The Four Dimensions of Food and Nutrition Security**: Definitions and Concepts. s.l.: FAO, Comissão Europeia e Inwent, abr. 2000. 17p. Disponível em: <http://www.foodsec.org/DL/course/shortcourseFA/en/pdf/P-01_RG_Concept.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2012.

HABICHT, J.P.; VICTORA, C.G.; VAUGHAN, J.P. Evaluation designs for adequacy, plausibility and probability of public health programme performance and impact. **International Journal of Epidemiology**, Grã-Bretanha, v. 28, p.10-18, 1999. Disponível em: <<http://ije.oxfordjournals.org/content/28/1/10.full.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

HERLEMONT-ZORITCHAK, N. « Droit d'ingérence » et droit humanitaire : les faux amis. **Humanitaire** [em linha], 23 dezembro 2009. Disponível em: <<http://humanitaire.revues.org/index594.html>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

HYDEN, G. After the Paris Declaration: Taking on the Issue of Power. **Development Policy Review**, Oxford, v. 26, n. 3, p.259-274, 2008. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7679.2008.00410.x/pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Segurança Alimentar, 2004/2009. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. 183p. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2011.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD); FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Compte rendu du Sommet mondial sur la sécurité alimentaire. **Bulletin du Sommet mondial sur la sécurité alimentaire**, v. 150, n. 5, 21 nov. 2009. Disponível em: < <http://www.iisd.ca/download/pdf/sd/ymbvol150num7f.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

KEPPLE, A. **Relatório do produto 01**: documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional – PAA e Cisternas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, 2010.

LINCOLN, Y.S.; GUBA, E.G. **Naturalistic inquiry**. Londres, Reino Unido: Sage, 1985. 416p.

MARCLAY, E. **La Responsabilité de Protéger** : Un nouveau paradigme ou une boîte à outils ? Montréal (Quebec) : Chaire Raoul-Dandurand en études stratégiques et diplomatiques, 2005. 31p. Disponível em: <http://www.dandurand.uqam.ca/uploads/files/publications/etudes_raoul_dandurand/etude_rd_10_emarclay_couv.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2013.

MARTIN, M.A.; LIPPERT, A.M. Feeding her children, but risking her health: The intersection of gender, household food insecurity and obesity. **Social Science & Medicine**, s.l., v. 74, n. 11, p.1754–1764, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953611007271>>. Acesso em: 5 set. 2012.

METZ, M. **Impacts of Macro- and Sector- Policies on Food Security**. Paper preparado para administração do curso “Food and Nutrition Security in the context of poverty alleviation and disaster and crisis mitigation and response” (não publicado). Feldafing, Alemanha: InWent, 2000.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, 1999. Disponível em: < http://cliente.argo.com.br/~mgos/análise_de_conteudo_moraes.html#_ftn1>. Acesso em: 16 nov. 2011.

MUTASA, C. « Responsabilité » et efficacité de l'aide publique au développement. **Alternatives Sud**, s.l., v. 15, p.109-120, 2008. Disponível em: <<http://www.cetri.be/IMG/pdf/5.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

NETMARKETSHARE. Google - Global Market Share. Market Share Statistics for Internet Technologies. Disponível em: <<http://marketshare.hitslink.com/report.aspx?qprid=5&qpcustom=Google%20-%20Global&qptimeframe=M&qpsp=120&qpnp=25>>. Acesso em: 5 set. 2012.

NORD, M.; ANDREWS, M.; CARLSON, S. **Household Food Security in the United States, 2008**. Washington, Estados Unidos: USDA, 2009. 58p. Disponível em: <http://www.ers.usda.gov/media/184956/err83_1_.pdf>. Acesso em: 5 set. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The Universal Declaration of Human Rights**. Nova York, Estados Unidos: United Nations Organization, 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/udhr/>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacte International Relatif aux Droits Economiques, Sociaux et Culturels**. Nova York, Estados Unidos: Organisation des Nations Unies, 1966. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/french/law/cescr.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A/RES/43/131**. Nova York, Estados Unidos: United Nations Organization, 1988. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/43/a43r131.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Guidelines: Common Country Assessment (CCA)**. Nova York, Estados Unidos: United Nations Organization, 1999. Disponível em: <http://www.humanitarianinfo.org/sanctions/handbook/docs_handbook/guide_cca.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Obesity and Overweight. **Fact sheet**, s.l., n. 311, maio 2012. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **The DAC Guidelines: Poverty Reduction**. Paris, França: OCDE, 2001. 129p. Disponível em:

<http://www.cooperazioneallosviluppo.esteri.it/pdgcs/documentazione/PubblicazioniTrattati/2001-11-01_DacGuidelinesPoverty.pdf>. Acesso em: 5 set. 2012.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **The Paris Declaration on Aid Effectiveness and the Accra Agenda for Action**. Paris, França: OCDE, 2005. 21p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/development/aideffectiveness/34428351.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2012.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). DAC2a ODA Disbursements. **StatExtracts database**. Desenvolvido pela OCDE. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/index.aspx>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

ORLANDI E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999. 99p.

PANELLI-MARTINS, B.E. **Análise de método de avaliação da segurança alimentar e nutricional**: uma contribuição à política municipal de SAN. Salvador, BA: UFBA / Escola de Nutrição, 2007. 138p.

PANELLI-MARTINS, B.E.; SANTOS, S.M.C.; OLIVEIRA, A.M.A. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, sup. 0, p.65-81, jul./ago 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/07.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Food insecurity measurement and indicators. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, sup. 0, p.15-26, jul./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/03.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

PERSICHINO, R. Tous responsables? In: ACF. **Géopolitique de la Faim**: Faim et responsabilités. Paris, França : PUF, 2004. p.19-31.

PETERS, A. Le droit d'ingérence et le devoir d'ingérence : vers une responsabilité de protéger. **Revue de droit international et de droit comparé**, s.l., n. 79, p. 290-308, 2002. Disponível em: <http://ius.unibas.ch/fileadmin/user_upload/fe/file/Peters_Le_droit_d_ing_rence_et_le_devoir_d_ing_rence.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.

PONCE SOSA, N.A.; VELÁSQUEZ, H. Guatemala: Sécurité alimentaire: l'enjeu pour une aide efficace. In : SOCIAL WATCH. **Rapports Nationaux** . S.l.: Coordinación de ONG y Cooperativas (CONGCOOP), 2010. P.110-111. Disponível em: <http://www.socialwatch.org/sites/default/files/guatemala2010_fran.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2012.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (PMA). **Food Security Analysis**. Desenvolvido pelo PMA. Acervo de relatórios de avaliação da segurança alimentar. Disponível em: <<http://www.wfp.org/food-security>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Pnud). **International Human Development Indicators**. Desenvolvido pela Pnud. Disponível em: <<http://hdrstats.undp.org/en/tables/>>. Acesso em: 7 mar. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Pnud). Human Development Reports. Desenvolvido pelo Pnud. Origins of the Human Development Approach. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/humandev/origins/>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

RAKNER, L.; WANG, V. **Governance Assessments and the Paris Declaration: A CMI Issues Paper Prepared for the UNDP Bergen Seminar**. Bergen, Norway: Chr. Michelsen Institute, set. 2007. 17p. Disponível em: <<http://www.cmi.no/publications/file/2747-governance-assessments-and-the-paris-declaration.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

RICHES, G. Hunger, food security and welfare policies: Issues and debates in First World societies. **Proceedings of the Nutrition Society**, s.l., v. 56, n. 1A, p.63-74, mar. 1997. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0029665197000839>. Acesso em: 5 set. 2012.

RICHES, G. Food Banks and Food Security: Welfare Reform, Human Rights and Social Policy. Lessons from Canada?. **Social Policy & Administration**, Oxford, v. 36, n. 6, p.648-663, dez. 2002. Disponível em: <<http://internationalhumanrightslaw.net/wp-content/uploads/2012/01/Riches-food-banks.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

RIVERS, J. et al. **Sudan: Southern Sudan province, Comprehensive Food Security and Vulnerability Analysis (CFSVA)**. Roma, Itália: PMA, 2007. 44p. Disponível em: <<http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ena/wfp154536.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2012.

SANTOS, S.M.C.; SANTOS, L.M.P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002: 1 - Abordagem metodológica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p.1029-1040, Maio 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000500005&lng=pt&Nºm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2011.

SCANLAN, S.J. Women, food security, and development in less-industrialized societies: Contributions and challenges for the new century. **World Development**, s.l., v. 32, n. 11, p.1807-1829, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X04001378>>. Acesso em: 5 set. 2012.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E CARTOGRAFIA SOBRE A INSEGURANÇA ALIMENTAR E A VULNERABILIDADE (Siciav). Homepage. Desenvolvido pela FAO. Disponível em: <http://www.fivims.org/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1&lang=en>. Acesso em: 20 nov. 2011.

STAMOULIS, K.; ZEZZA, A. A Conceptual Framework for National Agricultural, Rural Development, and Food Security Strategies and Policies. In: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **ESA Working Paper**. Roma, Itália: FAO, nov. 2003. n. 03-17. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/007/ae050e/ae050e00.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

SULLIVAN, A.F. et al. Food security, health, and medication expenditures of emergency department patients. **The Journal of Emergency Medicine**, s.l., v. 38, n. 4, p.524-528, maio 2010. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19272731>>. Acesso em: 5 set. 2012.

TOLOSSA, D.; TAFESSE, T. **Linkages between Water Supply and Sanitation and Food Security**: A case study in four villages of East Hararghe zone, Oromia region. Addis Ababa, Etiópia: College of Development Studies, Addis Ababa University, ago. 2008. 44p. Disponível em: <<http://www.ripplethiopia.org/documents/stream/20080908-wp6-water-and-food-security>>. Acesso em: 5 set. 2012.

TOWNSEND M.S. et al. Food insecurity is positively related to overweight in women. **Journal of Nutrition**, s.l., v. 131, n. 6, p.1738-1745, 1 jun. 2001. Disponível em: <<http://jn.nutrition.org/content/131/6/1738.abstract>>. Acesso em: 5 set. 2012.

TSAI, A.C. et al. The social context of food insecurity among persons living with HIV/AIDS in rural Uganda. **Social Science & Medicine**, s.l., v. 73, n. 12, p.1717-1724, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953611005983>>. Acesso em: 5 set. 2012.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). International Food Security Assessment, 2012-22. Washington, Estados Unidos: Economic Research Service/USDA, jul. 2012. 63p.

VALENTE, F.L.S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, s.l., v. 12, n. 1, p.51-60, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

VEIGA, P.M. **Trading Food**: Food Security Policies in Latin América, Southeast Ásia and Southern África and Their Implications for Trade and Regional Integration. Winnipeg, Canada: International Institute for Sustainable Development, 2010. 26p.

VON BRAUN, J. et al. **Improving food security of the poor**: concept, policy, and programs. Washington, Estados Unidos: International Food Policy Research Institute, 1992. 43p.

VON BRAUN, J. et al. **Urban food insecurity and malnutrition in developing countries**: trends, policy, and research implications. Washington, Estados Unidos: International Food Policy Research Institute, 1993. 47p.

WALLESER KEPPEL, A.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasil, v. 16, n. 1, p.187-199, 2011. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=63015361018>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

APÊNDICES IMPRESSOS

APÊNDICE A - Roteiro de pesquisa das iniciativas públicas (políticas e avaliações) de SAN – fase 1.

DATA E NOME DO PESQUISADOR:

NOME DO PAÍS:

PAÍS SELECIONADO (SIM/NÃO):



critérios de seleção:

(1) o país tem uma política nacional de SAN

(2) o país tem um mecanismo de avaliação da SAN com participação/gestão pública
 (3) o mecanismo de avaliação da SAN se aplica ao país
 (4) o(s) relatório(s) de avaliação da SAN estão disponível no internet

DATA E NOME DA PESSOA QUE FEZ VERIFICAÇÃO:



ETAPAS		O QUE PREENCHER				
PARTE 1		SÍTIOS GOVERNAMENTAIS				
		Presidência	Primeiro Ministério	Ministério da Saúde	Ministério da Agricultura	Ministério do desenvolvimento/da solidariedade
1. Ir a página web	(link)					
2. Tem ferramenta de busca?	(Sim/Não)					
3. Se sim buscar "segurança alimentar" e "segurança nutricional" quando tem opções de busca, escolher "todas as palavras" Se não buscar em "prioridades", "principais políticas", "objetivos", "informações", "notícias"	(colocar o que foi buscado)					
4. Tem uma política nacional de segurança alimentar e nutricional (específica, com nome)?	(Sim+nome/Não)					
4.1 Se sim quais são as dimensões da SAN mencionadas?	dimensões					
4.2 Se sim tem um órgão responsável pela política?	(Sim + nome+link/Não)					
5. Tem um relatório da situação da SAN no país?	(Sim+link/Não)					
5.1. Se sim que ano foi publicado?	(ano)					
5.1. Se sim que ano foi publicado?	(Disponibilidade/Acesso/Consumo/Utilização biológica/Estabilidade ou qualquer combinação destas dimensões)					
5.2. Se sim quais são as dimensões da SAN mencionadas?	dimensões					
5.3 Se sim cobre o país inteiro?	(Sim/Não)					

PARTE 2		SITIO ORGÃO EM CARGA DA PP SAN
1. Buscar diretamente por motor de pesquisa "política nacional de SAN" + "país" ou nome do órgão se já conhecido	(colocar o que foi busco) (colocar os links que foram explorados e comentários se necessário)	
2. links explorados + comentários		
3. Tem uma política nacional de segurança alimentar (especifica, com nome)?	(Sim+nome+fonte de onde tem a info/Não) (Disponibilidade/Acesso/Consumo/Utilização biológica/Estabilidade ou qualquer combinação destas dimensões)	<i>dica: se obtém relatório(s) de ONG os das NU sobre o estado da SAN no país, buscar pelo sumario os sistemas ou políticas pública(o)s</i>
3.1. Se sim quais são as dimensões da SAN mencionadas?	(Sim + nome+fonte de onde tem a info/Não)	<i>dica: se acho a existência duma política num relatório de ONG ou das NU, voltar a Google e buscar o nome da política ou do órgão em carga</i>
3.2. Se sim tem um órgão responsável pela política?	(Sim + nome+fonte de onde tem a info/Não)	<i>dica: se obtém relatório(s) de ONG os das NU sobre o estado da SAN no país, buscar pelo sumario os</i>
3.3. Se sim qual é o link da pagina web do órgão	(link)	<i>dica: se acho a existência duma política num relatório</i>
4. Tem um relatório da situação da SAN no país?	(Sim+link/Não)	
4.1. Se sim por quem foi feito?	nome	
4.2. Se sim que ano foi publicado?	(ano)	
4.3. Se sim quais são as dimensões da SAN mencionadas?	(Disponibilidade/Acesso/Consumo/Utilização biológica/Estabilidade ou qualquer combinação destas dimensões)	
4.4. Se sim cobre o país inteiro?	(Sim/Não)	

PARTE 3 INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICAS

1. Buscar diretamente por motor de pesquisa "Instituto Nacional de estatísticas" + "país"	(link)	
2. Tem ferramenta de busca?	(Sim/Não)	
3. Se sim buscar "segurança alimentar" e "segurança nutricional" quando tem opções de busca, escolher "todas as palavras" Se não buscar em "saúde", "agricultura", "estatísticas sociais", "MDG" etc.	(colocar o que foi busco)	
4. Tem um relatório ou estatísticas da situação da SAN no país?	(Sim+link/Não)	
4.1. Se sim de que ano?	(ano)	
4.2. Se sim quais são as dimensões da SAN mencionadas?	(Disponibilidade/Acesso/Consumo/Utilização biológica/Estabilidade ou qualquer combinação destas dimensões)	
4.3. Se sim cobre o país inteiro?	(Sim/Não)	

PARTE 4 BUSCA POR RELATORIO

1. Buscar diretamente por motor de pesquisa "avaliação da SAN" + "país"	(colocar o que foi busco) (colocar os links que foram explorados e comentários se necessário)	
2. links explorados + comentários		
3. Tem um relatório da situação da SAN no país?	(Sim+link/Não)	
3.1. Se sim por quem foi feito?	(Nome + tipo de organização pública, ONGs, Consultoria privada)	
3.2. Se sim foi feito por mandato publico etou em parceria com setor publico?	(Sim + nome instituição pública/Não)	
3.3. Se sim que ano foi publicado?	(ano)	
3.4. Se sim quais são as dimensões da SAN mencionadas?	(Disponibilidade/Acesso/Consumo/Utilização biológica/Estabilidade ou qualquer combinação destas dimensões)	
3.5. Se sim cobre o país inteiro?	(Sim/Não)	

APÊNDICE B – Lista e vínculos de políticas específicas de SA/SAN encontradas por país.

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
AFGHANISTAN	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/afg/
ALGERIA	Programme national pour la Sécurité Alimentaire http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/participating-countries-npfs/fr/
ANGOLA	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional http://www.minaderp.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=541 http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Angola/ENSAN.pdf
ANGOLA	Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional http://www.minaderp.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=491 http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Angola/PlandeAction.pdf
ANGOLA	Programme National pour la Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.fao.org/countries/55528/en/ago/
ARGENTINA	Plan Nacional de Seguridad Alimentaria http://www.desarrollosocial.gov.ar/pnsa/141 http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Argentina/ARG-PNSAN2003.pdf
ARMENIA	Food Security Concept Paper (and its Action Plan) http://typo3.fao.org/fileadmin/user_upload/eufao-fsi4dm/docs/Armenia_highlights_Oct_Dect2011_01.pdf
AZERBAIJAN	National Food Security Programme http://ec.europa.eu/europeaid/documents/aap/2009/af_aap_2009_aze.pdf
BANGLADESH	National Programme for Food Security http://www.fao.org/countries/55528/en/bgd/
BELIZE	Food and Nutrition Security Policy ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/010/j6483e.pdf
BENIN	Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.fao.org/countries/55528/en/ben/ http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=politique%20nationale%20de%20s%C3%A9curit%C3%A9%20alimentaire%20et%20nutritionnelle%20b%C3%A9ninois&source=web&cd=3&sqi=2&ved=0CDIQFjAC&url=http%3A%2F%2Fapi.ning.com%2Ffiles%2FShWpTrpbXB1rP4l-S9PhytNXEu0Yro6H22E5BYQtaUPmoHhEf0-dW9z5axV5K719Sp502acCfGm0suDC8ug3ka5kmy5RWvK%2FMAEPFSAgriProFocus_PaysBas_JDH090611.docx&ei=_dQBT6TsKtHqtgFA1-3UBQ&usg=AFQjCNGnKvw-luCWx_LmIClzEt8zAN^W0g
BHUTAN	Food and Nutrition Security Policy (FNSP) http://www.bhutanobserver.bt/let-there-be-food/
BHUTAN	Bhutan National Food Security Strategy Plan (BNFSSP) http://www.fao.org/righttofood/publi10/bhutan_1_fighting_hunger.pdf
BOLIVIA	Plan Nacional de Seguridad Alimentaria http://www.aipe.org.bo/public/lst_publicaciones/1198163644_LST_PUBLICACIONES_7_documento_adjunto.pdf
BOTSWANA	National Programme for Food Security http://www.sirtewaterandenergy.org/docs/reports/Botswana-Draft2.pdf http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/participating-countries-npfs/en/ http://www.fao.org/countries/55528/en/bwa/

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
BRAZIL	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional http://nutricao.saúde.gov.br/docs/geral/pnan.pdf http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/política-e-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar/documento-com-proposicoes-para-a-elaboracao-da-pnsan http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm
BRAZIL	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=Plano+Nacional+de+Seguran%C3%A7a+Alimentar+e+Nutricional+brasil&source=web&cd=2&ved=0CC4QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fsegurancaalimentar%2Farquivos%2FLIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_FINAL.pdf%2Fdownload&ei=1HZ0T9vgKMqIteV6f2MBg&usg=AFQjCNG1Yo4I0b6_V8ssipcuBCYXV-bPIA
BRAZIL	Fome Zero http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/biblioteca/secretaria-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sesan/livros/fome-zero-2013-uma-historia-brasileira-2013-volumes-1-2-e-3/fome-zero-2013-uma-historia-brasileira-2013-volumes-1-2-e-3 http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=POLÍTICA+Nacional+de+Seguran%C3%A7a+Alimentar+e+Nutricional+brasil&source=web&cd=1&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fomezero.gov.br%2Fdownload%2Fseguranca_Alimentar.pdf&ei=kXd0T6GkOYjgtge_2tWNBg&usg=AFQjCNF4DR7PhRjBEGqTleZ-KNxvOQBdiQ
BRAZIL	National Programme for Food Security http://www.fao.org/countries/55528/en/bra/
BURKINA FASO	Stratégie Nationale de Sécurité Alimentaire http://www.usaid.gov/our_work/humanitarian_assistance/ffp/burkinafscf.pdf http://www.hubrural.org/IMG/pdf/burkina_snsa.pdf http://www.food-security.net//medias/File/Strategies_operationnelles_version_02_04_KTBF.pdf
BURKINA FASO	Programme National pour la Sécurité Alimentaire (PNSA) du Burkina Faso http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Burkina%20Faso/Resume_Executif_PNSA_BF.pdf
BURKINA FASO	Stratégie Operationelle et Programme de Sécurité Alimentaire Durable dans une Perspective de Lutte contre la Pauvreté http://www.usaid.gov/our_work/humanitarian_assistance/ffp/burkinafscf.pdf http://www.hubrural.org/IMG/pdf/burkina_snsa.pdf
BURUNDI	Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.uneca.org/sros/ea/meetings/ice14/Food%20Security%20Overview%20FR.pdf http://www.burundi-gov.bi/Burundi-Agriculture-Presentation http://www.fao.org/countries/55528/en/bdi/
CAMBODIA	"Strategic Framework for Food Security and Nutrition"(SFFSN 2008-2012) http://www.foodsecurity.gov.kh/sites/default/files/upload/documents/SFFSN-review-report-executive-summary-Eng.pdf http://www.gafspfund.org/gafsp/sites/gafspfund.org/files/Documents/Cambodia_4_of_16_STRATEGY_Food_Security_and_Nutrition_Strategy_0.pdf

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
CAMBODIA	National Programme for Household Food Security and Poverty Reduction http://www.fao.org/righttofood/inaction/ajustice_strategylist_fr.htm
CAMBODIA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/khm/
CAMEROON	Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.countrystat.org/country/WFP/documents/docs/Cameroun%20CFSVA%2007%20(french).pdf
CANADA	Canada Action Plan for food security http://www4.agr.gc.ca/AAFC-AAC/display-afficher.do?id=1212774496698&lang=eng http://www.agr.gc.ca/index_e.php?s1=misb&s2=fsec-seca&page=action http://www.agr.gc.ca/misb/fsec-seca/pdf/action_e.pdf
CAPE VERDE	Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) / National Plan for Food Security http://www.actuar-acd.org/Gestao/documentos/61CPLPdiagnostic_JoaoPinto.pdf http://www.docstoc.com/docs/49331635/REPUBLIC-OF-CAPE-VERDE-Ministry-of-Finance-and-Planning http://www.fao.org/righttofood/inaction/ajustice_strategylist_fr.htm http://www.fao.org/countries/55528/en/cpv/
CAPE VERDE	Sustainable National Food Security Strategy (2002-2015) http://www.docstoc.com/docs/49331635/REPUBLIC-OF-CAPE-VERDE-Ministry-of-Finance-and-Planning http://www.fao.org/righttofood/inaction/ajustice_strategylist_fr.htm
CENTRAL ÁFRICAN REPUBLIC	Stratégie pour le Développement Rural, l'Agriculture et la Sécurité Alimentaire (SDRASA) http://hdptcar.net/blog/wp-content/uploads/2011/11/Rapport_etude_march%C3%A9_version-finale.pdf http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=strat%C3%A9gie%20pour%20le%20d%C3%A9veloppement%20rural%2C%20l%E2%80%99agriculture%20et%20la%20s%C3%A9curit%C3%A9%20alimentaire%20(sdrasa)%20rca&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CCMQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.minplan-rca.org%2Fdocuments-cles%2Fdoc_download%2F234-strategie-du-developpement-rural&ei=kclxT86tFomCgAf3mL0u&usg=AFQjCNEHA7PY_NXnh5c6zfglqprnDABa9Q
CHAD	Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.pnsa-tchad.net/topic/index.html http://www.primature-tchad.org/pdfs/PROGRAMME_GVT_NADINGAR.pdf
COLOMBIA	Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (PSAN) www.minproteccionsocial.gov.co/Documentos%20y%20Publicaciones/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20SEGURIDAD%20ALIMENTARIA%20Y%20NUTRICIONAL.pdf
CONGO	Programme National pour la Sécurité Alimentaire (PNSA) 2008-2012 http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/DR Congo/RapportFinal_PNSA.pdf http://faolex.fao.org/docs/pdf/con80884.pdf
CONGO	Programme de Redressement Economique et de Sécurité Alimentaire (RESA) ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/CongoRep.pdf

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
CONGO (DEMOCRATIC REPUBLIC OF)	Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.fao.org/countries/55528/en/cod/
COSTA RICA	Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional 2011-2021 http://www.ministeriodesalud.go.cr/index.php/menu-principal-proyectos-y-propuestas-ms/doc_download/1106-politica-nacional-de-seguridad-alimentaria-y-nutricional-2011-2021
COSTA RICA	Política SAN 2006-2010 http://www.rlc.fao.org/iniciativa/pdf/marcoinst.pdf
DJIBOUTI	Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA) et Plan d'Action pour le Secteur Primaire 2012-2017 http://www.presidence.dj/action_gouv/disc_agriculture.php http://typo3.fao.org/fileadmin/user_upload/drought/docs/Presentation%20du%20PNSA%202012-2017_MAPE_Dec2011.pdf
DOMINICA	National Food and Nutrition Security Policy and Plan of Action for Dominica http://dominicanewsonline.com/news/all-news/economydevelopment/dnfc-addresses-factors-affecting-food-security-in-dominica/
DOMINICAN REPUBLIC	Programa Nacional para la Seguridad Alimentaria (PANSA) ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/informep.pdf
ECUADOR	Declaración Seguridad Alimentaria y Nutricional como política de estado http://www.rlc.fao.org/iniciativa/pdf/marcoinst.pdf
ECUADOR	Plan de Acción de la Seguridad Alimentaria ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Ecuador.pdf
EL SALVADOR	Política de Seguridad Alimentaria y Nutricional http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/ElSalvador/PolíticadeSeguridadAlimentariayNutricional03.pdf
EL SALVADOR	Plan SAN 2006 http://www.rlc.fao.org/iniciativa/pdf/marcoinst.pdf
EL SALVADOR	Plan Nacional de Seguridad Alimentaria (PNSA) http://www.fao.org/countries/55528/en/slv/
ERITREA	Food Security Strategy http://www.itacasmara.esteri.it/itacasmara/english/side_menu/documenti/FS%20Eritrea.pdf
ETHIOPIA	2010-2014 Food Security Programme (FSP) http://www.fao.org/docrep/012/ak346e/ak346e00.htm
ETHIOPIA	Food Security Strategy http://www.mfa.gov.et/Miscellanies/FoodSecurity.php?Page=FoodSecurity/TOC.htm
ETHIOPIA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/eth/
FIJI	Food Security Programme (FSP) http://www.agriculture.org.fj/index.cfm?si=main.resources&cmd=forumview&uid=dda&cid=1465
GABON	Programme d'Action pour la Sécurité Alimentaire et de Croissance (PASAC) http://www.agriculture.gouv.ga/IMG/pdf/Rapport_d_activites_annuel_2010_d_e_la_DGPA.pdf http://www.gabon-vert.com/le-pilier-gabon-vert/les-enjeux-par-secteur/l-agriculture

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
GABON	Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.agriculture.gouv.ga/IMG/pdf/Derniere_version_PNSA.pdf
GAMBIA	National Programme for Food Security (NPFS) ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/008/af091e/af091e00.pdf
GHANA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/gha/
GRENADA	National Food Security Programme http://www.gov.gd/egov/docs/reports/MOA_annual%20review_2008.pdf
GUATEMALA	Plan Estratégico de Seguridad Alimentaria y Nutricional (PESAN) 2007-2016 http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Guatemala/PESANFinal.pdf
GUATEMALA	Plan Estratégico de Seguridad Alimentaria y Nutricional (PESAN) 2009-2012 http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Guatemala/PlanEstrategicodeSeguridadAlimentaria09-12.pdf
GUATEMALA	Programa de Seguridad Alimentaria y Nutricional http://portal.mspas.gob.gt/index.php?option=com_content&view=article&id=194:programa-de-seguridad-alimentaria-y-nutricional&catid=19:principal&Itemid=87 http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Guatemala/ProgramadeSeguridadAlimentariayNutricional.pdf
GUATEMALA	Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Guatemala/PolíticaNacionaldeSeguridadAlimentariayNutricional_2005.pdf
GUATEMALA	Plan Nacional de Seguridad Alimentaria (PNSA) http://www.fao.org/countries/55528/en/gtm/
GUINEA	Programme National pour la Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.fao.org/countries/55528/en/gin/ http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/participating-countries-npfs/fr/
GUINEA	Stratégie Nationale de Sécurité Alimentaire (SNSA) http://www.google.com/url?q=http://www.pfnutrition.org/IMG/doc/Guinee.doc&ei=6VZjT9v-HsrjggeD6oDICA&sa=X&oi=unauthorizedredirect&ct=targetlink&ust=1331912177510225&usg=AFQjCNEGOWzFuoFyoYICyKL-EogHVkt6OA http://www.food-security.net//medias/File/Rapport_du_Bilan_LPDA2_de_la_PNDA_vision_2015.pdf
GUINEA-BISSAU	Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) http://www.actuar-acd.org/Gestao/documentos/61CPLPdiagnostic_JoaoPinto.pdf http://www.fao.org/countries/55528/en/gnb/
GUINEA-BISSAU	Stratégie de Programme de Sécurité Alimentaire ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/GuineaBi.pdf
GUYANA	Food and Nutrition Security Strategy for Guyana (2010- 2020) http://www.agriculture.gov.gy/Guyana%27s%20Food%20and%20Nutrition%20Security%20Strategy.pdf http://www.agriculture.gov.gy/Final%20Complete%20GFNSS%20Document%20-%20%20July%2027,%202011.pdf

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
HAITI	Actualisation du Plan National de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle PNSAN / National Food Security Plan http://www.agriculture.gouv.ht/view/01/IMG/pdf/VERSION_PNSAN_12_Mars_2010.pdf http://www.fao.org/righttofood/inaction/ajustice_strategylist_fr.htm
HAITI	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/hti/
HONDURAS	Estrategia Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional 2010-2022 http://www.rlc.fao.org/iniciativa/pdf/ensan.pdf http://reliefweb.int/node/421997
HONDURAS	Política de Sseguridad Alimentaria y Nutricional de Largo Plazo http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Honduras/PolíticadeSeguridadAlimentariayNutricionalalLargoPlazo.pdf
HONDURAS	Política de seguridad alimentaria y nutricional de Honduras (2005-2015) http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ena/wfp086535.pdf http://www.rlc.fao.org/iniciativa/pdf/marcoinst.pdf
INDIA	National Food Security Mission http://agricoop.nic.in/NFSM/NFSM.pdf
INDONESIA	National Decentralized Support Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Indonesia/Indonesia_NPFS.pdf
INDONESIA	General Food Security Policy: 2006-2009 http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/newsroom/docs/pathways.pdf
INDONESIA	National Food Security Strategy http://www.isdb.org/irj/go/km/docs/documents/IDBDevelopments/Internet/English/IDB/CM/Publications/IDB_AnnualSymposium/20thSymposium/6-TahlimSundrayanto.pdf
INDONESIA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/idn/
IVORY COAST	Programme national de sécurité alimentaire et de nutrition (PNSAN) http://www.fao.org/fileadmin/templates/tc/tce/pdf/cotedivoire_PoA.pdf http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/participating-countries-npfs/fr/
JAMAICA	National Food Security Programme http://www.jamaicalabourparty.com/content/national-food-security-programme-be-launched-next-february-0 http://www.fao.org/europeanunion/eu-in-action/euff_countries/jamaica/en/
JORDAN	Food and Nutrition Security in Jordan towards Poverty Alleviation http://www.undp-jordan.org/index.php?page_type=projects&project_id=58&cat=1 http://www.undp-jordan.org/uploads/projects/pd_1293615331.pdf
JORDAN	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/jor/ http://www.undp-jordan.org/index.php?page_type=projects&project_id=58&cat=1
KENYA	National Food Security and Nutrition Policy (NFNP) http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/3C5886BE345E8FF149257644000899D2-Full_Report.pdf

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
KENYA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/ken/
KENYA	Food Security and Nutrition Strategy http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Kenya/Kenya_FSNS_finaldraft.pdf
LAO PEOPLE'S DEMOCRATIC REPUBLIC	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/lao/
LESOTHO	National Food Security Policy http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/E9E10803C082B1C4C12575FD0037A61D-Full_Report.pdf http://www.environment.gov.ls/legislation/read_document.php?srchDocID=D0C666023
LESOTHO	National Action Plan for Food Security http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/E9E10803C082B1C4C12575FD0037A61D-Full_Report.pdf
LESOTHO	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/lso/
LIBERIA	National Food Security and Nutrition Strategy http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Liberia/FoodandNutritionStrategy_2008.pdf
LIBERIA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/lbr/
MADAGASCAR	Plan d'Action National pour la Sécurité Alimentaire (PANSA) http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Madagascar/MAG_PANSA_draft.pdf http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Madagascar/Programmesheet_Madagascar.pdf
MADAGASCAR	Lettre de Politique de Sécurité Alimentaire (LPSA) http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Madagascar/Lettredepolitique_Madagascar.pdf
MADAGASCAR	Programme National pour la Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.fao.org/countries/55528/en/mdg/ ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Madagasc.pdf
MADAGASCAR	Stratégie Nationale de Sécurité Alimentaire (SNSA) ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Madagasc.pdf
MALAWI	Food Security Policy http://www.moafsmw.org/ocean/docs/Policy%20Documents/D%20%20Food%20Security%20Policy%20%2011%2009%2006.pdf
MALAWI	Food and Nutrition Security Policy http://www.fian.org/resources/documents/others/human-right-to-food-in-malawi/pdf
MALAWI	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/mwi/
MALAYSIA	National Food Security Policy (DJBM) http://www.ifrj.upm.edu.my/17%20(03)%202010/IFRJ-2010-501-507%20Tey%20Malaysia%20ok.pdf http://www.doa.gov.my/web/guest/perancangan_teknologi_maklumat_dan_komunikasi;jsessionid=CF44188C61C7219D57B101B35E613638

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
MALI	Programme National de Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.koulouba.pr.ml/images/projetpdes.pdf http://www.csa-mali.org/docs/PNSApostbailleurs.pdf http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Mali/Mali_ProgrammeNacionaldeSecuriteAlimentaire_2006-2015.pdf http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Mali/ResumeExecutif_Mali.pdf
MAURITANIA	Stratégie Nationale de Sécurité Alimentaire http://www.oecd.org/dataoecd/39/31/41642759.pdf
MEXICO	Programa Especial de Seguridad Alimentaria Nacional (PESAN) http://www.fao.org/countries/55528/en/mex/
MOLDOVA	Strategy of Sustainable Development of Agriculture and Food Security http://www.cisr-md.org/pdf/annex-b.pdf http://www.moldova.md/en/newslst/1211/1/3842/
MONGOLIA	Mongolia Proposal for Global Agriculture and Food Security Programme http://www.gafspfund.org/gafsp/sites/gafspfund.org/files/Documents/Mongolia%20of%209%20GAFSP%20Proposal.pdf
MONGOLIA	National Food Security Programme http://gafspfund.org/gafsp/sites/gafspfund.org/files/Documents/Mongolia_8_of_9_Consultations_Brief_Agriculture_Plan_NFSP.pdf http://www.fao.org/countries/55528/en/mng/
MOZAMBIQUE	Estratégia e Plano de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional 2008-2015 http://www.minag.gov.mz/images/stories/pdf_files/esa.pdf http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Mozambique/Mozambique_ESAN_IlePASAN.pdf ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/mozambique_nat_report.pdf
MOZAMBIQUE	Programa Nacional de Segurança Alimentar (PAN II) http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Mozambique/Mozambique_ESAN_IlePASAN.pdf
MOZAMBIQUE	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/moz/
MOZAMBIQUE	National Training Strategy for Food Security and Nutrition http://www.minag.gov.mz/images/stories/pdf_files/esa.pdf
NAMIBIA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Namibia/Namibia_NPFS-Main°eport-LastDraft.pdf
NAMIBIA	Food Security and Nutrition Strategy ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Namibia.pdf
NEPAL	Nepal Agriculture and Food Security Country Investment Plan http://www.gafspfund.org/gafsp/sites/gafspfund.org/files/Documents/Nepal%20of%209%20Country%20Investment%20Plan.pdf
NICARAGUA	Política de Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional desde el Sector Público Agropecuario y Rural http://www.enlaceacademico.org/uploads/media/Política_SSAN_UV_140509.pdf

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
NICARAGUA	Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (PNSAN) y su Plan de Acción http://www.enlaceacademico.org/uploads/media/Política_SSAN_UV_140509.pdf http://www.rlc.fao.org/iniciativa/pdf/marcoinst.pdf ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Nicaragu.pdf
NIGER	Le Programme National Global de Sécurité Alimentaire (PNGSA) http://www.iycn.org/files/Politique-Nationale-en-Matiere-dAlimentation-de-Nutrition.pdf
NIGER	La Stratégie Opérationnelle de Sécurité Alimentaire (SOSA) http://www.iycn.org/files/Politique-Nationale-en-Matiere-dAlimentation-de-Nutrition.pdf
NIGER	Programme National pour la Sécurité Alimentaire (PNSA) http://www.fao.org/countries/55528/en/ner/
NIGERIA	National Food Security Program http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/nssp07.pdf http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/success-npfs/nigeria/en/ http://www.fao.org/countries/55528/en/nga/
NIGERIA	National Special Program for Food Security (NSPFS) http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/nssp07.pdf http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/success-npfs/nigeria/en/ http://www.fao.org/righttofood/inaction/ajustice_strategylist_fr.htm
PAKISTAN	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/pak/
PANAMA	Plan Nacional de Seguridad Alimentar y Nutricional 2009-2015 http://www.minsa.gob.pa/minsa/tl_files/documents/programas/nutricion/PLAN%20GENERAL,%20TERMINADO,%20REVISADO%20Y%20APROBADO.pdf
PANAMA	Plan Nacional de Seguridad Alimentar y Nutricional 2000 / 1998-2002 http://www.rlc.fao.org/iniciativa/pdf/marcoinst.pdf ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Panama.pdf
PANAMA	Plan Operativo de Seguridad Alimentaria Nutricional ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Panama.pdf
PANAMA	Programa Nacional de Seguridad Alimentaria http://www.rlc.fao.org/iniciativa/pdf/sanpan.pdf
PAPUA NEW GUINEA	National Food Security Policy 2000-2010 http://www.underutilized-species.org/Documents/PUBLICATIONS/underutilized_species_policies_and_strategies_png_lr.pdf ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/papua_new_giunea.pdf
PAPUA NEW GUINEA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.faopacific.ws/Portals/167/programmes/trust%20funds/FSSLP%20Mapping%20Study%20final.pdf http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/participating-countries-npfs/fr/ ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/papua_new_giunea.pdf
PARAGUAY	Plan Nacional de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional del Paraguay PLANAL http://www.presidencia.gov.py/gabinetesocial/wp-content/uploads/2010/02/planal_volunmen_1_y_2.pdf

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
PARAGUAY	Plan de Seguridad Alimentaria y Nutricional (2009-2015) http://www.midiatecavipec.com/seguridad_alimentaria/seguridad_alimentaria_161208.htm http://www.fao.org/righttofood/inaction/ajustice_strategylist_fr.htm
PERU	Estrategia Nacional de Seguridad Alimentaria Perú 2004 – 2015 http://www.comunidadandina.org/rural/doc_seguridad/estraper2.pdf http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Peru/EstrategiaNacional_SAN_2004.pdf
PERU	Plan Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional 2009-2015 http://www.fao.org/countries/55528/en/per/
QATAR	National Food Security Program http://portal.www.gov.qa/wps/portal/topics!/ut/p/c5/rc5JlOlwAATQs_QBMGGGJRgjiKQFogwbHtLKAwzDAwQ5fdsHcNdVq1rVBwl4t8meZZGNZdtkDxCBREkVqAuGq0ln_2hq0HYsWSZ7QYR7CEIQQSkNqldN°_XqV6snBhV2C1nF2ES0PM8UvNAkaA0D5K0uzVHelgQlJ5gv8II9bEr8rgcHkBSp9vp-DP8MSgo_xlCAWC27geDWgBgk6kfdVgHO_3TIIW3mnG3gRuQlDeqQVwVVEEWRB-Exlk00uAUygtQrFM7sUrXuY9FgynZbxWVXBulR6V6hJgwXNkQT9-plb2cL1nSX5K45Ls282vVpxvbDMLKG9vq2wHJc_oRcOuEzp69X_-VbUKj5cQ41OzOdMIKHnaVXOFFrribAyFhRJ0LYs0FKoWL7bN1k4ZdLptPcuseS_s9TmylpIYpZY7GGV9foGPPupnJ3X2PX4ZTkoU!/?highlightQuery=food%20security http://www.qnfsp.gov.qa/
ROMANIA	Food Security Strategy ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Romania.pdf
RUSSIAN FEDERATION	Food Security Doctrine http://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Food%20Security%20Doctrine%20Adopted%20_Moscow_Russian%20Federation_2-11-2010.pdf
RWANDA	Food Security Strategy and Global Action Plan 1998-2003 ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Rwanda.pdf
SENEGAL	Stratégie Nationale de Sécurité Alimentaire http://www.food-security.net/cp.php?id_fiche=144 http://www.bameinfopol.info/IMG/pdf/Strategie_Nationale_Alimentaire.pdf ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Senegal.pdf
SENEGAL	Programme National pour la Sécurité alimentaire (PNSA) http://www.fao.org/spfs/national-programmes-spfs/participating-countries-npfs/fr/
SEYCHELLES	National Food Security Strategy 2008-2011 http://resakss.files.wordpress.com/2011/09/seychelles-caadp-compact-13-9-11.pdf
SEYCHELLES	Food Security Strategy 2012-2015 http://resakss.files.wordpress.com/2011/09/seychelles-caadp-compact-13-9-11.pdf
SIERRA LEONE	Food Security Policy http://www.Áfricarice.org/workshop/RicePolicy/Alieu/Alieu.E.Sub%20Sierra%20Leonne.Paper.pdf
SIERRA LEONE	Right to Food Programme http://www.Áfricarice.org/workshop/RicePolicy/Alieu/Alieu.E.Sub%20Sierra%20Leonne.Paper.pdf

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
SIERRA LEONE	Food Security Strategy Paper (2004) http://www.Áfricarice.org/workshop/RicePolicy/Alieu/Alieu.E.Sub%20Sierra%20Leonne.Paper.pdf
SIERRA LEONE	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/sle/
SOLOMON ISLANDS	Food Security policy http://www2.wpro.who.int/internet/resources.ashx/NUT/NPAN+workshop+report+2006+Final.pdf
SOUTH ÁFRICA	The Integrated Food Security Strategy for South África http://www.nda.agric.za/doaDev/sideMenu/foodSecurity/policies.pdf
SOUTH ÁFRICA	Integrated Food Security and Nutrition Programme http://www.info.gov.za/issues/govtprog/econopp_eng1.pdf
SOUTH ÁFRICA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/zaf/
SPAIN	Estrategia de Seguridad Alimentaria 2008-2012 http://www.aesan.msc.es/AESAN/web/notas_prensa/ley_seguridad_alimentaria.shtml
SRI LANKA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/lka/
SUDAN	Rural Development, Food security and Poverty Alleviation Act, 2005 http://www.fmoh.gov.sd/English/Health-policy/doc/Nutrition%20Policy_final.pdf
SUDAN	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/sdn/
SWAZILAND	National Food Security Policy for Swaziland http://www.gov.sz/images/stories/agriculture/national%20food%20security%20policy-2005.pdf
SWAZILAND	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/swz/
SYRIAN ARAB REPUBLIC	National Programme for Food Security in the Syrian Arab Republic http://www.napcsyr.org/events/ws/f_s_program/NPFS_final_en.pdf http://www.fao.org/countries/55528/en/syr/
SYRIAN ARAB REPUBLIC	Food Security Policy ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/SyrianAr.pdf
TAJIKISTAN	National Food Security Programme http://one.wfp.org/operations/current_operations/project_docs/200122.pdf http://www.stat.tj/img/en/opr000FR.pdf http://www.fao.org/countries/55528/en/tjk/
TANZANIA (UNITED REPUBLIC OF)	National Food Security Strategy http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Tanzania/FollowUpoftheimplementationofWFS_2002.pdf
TANZANIA (UNITED REPUBLIC OF)	National Food Security Policy http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Tanzania/FollowUpoftheimplementationofWFS_2002.pdf
TANZANIA (UNITED REPUBLIC OF)	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/tza/
TANZANIA (UNITED REPUBLIC OF)	Tanzania National Comprehensive Food Security Programme (CFSP) ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Tanzania.pdf

PAÍS (nome em inglês)	Nome da política específica de SA/SAN encontrada (na linguagem do país) Vínculo
TOGO	Programme National d'Investissement Agricole et de Sécurité Alimentaire - PNIASA http://www.maeptogo.tg/Photos/document/plan.pdf
TOGO	National Food Security Program http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Togo/Togo_Interim_PRSP_2008.pdf http://www.fao.org/countries/55528/en/tgo/
UNITED STATES OF AMÉRICA	U.S. Action Plan on Food Security http://www.fas.usda.gov/icd/summit/usactplan.pdf
VENEZUELA (BOLIVARIAN REPUBLIC OF)	Estrategia Nacional de Seguridad Alimentaria de la República Bolivariana de Venezuela http://www.fao.org/righttofood/inaction/countrylist/Venezuela/EstrategiaNacionaldeSeguridadAlimentaria.pdf
VIET NAM	National Food Security Programme (NFSP) http://www.rdfs.net/OLDsite/EN/News/Vietnam1.htm ftp://ftp.fao.org/es/esa/cfs/Vietnam.pdf
YEMEN	Yemen's National Food Security Strategy http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/yemennote4en.pdf
ZAMBIA	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/zmb/
ZIMBABWE	Food and Nutrition Security Policy http://www.scalingupnutrition.org/wp-content/uploads/2011/09/Zimbabwe-SUN-NYC-EE-2011.pdf
ZIMBABWE	National Programme for Food Security (NPFS) http://www.fao.org/countries/55528/en/zwe/

APÊNDICE C – Roteiro de coleta de documentos de avaliação da SAN – fase 2.

CONT. CÓDIGO						
PAÍS NOME						
PAÍS CÓDIGO						
NOME PESQUISADOR						
DATA						
Nº de relatórios:						0
(Nº relatório/ano):						0,0
	NOME RELATÓRIO	VÍNCULO	ANO	CÓDIGO RELATÓRIO	conceito utilizado (CTO/000)	
	valor	Valor	valor	código	código var.	categoria
CATEGORIAS						A) S.A só B) S.A e Nutrição C) S.A e S.N D) S.A.N
INCLUSÃO			2007-2012			SA ou SAN
ONDE PROCURAR?						
segundo roteiro fase 1						
páginas do governo						
página do instituto nacional de estatísticas						
parte 2 e 4						
segundo síntese PPSAN						
teve outro RAVSAN?						
se teve PPSAN com doc verificar presença de um diagnóstico						
<i>google</i>						
"estado da SAN" + país						
"avaliação da SAN" + país						
"seguimento da SAN" + país						
"monitoramento da SAN" + país						
"vigilância da SAN" + país						

		NOME RELATÓRIO	VÍNCULO	ANO	CÓDIGO RELATÓRIO	conceito utilizado (CTO/000)	
		valor	Valor	valor	código	código var.	categoria
CATEGORIAS							A) S.A só B) S.A e Nutrição C) S.A e S.N D) S.A.N
INCLUSÃO				2007-2012			SA ou SAN
ONDE PROCURAR?							
IFPRI	http://www.foodsecurityportal.org/countries						
FIVIMS	http://www.fivims.org/						
WFP VULNERABILITY ASSESSMENTS	http://www.wfp.org/food-security/assessment-bank?type%5B%5D=1649&tid_1=All&tid_6=All						
FEWSNET	http://www.fews.net/Pages/default.aspx						
IPC	http://www.ipcinfo.org/countries.php						
SADC	http://www.sadc.int/faN°/aims/rvaa/country_pages.php						
FAO FS Info for decision making	http://www.foodsec.org/web						
FAO GIEWS	http://www.fao.org/giews/english/alert/index.htm						
CILSS	http://www.cilss.bf/						
CARICOM/INCAP (SIG/SAN)	http://www.incap.int/sisvan/index.php/es/cooperacion-tecnica-en-la-region/sig-san						

		NOME RELATÓRIO	VÍNCULO	ANO	CÓDIGO RELATÓRIO	conceito utilizado (CTO/000)	
		valor	Valor	valor	código	código var.	categoria
CATEGORIAS							A) S.A só B) S.A e Nutrição C) S.A e S.N D) S.A.N
INCLUSÃO				2007-2012			SA ou SAN
ONDE PROCURAR?							
OBSAN-R	http://www.sica.int/obsaN°/acercado bsaN°.html						
OCHA southern África	http://ochaonline.un.org/rosa/FoodSecurity/tabid/5034/language/en-US/Default.aspx						
VAM	http://tracking.vam.wfp.org/ExportLinks.asp?RID=3&AID=0&EY=2011						
OCHA West and central África	http://ochaonline.un.org/Coordination/ASC/Securitealimentairenutrition/tabid/5651/language/fr-FR/Default.aspx verificar arquivos 2010, 2009 e 2008 tb						
UN FS global	http://un-foodsecurity.org/countries/						
RPCA	http://www.food-security.net/suivrelasituation.php						
SVS	http://www.case.ibimet.cN°.it/SVS/index.php						
OECD	http://www.oecd.org/fr/csao/dosdos si/profils pays securitealimenta ipr.htm #mali						
REDHUM	http://www.redhum.org/informes_documento s.php						

APÊNDICE D - Número de documentos de avaliação da SA/SAN coletados por ano, por continente e país.

CONTINENTE (nome em inglês)	PAÍS (nome em inglês)	ANO						Total
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Africa	Angola		1					1
	Benin			1				1
	Burkina Faso	16	14	15	12	12	8	77
	Burundi		4	9	4	11	3	31
	Cameroon		1	1	2	1		5
	Cape Verde		1					1
	Central African Republic	2		1	2	1		6
	Chad	11	13	18	19	14	9	84
	Congo			1	3			4
	Congo (Democratic Republic of the)		3	6	5	6	7	27
	Djibouti	13	15	12	12	14	3	69
	Egypt					2		2
	Ethiopia	14	18	23	12	12	6	85
	Gabon			1				1
	Gambia		1			4	2	7
	Ghana	1	1	3	7	3	2	17
	Guinea-Bissau	1	2			1	1	5
	International	25	26	42	56	57	54	260
	Ivory Coast	1	4	1	2	2	1	11
	Kenya	19	13	16	13	24	6	91
	Lesotho		1	1	2	3	2	9
	Liberia	1	3	2	2	4		12
	Madagascar	1	1	2	5	2	1	12
	Malawi	9	10	10	12	12	5	58
	Mali	11	10	13	13	9	9	65
	Mauritania	11	12	13	12	16	7	71

CONTINENTE (nome em inglês)	PAÍS (nome em inglês)	ANO						Total
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Africa	Mozambique	18	14	12	15	11	5	75
	Namibia	1	1	3			1	6
	Niger	10	14	17	31	21	10	103
	Nigeria	9	10	17	11	12	4	63
	Rwanda	5		1		1	1	8
	Senegal	8	3			1	1	13
	Sierra Leone	1	2	4	1	1		9
	South África			4	1	3	1	9
	Sudan	21	14	24	41	38	24	162
	Swaziland		1	1	1	1		4
	Tanzania (United Republic of)	2		1	2	3	1	9
	Uganda	14	11	18	16	11	1	71
	Zambia	8	10	11	11	11	6	57
	Zimbabwe	12	8	12	12	10	3	57
	Asia	Afghanistan	6	12	7	9	12	6
Azerbaijan						1		1
Bangladesh		1		5	9	9	2	26
Cambodia		5	2		1	4	3	15
Georgia		5	5	5	3			18
Indonesia				5	2	5	1	13
International			2	2	1	1	1	7
Iran (Islamic Republic of)			1			1		2
Iraq			2					2
Kyrgyzstan			2	1	4	2	2	11
Lao People's Democratic Republic		1		2	2	2		7
Mongolia		1	1					2
Myanmar		3	5	7	4	5	2	26
Nepal		5	4	36	7	12	7	71

CONTINENTE (nome em inglês)	PAÍS (nome em inglês)	ANO						Total
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Asia	Pakistan	3	2	1	2			8
	Sri Lanka	5	3	3	14	1		26
	Syrian Arab Republic				1		1	2
	Tajikistan		4	5	6	6	4	25
	Viet Nam			1				1
Europe	Armenia	1				1		2
	Moldova (Republic of)		2			1		3
Global	Global		1	1	4	8	5	19
Latin America and The Caribbean	Brazil	3	3	2	4	5		17
	Colombia	1	2	3	3	1		10
	Costa Rica			1		1		2
	El Salvador				1	1		2
	Guatemala	10	11	28	20	17	5	91
	Haiti	14	18	18	28	37	15	130
	Honduras	3			6	2		11
	International	1	2	5	7	9	4	28
	Mexico				1	1		2
	Nicaragua	1	2	3	3	2		11
	Panama			1				1
North America	Peru			1				1
	Canada	1	1					2
	International		1					1
Oceania	United States of América		1	3	1	1	1	7
	Australia		1		1			2
	International				1			1
Total		315	332	462	482	482	243	2316

APÊNDICE E - Número de documentos de avaliação da SA/SAN coletados por ano, por IDH e país.

FAIXA IDH	PAÍS (nome em inglês)	ANO						Total
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
N/A	Global		1	1	4	8	5	19
	International	26	31	49	65	67	59	297
Q1 = [0.286;0.429[Afghanistan	6	12	7	9	12	6	52
	Benin			1				1
	Burkina Faso	16	14	15	12	12	8	77
	Burundi		4	9	4	11	3	31
	Central African Republic	2		1	2	1		6
	Chad	11	13	18	19	14	9	84
	Congo (Democratic Republic of the)		3	6	5	6	7	27
	Ethiopia	14	18	23	12	12	6	85
	Gambia		1			4	2	7
	Guinea-Bissau	1	2			1	1	5
	Ivory Coast	1	4	1	2	2	1	11
	Liberia	1	3	2	2	4		12
	Malawi	9	10	10	12	12	5	58
	Mali	11	10	13	13	9	9	65
	Mozambique	18	14	12	15	11	5	75
	Niger	10	14	17	31	21	10	103
	Sierra Leone	1	2	4	1	1		9
	Sudan	21	14	24	41	38	24	162
	Zimbabwe	12	8	12	12	10	3	57
	Q2 = [0.429;0.523[Angola		1				
Bangladesh		1		5	9	9	2	26
Cameroon			1	1	2	1		5
Djibouti		13	15	12	12	14	3	69
Haiti		14	18	18	28	37	15	130

FAIXA IDH	PAÍS (nome em inglês)	ANO						Total
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Q2 = [0.429;0.523[Kenya	19	13	16	13	24	6	91
	Lesotho		1	1	2	3	2	9
	Madagascar	1	1	2	5	2	1	12
	Mauritania	11	12	13	12	16	7	71
	Myanmar	3	5	7	4	5	2	26
	Nepal	5	4	36	7	12	7	71
	Nigeria	9	10	17	11	12	4	63
	Pakistan	3	2	1	2			8
	Rwanda	5		1		1	1	8
	Senegal	8	3			1	1	13
	Swaziland		1	1	1	1		4
	Tanzania (United Republic of)	2		1	2	3	1	9
	Uganda	14	11	18	16	11	1	71
	Zambia	8	10	11	11	11	6	57
	Q3=[0.523;0.659[Cambodia	5	2		1	4	3
Cape Verde			1					1
Congo				1	3			4
Egypt						2		2
Ghana		1	1	3	7	3	2	17
Guatemala		10	11	28	20	17	5	91
Honduras		3			6	2		11
Indonesia				5	2	5	1	13
Iraq			2					2
Kyrgyzstan			2	1	4	2	2	11
Lao People's Democratic Republic		1		2	2	2		7
Moldova (Republic of)			2			1		3
Mongolia		1	1					2
Namibia		1	1	3			1	6

FAIXA IDH	PAÍS (nome em inglês)	ANO						Total
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Q3=[0.523;0.659[Nicaragua	1	2	3	3	2		11
	South África			4	1	3	1	9
	Syrian Arab Republic				1		1	2
	Tajikistan		4	5	6	6	4	25
	Viet Nam			1				1
Q4=[0.659;0.929]	Armenia	1				1		2
	Australia		1		1			2
	Azerbaijan					1		1
	Brazil	3	3	2	4	5		17
	Canada	1	1					2
	Colombia	1	2	3	3	1		10
	Costa Rica			1		1		2
	El Salvador				1	1		2
	Gabon			1				1
	Georgia	5	5	5	3			18
	Iran (Islamic Republic of)		1			1		2
	Mexico				1	1		2
	Panama			1				1
	Peru			1				1
	Sri Lanka	5	3	3	14	1		26
	United States of América		1	3	1	1	1	7
	Total		315	332	462	482	482	243

APÊNDICES ELETRÔNICOS